



**Neily Fabiane da Silva Souza Lisboa**

**Da rua à quarentena:  
Um estudo sobre o trabalho sexual de pessoas transexuais  
no contexto da pandemia da Covid-19**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Rio de Janeiro  
Setembro de 2022



**Neily Fabiane da Silva Souza Lisboa**

**Da rua à quarentena:  
um estudo sobre o trabalho sexual de pessoas transexuais  
no contexto da pandemia da covid-19**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof<sup>a</sup>. Ana Elizabeth Lole dos Santos**

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Nilza Rogéria de Andrade Nunes**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Carla Cristina Lima de Almeida**

UERJ

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Neily Fabiane da Silva Souza Lisboa**

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Católica Santa Teresina (FCST); Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus-PUC-Rio). Premiada com Bolsa Mestrado Nota 10 Faperj (2021).

#### Ficha Catalográfica

Lisboa, Neily Fabiane da Silva Souza

Da rua à quarentena: um estudo sobre o trabalho sexual de pessoas transexuais no contexto da pandemia da covid-19 / Neily Fabiane da Silva Souza Lisboa; orientadora: Ana Elizabeth Lole dos Santos. – 2022.

145 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trabalho sexual. 3. Pessoas transexuais. 4. Violência. 5. Precarização do trabalho. 6. Pandemia de Covid-19. I. Lole, Ana. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

## Agradecimentos

O desejo da construção intelectual e coletiva me fez querer buscar o conhecimento na forma de pesquisa, vislumbrando um processo bastante rico e com grandes desafios. No entanto, não imaginava a adversidade que seria vivenciar o processo de construção da dissertação durante uma pandemia.

A necessidade de adaptação às aulas remotas e a tensão de vivenciar um momento histórico e extremamente difícil para o mundo requerem adequação e compreensão para entendermos que muitas coisas que estávamos acostumados a fazer já não seriam mais possíveis. O mundo já não era mais o mesmo. E, isocronicamente, nos faz refletir sobre a fragilidade da vida.

A cada início de semestre, surgiam novos desafios e grandes aprendizados que os momentos de discussão nas aulas nos apresentavam. Embora estivéssemos de modo remoto, os encontros fortaleciam a turma, vigoravam nossa vivência como pesquisadoras, espaço de compartilhamento de ideias, de construção acadêmica, e principalmente de construção coletiva.

Aqui começo a fazer uma análise sobre o que me levou a estudar, a querer pesquisar sobre trabalho e as pessoas transexuais. Reflito acerca da minha responsabilidade como mulher branca, cis, heterossexual, e me vejo como aliada às pessoas trans, construindo processos sociais de inclusão, parcerias, aprendizado e respeito. Entendendo que o meu lugar na pesquisa é compreender a pluralidade do ser mulher e levar a discussão com acesso coletivo, discussão referente a trabalho,

mas que se amplia devido à contextualização, complexidade e dimensão que perpassam o trabalho sexual.

Agradeço imensamente à ANTRA a socialização dos dossiês, trazendo informações contundentes, de caráter inédito e de extrema relevância para a construção de políticas públicas de proteção social para as pessoas trans. Meus mais sinceros agradecimentos e respeito às pessoas trans e aos movimentos sociais que viabilizam acesso aos direitos humanos e proteção das pessoas trans.

Iniciar a pesquisa e perceber a irresponsabilidade estatal diante da sua competência, referente à proteção das pessoas trans, me fez analisar que a exclusão, violência, racismo, opressão, autoritarismo e a interseccionalidade que atravessam gênero, raça e classe consequentemente causam mortes, crimes por ódio. Inclusive é minha responsabilidade combater, entender, discutir, cobrar por maiores e melhores investigações dos crimes contra pessoas trans, reivindicar proteção e responsabilidade do órgão federativo, estadual e municipal.

Agradeço ao corpo docente da PUC-Rio o compartilhamento do conhecimento de modo tão brilhante e de grande sabedoria. Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, o cuidado e responsabilidade.

Agradeço a minha turma de mestrado o apoio nos momentos de grande ansiedade, a escuta atenta e cuidadosa, por sempre lembrar que não estávamos sozinhas e que as dificuldades são coletivas, assim como as vitórias de cada uma. Vibramos a cada nova conclusão e apresentações das dissertações.

Agradeço em especial a minha orientadora, profa. Ana Lole, a paciência, carinho, compreensão, sensibilidade e humildade em meio aos meus momentos de grande ansiedade e dos meus milhões de pensamentos por minuto, que conseguia, na orientação, organizar as ideias e sempre chamar atenção para as demandas daquele momento. Vou levar comigo os aprendizados e discussões sobre a pesquisa e o seu respeito de sempre parar e perguntar: “Neily é isso mesmo? O que você acha?”, considerando sempre as escolhas da sua orientanda. Fica aqui minha admiração e a lembrança da sua frase no final de cada orientação: “Tudo vai dar certo, fica calma!”.

Agradeço ao meu esposo Felipe Lisboa o incentivo, por acreditar sempre na minha capacidade, potencial intelectual, e ser um parceiro que sonha junto. Recordo-me da nossa conversa sobre a seleção do mestrado, meu medo e insegurança de tentar, e ele sempre incentivando. E, após eu passar na seleção, entender minha ausência devido às responsabilidades com a pesquisa e disciplinas, como também a preocupação em saber se consegui me alimentar, tomar água, chamar atenção pelas horas que fiquei sentada escrevendo. Agradeço por seu companheirismo e sensibilidade ao longo de toda as fases desse imenso desafio, as reflexões construídas buscando entender sobre o que estudo, nossas discussões sobre minha pesquisa. Suas dúvidas e descobertas foram fundamentais para a minha autoanálise sobre a importância do meu trabalho para a sociedade.

Agradeço aos meus pais Lúcia e Francisco o apoio, incentivo, e por sempre acreditarem no poder da educação e continuidade do conhecimento. Ao meu irmão Noedson, ao meu sobrinho Marcelo e a minha sogra Elione – recordo-me da felicidade e do orgulho de todos quando avisei sobre a minha aprovação na seleção do mestrado. Vocês são minha fortaleza, minhas raízes e meu porto seguro em todos os momentos da minha vida.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, o apoio ao estudo durante o primeiro ano do mestrado, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) o subsídio financeiro durante o segundo ano do mestrado por meio da Bolsa Nota 10.

## Resumo

Lisboa, Neily Fabiane da Silva Souza; Santos, Ana Elizabeth Lole dos. **Da rua à quarentena: um estudo sobre trabalho sexual de pessoas transexuais no contexto da pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro, 2022. 145p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação *Da rua à quarentena: um estudo sobre trabalho sexual de pessoas transexuais no contexto da pandemia da covid-19* tem como objetivo principal analisar o aumento das violências sofridas por pessoas transexuais trabalhadoras do sexo no contexto da pandemia da covid-19. Vislumbrando compreender as condições de trabalho vivenciadas pelas pessoas transexuais e os tipos de violência as quais foram acometidas nesse período de pandemia, principalmente nos meses de recomendação de lockdown, fizemos um recorte temporal compreendido entre 2020 e 2021. Com uma leitura feminista, decolonial e crítica, buscamos na pesquisa documental e bibliográfica, dados para uma maior compreensão da realidade vivenciada por pessoas transexuais trabalhadoras do sexo. Como procedimento metodológico, analisamos os dossiês anuais elaborados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) intitulados “Assassinatos e Violências contra as Pessoas Trans” dos últimos 2 (dois) anos, ou seja, anos de 2020 e 2021. Compreendemos que a análise desse material trouxe dados comparativos para a observação do aumento das violências sofridas por pessoas transexuais no período da pandemia, principalmente entre as trabalhadoras do sexo. A escolha pelos dossiês se deu pela dificuldade de localizarmos dados sobre a população trans, o que revela o quanto essa população não é reconhecida, bem como demonstrou as subnotificações de dados sobre essa população. A pesquisa evidenciou que o aumento da violência sofrida pela população transexual no período da pandemia, principalmente entre as trabalhadoras do sexo, expõe uma relação de condição laboral de extrema precarização, informalidade e desemprego, onde o mundo do trabalho determina quais trabalhadoras exercerão trabalhos formais, informais, precários e as que não terão possibilidade de vender sua força de trabalho.

## **Palavras-chave**

Trabalho sexual; Pessoas transexuais; Violência; Precarização do trabalho; Pandemia de covid-19.

## Abstract

Lisboa, Neily Fabiane da Silva Souza; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (Advisor). **From the street to the quarantine: a study on sex work by transgender people in the context of the covid-19 pandemic.** Rio de Janeiro, 2022. 145p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation *From the street to the quarantine: a study on sex work by transgender people in the context of the covid-19 pandemic* has as main objective to analyze the increase in violence suffered by transsexual sex workers in the context of the covid-19 pandemic. Aiming to understand the working conditions experienced by transsexuals and the types of violence they were subjected to during the pandemic period, especially during the months when lockdown was recommended, we used a timeframe between 2020 and 2021. With a feminist, decolonial, and critical reading, we sought data from documentary and bibliographical research for a better understanding of the reality experienced by transsexual sex workers. As a methodological procedure, we analyzed the annual dossiers prepared by the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) entitled “Murders and Violence against Trans People” from the last 2 (two) years, that is, the years 2020 and 2021. We understand that the material brought comparative data for the observation of the increase in violence suffered by transsexual people in the period of the pandemic, especially among sex workers. The choice for the Dossiers was due to the difficulty in locating data about the trans population, which reveals how much this population is denied and invisibilized, as well as demonstrated the underreporting of data about this population. The research showed that the increase in violence suffered by the transgender population in the pandemic period, especially among sex workers, exposes a relationship of labor condition of extreme precariousness, informality and unemployment where the world of work determines which workers will exercise formal, informal, precarious jobs and those who will not have the possibility of selling their labor force.

## **Keywords**

Sex work; Transgender people; Violence; Precarious work; Covid-19 pandemic.

## Sumário

1. Introdução	13
2. Divisão sociossexual e racial do trabalho: onde estão as pessoas transexuais?	24
2.1. “Divisão sexual do trabalho”	32
2.2. Perspectiva decolonial e pessoas transexuais	36
2.3. Precarização do trabalho e pessoas transexuais	45
3. Transexualidade, trabalho sexual e pandemia da covid-19	55
3.1. Notas sobre transexualidade	59
3.2. Notas sobre transfeminismo	66
3.3. Notas sobre interseccionalidade	71
3.4. Notas sobre epistemologia feminista	74
3.5. Trabalho, pandemia e pessoas transexuais	77
3.5.1. Contexto da pandemia da covid-19	79
3.5.2. Auxílio Emergencial: política voltada ao trabalho no enfrentamento da pandemia	81
3.5.3. Pessoas transexuais e a rua: notas sobre o período da pandemia	86
4. Uma análise dos relatórios da ANTRA sobre violência contra as pessoas transexuais trabalhadoras sexuais no período da pandemia da covid-19	97
4.1. Notas sobre violência	99
4.2. Breve contextualização da ANTRA: nosso campo de pesquisa	103
4.3. O que os dados revelam sobre a violência contra as pessoas transexuais?	107
5. Conclusão	135
6. Referências bibliográficas	140

Sem sombra de dúvida alguma, tentar me colocar em uma única caixinha é uma forma de invisibilizar, e é uma forma também de manter os estereótipos e os preconceitos nos lugares. Porque aí a gente diz, ah tem ali aquela que vai representar a pluralidade daquele grupo que vai ser visto como singular, quando na verdade eu sou uma mulher, eu sou negra, eu sou travesti, eu venho da periferia, venho das esquinas da prostituição, mas eu também sou filha, sou irmã, sou cidadã, conheço o serviço de saúde, a educação, o transporte público, a importância que a cultura tem para a sociedade [...], para que a gente possa transformar, mudar esta realidade das populações e dos grupos dos quais eu faço parte. Então, quando tentam dizer: ah, você é a representante LGBTQIA+, QUE JÁ SERIA muito, mas também é uma forma de reduzir a minha competência, a minha atuação, e a minha capacidade de promover e fazer outros debates. Então, eu acho que é uma forma como o sistema se organiza para dizer: ok, ela chegou até aqui, não deveria ter chegado, porque quando nós olhamos minha trajetória que é uma trajetória muito genérica da maioria das mulheres iguais a mim no Brasil, a sensação que eu tenho, quando estou dentro do parlamento, em alguns momentos, é que eles se perguntam: como ela não morreu antes?

**Erika Hilton**

## 1. Introdução

A presente dissertação *Da rua à quarentena: um estudo sobre trabalho sexual de pessoas transexuais no contexto da pandemia da covid-19* tem como objetivo principal analisar o aumento das violências sofridas por pessoas transexuais trabalhadoras do sexo no contexto da pandemia da covid-19<sup>1</sup>. Vislumbrando compreender as violências as quais foram acometidas nesse período de pandemia, principalmente nos meses de recomendação de lockdown, fizemos um recorte temporal compreendido entre 2020 e 2021.

A pesquisa surge de motivações pessoais e acadêmicas quando é iniciada minha atuação como assistente social no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na cidade de Currais Novos, interior do estado do Rio Grande do Norte. Por meio do conhecimento da territorialização, tive informação que as pessoas trans da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde (USB) pouco utilizavam o serviço de saúde.

Procurei entender o território realizando busca ativa, na perspectiva de viabilizar atendimentos de saúde a essa população. Também trouxe para a equipe multiprofissional o debate acerca da importância de inclusão da diversidade de gênero nos espaços de prevenção e promoção da saúde. No primeiro ano da Residência Multiprofissional, a experiência se limitou à cidade de Currais Novos/RN na atenção básica de saúde e à cidade de Caicó/RN com plantões na alta complexidade, no período compreendido de março de 2016 a março de 2017.

Seguidamente, transfiro a Residência Multiprofissional para o estado do Rio de Janeiro, por meio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HESFA/UFRJ), no período de março de 2017 a março de 2018, atuando como assistente social na Clínica da Família Sérgio Vieira de Melo. Atualmente, exerço o trabalho de assistente social em uma unidade de urgência e emergência na região administrativa de São Sebastião, com administração regional localizada no Distrito Federal.

---

<sup>1</sup> A pandemia da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. A mudança de classificação não se deu pela gravidade da doença, e sim pela disseminação geográfica rápida que a covid-19 apresentou. A mudança na classificação pela OMS foi para obrigar os países a tomarem medidas preventivas à contaminação.

Direciono-me na construção de um trabalho profissional, embasada no projeto ético-político do Serviço Social em consonância com o Código de Ética Profissional, fortalecendo uma atuação crítica e responsável. Por meio das resoluções construídas e disponibilizadas pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS)<sup>2</sup>, as quais corroboram com as atribuições da capacidade técnica resolutive das assistentes sociais, busco conhecimento e entendimento do meu lugar na divisão sociotécnica do trabalho. Nesta direção, meu trabalho profissional está pautado à luz da leitura da realidade na lente marxista, decolonial, feminista, antirracista, anticapitalista, compreendendo as estruturas capitalistas impostas à classe trabalhadora, integrando-se aos estudos do transfeminismo, que ampliam a compreensão da contemporaneidade com a análise das pessoas trans, contribuindo para o entendimento das vivências do ser mulher e sua pluralidade, fortalecendo a luta política das pessoas trans e seus saberes intelectuais.

Diante dos entraves encontrados na vivência profissional na cidade do Rio de Janeiro, quanto ao atendimento à população transexual nos serviços de saúde, percebi que existia uma aproximação da realidade do Rio Grande do Norte com o Rio de Janeiro no que tange à violação de direito nos espaços de saúde, bem como falta de qualificação profissional referente ao atendimento à população que se identifica como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não-binários, intersexos, assexuais e mais (LGBT)<sup>3</sup>.

Nesse contexto, busquei aperfeiçoamento nos espaços de educação permanente das instituições de ensino, como também nos espaços dos movimentos sociais, objetivando a continuidade da formação profissional, vislumbrando um melhor atendimento à população LGBT e, com isso, levar para discussão com a equipe multiprofissional a necessidade de uma prática que viabilize a universalidade do acesso aos serviços de saúde e que compreenda os determinantes sociais que impactam no processo de saúde/doença, principalmente para a população LGBT.

---

<sup>2</sup> Ao longo de toda a trajetória e avanços relacionados às atribuições e posicionamentos políticos diante das violações de direitos da população LGBT, reconhecimento do nome social de profissionais trans, cadernos relacionados à temática da transfobia, o CFESS vem se posicionando politicamente na busca de fortalecimento das ações em sua totalidade no que tange ao trabalho das assistentes sociais. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 08 set. 2022

<sup>3</sup> Neste trabalho, iremos referenciar LGBT da forma como consta em documentos oficiais do governo. Cf. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html). Acesso em: 20 mar. 2021.

Inicialmente, o pré-projeto ao mestrado foi referente à atuação e percepção das assistentes sociais nos casos de violência à população transexual. Contudo, com o advento da pandemia da covid-19, o trabalho de pessoas transexuais durante o isolamento social trouxe para a cena esse debate.

Nesse sentido, a presente pesquisa de mestrado trouxe o estudo acerca do trabalho sexual de pessoas transexuais na divisão sociossexual e racial do trabalho, ressaltando a precarização, que se acentuou com a crise sanitária acometida devido à pandemia da covid-19, examinando a realidade a partir de uma perspectiva decolonial.

Ante essa conjuntura, torna-se fundamental debater e pesquisar acerca da proteção e dos direitos da população LGBT durante a pandemia da covid-19, fazendo uma análise crítica, sobretudo do sistema capitalista contemporâneo, utilizando-se do materialismo histórico-dialético para entender a complexidade da realidade concreta.

Diante do contexto de pandemia que nos assola desde março de 2020, a principal orientação de prevenção feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e cientistas foi o isolamento social e a não aglomeração, já que a propagação do vírus ficou em escala global e estamos em contaminação comunitária, com gravidade dos casos e altos índices de mortes, o que levou à situação de colapso vivenciada em muitos estados brasileiros.

Entramos em 2021 vivenciando uma nova cepa do coronavírus, ou seja, uma nova variante altamente contagiosa e fatal, porém o isolamento social traz uma grande problemática na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores autônomos, e impacta significativamente a sobrevivência das trabalhadoras, intensificando as desigualdades sociais. Perante esse cenário, estamos sem saber o que virá e nos questionamos: o que é o trabalho hoje?

Para Ricardo Antunes (2020), são tempos improváveis e de abandono para a classe trabalhadora, com a precarização do trabalho, a desqualificação, a destruição dos direitos, o enfraquecimento da classe trabalhadora, num contexto de informalidade, flexibilização, trabalho intermitente, terceirização, desemprego e desregulamentação nas relações de trabalho.

Nesse sentido, a crise não é uma consequência da pandemia da covid-19, e sim resultado de um sistema capitalista que promove a radicalização da barbárie, que despolitiza a política social tornando-a menos universal, mais focalizada e burocrática, resultando na explosão do desemprego e da miséria.

A pandemia coloca em debate o ultraliberalismo, a explosão do voluntariado, a desqualificação da política social, o trabalho precarizado, questões estas que

vêm acentuando as múltiplas expressões da questão social. No Brasil, a questão social reflete as “disparidades econômicas, políticas e culturais e que envolve classes sociais, grupos raciais e formações regionais. A estruturação da sociedade brasileira está ligada a uma fábrica de desigualdades e antagonismos sociais” (Ianni, 1991, p. 3).

Ao longo de todo o processo socioeconômico da sociedade brasileira, é evidenciada a exploração da força de trabalho em detrimento do fortalecimento do capital. O padecimento da classe trabalhadora tem marcas históricas no racismo estrutural, na exclusão e na violência, com distintas opressões de gênero e crescimento da miséria.

Encontramo-nos em uma imensa crise econômica que amplifica o desemprego, as desigualdades, onde o responsável pela crise é o excesso de capital. A crise não atinge igualmente a todos, atinge duramente as trabalhadoras e os trabalhadores que já estavam sem direitos. A pandemia da covid-19 potencializou a precarização já vivenciada pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros, principalmente com a aprovação da reforma trabalhista de 2017<sup>4</sup>, a qual flexibiliza as relações contratuais de trabalho, bem como novas formas laborais intensificando a precarização do trabalho, a falta de direitos trabalhistas, os trabalhos temporários, os trabalhos autônomos foram acentuados, assim como um grande número de desempregados.

Com isso, reafirmando a precarização do trabalho, que é uma resposta aos interesses do grande capital que, associado à dependência dos países periféricos ao capital internacional, repassam a falácia da modernização tecnológica, inovação e globalização, camuflando o projeto neoliberal de precarização e diminuição do trabalho vivo, resultando na informalidade e destruição dos direitos trabalhistas.

Portanto, o Estado neoliberal atua para servir ao desenvolvimento do capitalismo (Antunes, 2020). Neste cenário pandêmico, observamos que a população LGBT é a mais afetada pela crise sanitária instaurada a partir de março de 2020.

Evidenciou-se crescente número de violências perpetradas a essa população neste período de isolamento social, bem como a precarização das relações trabalhistas, uma vez que o trabalho da maioria era informal, pois o

---

<sup>4</sup>Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Ela altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

trabalho sexual, atividade de muitas, não é considerado trabalho e tampouco é um tema presente no debate sobre a divisão sociosexual e racial do trabalho.

De acordo com dados disponibilizados, em 2018, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, 90% da população transexual sobrevive da prostituição como fonte de renda. A exclusão social vivenciada por pessoas transexuais e a falta de inserção no mercado de trabalho formal acabam pressionando pela necessidade de subsistência. Supõem-se que 13 anos é a idade em que travestis e transexuais perdem seus vínculos familiares e são expulsas de casa, devido a sua identidade de gênero e a não aceitação da família, relacionados à moral e ao conservadorismo religioso.

Desta maneira, vivenciam as primeiras formas de exclusão, solidão e isolamento no contexto família, e expostas a distintas formas de violência, divergindo do que se define como família, onde deveria existir direito, proteção e afeto. A ANTRA também traz os dados em que 70% dos assassinatos<sup>5</sup> foram especificamente de pessoas transexuais trabalhadoras do sexo, e 55% deles aconteceram nas ruas.

A pesquisa TransUerj<sup>6</sup>, referente à saúde e cidadania trans, traz resultados alusivos ao ano de 2021 sobre a cidade do Rio de Janeiro que apontam violência física, psicológica e sexual: 85% das travestis sofreram violência cometida pelos profissionais da segurança pública, precisamente profissionais da polícia militar; 61% das pessoas trans foram recusadas de frequentar espaços religiosos; 88% sofrem intensos processos de expulsão de instituições de ensino; 67% das pessoas trans sofreram perseguições e situações de negação de entradas em setores comerciais.

Emprego e escolaridade: Quase 60% das travestis têm no máximo o ensino fundamental completo. Mesmo as pessoas que têm dificuldade no acesso ao mercado de trabalho. E quando têm acesso, elas passam por constrangimento, como por exemplo, por não poder usar o nome social, diz pesquisa. (TransUerj, 2021, p. 13).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

<sup>6</sup> Estudo da UERJ mapeia realidade da população trans no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://gepsid.com.br/2020/04/15/estudo-da-uerj-mapeia-realidade-da-populacao-trans-no-rio-de-janeiro/>. A Pesquisa "TransUerj - Saúde e cidadania de pessoas trans no contexto do HIV-Aids no Brasil: uma aproximação comparativa Brasil/França" entrevistou, entre 2016 e 2017, 391 pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana, com o objetivo de mapear a realidade dessa população. A pesquisa é fruto da parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (INSERM- França), e foi financiada pela Agência Nacional de Pesquisa sobre AIDS (ANRS- França)." (TransUerj, 2021, p. 2).

A pesquisa também esquematiza a realidade compreendida na formação educacional das pessoas trans. Referente aos resultados, destaca que: 15,6% têm ensino fundamental completo; 17,1% ensino médio completo; 7,9% ensino superior completo; 4,6% pós-graduação concluída e/ou não concluída (TransUerj, 2021).

Os dados da pesquisa TransUerj (2021) possibilitam o entendimento sobre o quão violenta é a cidade do Rio de Janeiro, bem como aponta a necessidade da luta contra a transfobia e a violência, as quais ainda se configuram em distintos espaços de sociabilidade e, também, no ambiente de atendimento a essa população na esfera das políticas públicas.

Partimos da hipótese: uma vez que 90% das pessoas transexuais sobrevivem do trabalho sexual, a maioria dessa população que se identifica com o gênero feminino se submete ao trabalho sexual como única fonte de renda e sobrevivência. Outra questão que julgamos importante é que o trabalho sexual não é considerado trabalho na divisão sociosexual e racial do trabalho.

Refletimos acerca dos dados obtidos na pesquisa TransUerj, que demonstra o que o questionário da pesquisa abordou sobre emprego e renda entre as pessoas trans. Abaixo, apresento dados colhidos durante a entrevista quanto à ocupação laboral:

23,8% não trabalham nem possuem renda. 38,4% trabalham ocasionalmente com remuneração. 55,4% não têm carteira assinada nem pagam INSS. 52,4% contribuem para as despesas de casa. 46,3% sofreram conflito, constrangimento ou discriminação no trabalho. Maioria dos casos (71,4%) por colegas de trabalho. Piadas são constrangimentos mais frequentes (67%). Desrespeito do nome social por colegas (58,4%). Pedidos de chefe para mudar comportamento relacionado a gênero (53,5). (TransUerj, 2021, p. 16).

Compreendendo a necessidade de políticas fortalecedoras e estruturantes que protejam e possibilitem visibilidade para as pessoas LGBT, diante de uma realidade perversa para as pessoas transexuais, principalmente durante a pandemia, onde a violência contra as pessoas transexuais e travestis tiveram crescimento significativo. Assim, nos questionamos: até quando iremos vivenciar retrocessos e assassinatos de corpos dissidentes?

Pessoas trans sofrem uma série de constrangimentos no seu dia a dia. Das pessoas que responderam ao questionário, não tiveram o nome social respeitado: 58,4 por colegas de trabalho, 41,6 por empregadores, 85,3 por profissionais da saúde. (TransUerj, 2021, p.17).

A recusa violenta da falta de respeito às identidades de gênero, seja nos espaços de trabalho, no contexto familiar, nas instituições públicas, reforça

sumariamente a negação de um direito reconhecido e estabelecido por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2018<sup>7</sup>, de que não há necessidade de alteração de trâmites burocráticos e judiciais a reconhecimento e mudança do nome de pessoas trans sem resignação de procedimento cirúrgico relacionado à mudança de sexo.

A autorização judicial para realizar a mudança de nome e sexo nos cartórios brasileiros marca uma importante efetivação do reconhecimento das identidades de gênero e respeito à diversidade, gerando a reparação histórica do combate ao preconceito e perseguição às pessoas trans; reconhecimento este que garante um papel de ação e luta dos movimentos dos direitos humanos na proteção das pessoas trans.

Portanto, a integralidade do direito de exercer a cidadania é garantir possibilidade da autoidentificação, reconhecendo as múltiplas identidades de gênero nos processos das vivências de cada indivíduo, contribuindo na busca de elucidar as lacunas e construção dos processos ao longo da história brasileira referentes a não aceitação das identidades, da naturalização e banalização das diversas violências que circunscrevem as pessoas trans. É de total responsabilidade do poder público efetivar as ferramentas por meio da autoridade que lhe é atribuída, alavancando os dispositivos judiciais que possam efetivar os direitos políticos dos indivíduos.

Partindo do entendimento de que existem proporcionalidades distintas de negação de direito à cidadania, como também não se há consolidação de cidadania plena e democracia se não existir respeito à imagem, nome e sexo escolhido pelas pessoas, esta pesquisa identificou a relevância de questionar o lugar do sexismo, da heteronormatividade, da dimensão de classe, do colonialismo, da interseccionalidade e do racismo, compreendendo o lugar da pesquisadora feminista, mulher cis, heterossexual. Contudo, entendendo a necessidade de uma pesquisa na perspectiva crítica e decolonial, capaz de aprofundar o debate, dialogando com um conhecimento em que seja possível compreender a construção e a reprodução da subalternidade que perpassa a colonialidade, produzidas pela colonialidade de gênero, do saber e do ser.

Vivemos em um país colonizado por homens brancos, heterossexuais e cristãos, adaptado à barbárie e à passividade de matar corpos que não são aceitos pela falsa moral, pelo machismo, pelo racismo estrutural, pela misoginia, pelo

---

<sup>7</sup> Sobre decisão do Supremo Tribunal Federal, quanto a mudança do nome e sexo das pessoas Trans sem necessidade de autorização da justiça. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em: 01 set. 2022.

sexismo. Um país que condena a existência de corpos dissidentes, sendo um dos países que mais mata pessoas transexuais<sup>8</sup>, que exclui o direito de viver à população transexual, que busca copiosamente pela sobrevivência desde o instante em que seus corpos iniciam o processo de transformação.

Vislumbra-se com essa pesquisa de mestrado analisar a realidade das trabalhadoras sexuais transexuais que residem na cidade do Rio de Janeiro, articulando os estudos decoloniais com as lutas políticas das pessoas transexuais, com o intuito de trazer para discussão as distintas opressões que perpassam a vivência de cada uma delas. Desta forma, buscando fundamentar e colocar em prática um projeto pautado na justiça e na igualdade social.

Vemos um cenário no Brasil em meio a um (des) governo federal, que tem buscado desmontar as políticas sociais, fruto de muitas lutas, pois consideramos que houve conquistas nesse processo. No panorama atual, o que presenciamos é a crise sanitária devido à pandemia do novo coronavírus.

Nesta direção, a importância deste estudo está na necessidade de pesquisar sobre as pessoas transexuais que são trabalhadoras sexuais, as quais são invisibilizadas na divisão sociosexual e racial do trabalho, bem como na urgência do diálogo entre academia e comunidade para ampliar o debate acerca da temática e, ao mesmo tempo, oportunizar a construção de políticas neste campo.

Existe uma lacuna nos estudos que envolvem o mundo do trabalho e as pessoas transexuais, principalmente aquelas que realizam o trabalho sexual como fonte de renda. Por isso é que essa dissertação de mestrado visa pesquisar o trabalho sexual das pessoas transexuais na divisão sociosexual e racial do trabalho no contexto da pandemia da covid-19.

Destaca-se a importância pessoal que a construção intelectual desta pesquisa trará, principalmente por me reconhecer como uma pesquisadora feminista, cis, heterossexual, entendendo a diversidade e pluralidade que perpassa a experiência de cada mulher.

Partindo dessa perspectiva da pluralidade, dialogar com um universo ao qual não tenho vivência é oportunizar um crescimento pessoal de grande potencialidade, que terá um valor único para a minha vida intelectual, pessoal e profissional. Olhar a realidade com lentes de luta política, antirracista, compilando o processo da investigação científica com o projeto decolonial é lutar contra a

---

<sup>8</sup> Sobre o assunto ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 05 jun. 2021.

colonialidade e suas consequências epistêmicas que perpassam nosso território latino-americano.

Além disso, é de suma importância corroborar na reflexão social acerca do debate sobre o trabalho das pessoas transexuais, dialogando e contribuindo para desmistificar a percepção sobre marginalização, perversidade, não reconhecimento, opressões distintas as quais estão expostas. Elas sobrevivem à violência dos corpos que são matáveis.

Então, realizar esse debate é uma função política, que requer muita responsabilidade nas ações de cada etapa da construção intelectual, caminhando em igualdade com a comunidade LGBT, refletindo e analisando com maturidade e relevância a construção de uma pesquisa com tamanha importância social.

Nesta perspectiva de uma construção de igualdade com a comunidade, compreendendo a baixa produção acadêmica que versa com a temática em questão, almejamos que os resultados da pesquisa oportunizem conhecimento e reflexão sobre a realidade, bem como a produção de dados, pois a ausência no debate acadêmico é algo que fomenta a necessidade do estudo. Em uma breve pesquisa no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), não verificamos produção sobre esse recorte na divisão sociosexual e racial do trabalho, tampouco com a perspectiva decolonial.

Nesta direção, o nosso percurso metodológico se dará através de pesquisa documental e bibliográfica, a fim de possibilitar debate sobre o processo de violação de direito e o lugar do trabalho sexual de pessoas transexuais na divisão sociosexual e racial do trabalho. Analisamos os dossiês anuais elaborados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) intitulados “Assassinatos e Violências contra as Pessoas Trans” dos últimos 2 (dois) anos, ou seja, anos de 2020 e 2021. Compreendemos que a análise desse material trouxe dados comparativos para a observação do aumento das violências sofridas por pessoas transexuais no período da pandemia, principalmente entre as trabalhadoras do sexo. A escolha pelos dossiês se deu pela dificuldade de localizarmos dados sobre a população trans, o que revela o quanto essa população não é reconhecida, bem como demonstrou as subnotificações de dados sobre essa população.

Analisar a realidade numa perspectiva decolonial é vislumbrar uma sociedade capaz de entender as relações sociais impostas e moldadas pela colonialidade do poder, do saber e do ser, lutando e resistindo a essa organização de opressão e processos pertinentes à invisibilização das múltiplas formas de ser

mulher. Compreendermos nossas particularidades e não nos limitarmos ao binarismo de gênero é lutar contra as correntes que nos aprisionam e nos apagam.

Precisamos resistir à barbárie e a um processo histórico de inúmeras formas de violência e negação à existência da diversidade de gênero, que constroem mulheres universais, moldadas ao padrão heteronormativo e dominador. Pensar e praticar um feminismo que inclui todos os sujeitos, todas as mulheres, é lutar por justiça social, compreendendo que a colonialidade de gênero precisa ser superada, a complexidade e a importância de ações decoloniais, posicionamento político, entendendo que todo conhecimento é datado.

Vislumbramos um feminismo que inclua as pessoas transexuais na nossa luta contra as opressões que atravessam nossas vidas e nos apagam. Incluir, na discussão e na nossa lente de leitura e interpretação da realidade, um olhar que possa enxergar de forma crítica e política o sexismo, o heterossexismo, a dimensão de classe, o regionalismo e o racismo, em um processo que seja para além da academia, articulando comunidade e movimentos sociais, transformando o silêncio, a invisibilização, o preconceito, a hierarquia, o apagamento em ação. Precisamos refletir no direcionamento de objetivos coletivos e partilhados na busca de cessar o conceito de gênero, respeitando as variáveis existentes, dialogando na dimensão de incluir todos os feminismos.

Nesse caminho, a presente dissertação busca analisar o aumento da violência contra as pessoas transexuais, sobretudo as trabalhadoras sexuais no período da pandemia da covid-19. Questões que se tornaram mais evidentes neste período pandêmico, em especial nas grandes capitais, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Para tal propósito, no capítulo 1, foi abordada a conjuntura do trabalho, fazendo uma contextualização da divisão sociossexual e racial do trabalho, e incluindo no debate as pessoas transexuais, entendendo e construindo reflexões que possam corroborar ante os espaços laborais em que se encontra a população trans exercendo seu trabalho e, desse modo, os espaços excludentes, apreensão histórica diante das violações de direitos estruturadas e estruturantes na contextualização social brasileira.

Na sequência, no capítulo 2, foi realizada uma análise sobre a transexualidade, trabalho sexual e pandemia da covid-19, entendendo que os fenômenos que permeiam as vivências das pessoas trans são construídos sob múltiplos fatores de opressão, interligados à base colonizadora e racista que centraliza a construção social, envolvidos com a dominação e nexos de poder capitalista numa articulação de exploração, precarização, violência, submissão e

continuação da desigualdade que se faz presente e crescente na atualidade brasileira.

Salienta-se a importância dos estudos na perspectiva decolonial, interseccional, feminista, sobretudo a necessidade de análises do trabalho sexual de pessoas trans em uma realidade pandêmica com um governo extremamente violento, neoliberal, anticiência, racista, misógino, transfóbico e genocida.

No capítulo 3, realizou-se a análise dos dossiês produzidos pela ANTRA para demonstrar a violência sofrida pela população transexual no período da pandemia, principalmente entre as trabalhadoras do sexo. Para isso, trouxe notas sobre violência e sobre a ANTRA, nosso campo de pesquisa.

Desejamos que essa pesquisa, que foi construída com uma leitura feminista, decolonial e crítica, possa contribuir para uma maior compreensão da realidade vivenciada por pessoas transexuais trabalhadoras do sexo.

## 2. Divisão sociosexual e racial do trabalho: onde estão as pessoas transexuais?

A construção social referente à divisão sociosexual e racial do trabalho tem intrínseca relação com o modo de produção capitalista, envolvendo sua configuração, transformações e crises que perpassam cada período histórico, bem como as implicações lançadas para a classe trabalhadora, com atravessamentos e limites impostos numa perspectiva cisheteronormativa.

Hirata (2010) aprofunda o debate, destacando suas análises referentes às contradições que atravessam o mundo do trabalho e o lugar das mulheres nessa conjuntura capitalista que circunda o trabalho feminino, que, em sua maioria, ocupam o trabalho do cuidado, trabalho doméstico, caracterizado pela precarização do trabalho, entendendo que a divisão sociosexual e racial do trabalho perpassa pelo trabalho remunerado, trabalho doméstico, formal, informal, considerando também as mudanças e aproximações mundiais afetadas pela globalização e os crescentes índices de migrações internacionais femininas.

As dinâmicas de classe, de “raça”, e os movimentos migratórios não podem ser compreendidos sem a perspectiva de gênero. O gênero é um organizador chave da globalização neoliberal [...]. Consequências sobre a divisão sexual do trabalho: 1- a mundialização criou mais empregos femininos, mas empregos ao mesmo tempo mais precários e mais vulneráveis; 2- a abertura de mercados e a política de desregulamentação implicaram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a carga de trabalho remunerado e não remunerado; 3- privatização – uma parte do trabalho de reprodução social assegurada antes pelo Estado, passa a ser remetido à esfera familiar e ao mercado de trabalho precário (trabalho feminino pouco remunerado para assegurar o trabalho de reprodução social). (Hirata, 2010, p. 5).

Contudo, percebemos que é urgente uma nova organização da divisão sociosexual e racial do trabalho com menos desigualdades e mais possibilidades na perspectiva do acesso, principalmente quando o debate é pautado nas questões de gênero e as consequências que perpassam o tema, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ofertas precarizadas, degradantes condições de trabalho, dificuldades em estabilidade no trabalho, mormente as mulheres com filhos.

Saffioti (1976) apontou que o trabalho é um eixo fundamental para a consolidação e continuação do capital, portanto ao longo de toda a trajetória o capitalismo passa a ter dominação e controle sob o universo do trabalho.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (Saffioti, 1976, p. 18).

Saffioti (1976), precursora nas pesquisas relacionadas ao lugar da mulher nesse contexto capitalista, corrobora com reflexões que percorrem a trajetória da divisão sociosexual e racial do trabalho e seus atravessamentos, como a condição imposta de inferioridade da mulher em relação ao homem, analisando desde os primórdios a contemporaneidade na conjuntura da divisão sociosexual e racial do trabalho em decorrência da marginalização, exploração do grande contingente de trabalhadoras desde o início do processo de industrialização, danos intensificados no decorrer da produção capitalista, que ampliava o tempo de trabalho, com salários extremamente menores que os dos homens.

Saffioti (1976) reforça o entendimento de que esse modo como o sistema social constrói as classes e divisão sexual enrijece a continuidade de um longo processo, que coloca a mulher numa condição inferior ao masculino. Sendo assim, as possibilidades ofertadas para as mulheres perpassam a realidade da sociedade e principalmente o modo de produção capitalista.

Verificamos o crescente número de desempregados no Brasil intensificado pela pandemia da covid-19, sobretudo em decorrência da ordem capitalista que destrói direitos trabalhistas, extingue postos de trabalho, fragiliza a classe trabalhadora e intensifica a miséria.

Com isso, se o trabalho é o aporte essencial para a manutenção do capital, vem sustentado no trabalho e na manutenção da exploração, precarização e crescente massa de trabalhadores subutilizados. Dessa forma, quais circunstâncias são postas para as mulheres e as pessoas transexuais no capitalismo?

Precisamos pensar e discutir para além das mulheres cis, tão julgadas e inferiorizadas em todo o processo da produção capitalista e, para além disso, em toda a construção social. Assim, observando a necessidade de tensionar a discussão sobre divisão sociosexual e racial do trabalho, perguntamos: onde estão as pessoas transexuais nesta “divisão”?

Consubstanciar no debate sobre trabalho as pessoas transexuais é dialogar para além da cisgeneridade que domina o mundo do trabalho, alimentando

preconceito e violência. Desse modo, precisamos repensar os processos relacionados ao trabalho e sua divisão.

Todavia, a duradoura e perversa massa de trabalhadores que buscam oportunidades de trabalho e só encontram relações de trabalho extremamente precarizadas com salários ínfimos é resultado de um regime construído pelo capitalismo, que descarta uma significativa parte dessa massa de trabalhadores por falta de qualificação, preconceito racial, de gênero, performatividades, características físicas. Diante disso, as pessoas transexuais se incluem nessa massa de trabalhadores que configura a descartabilidade para o capital, ficando as condições de trabalho extremamente precarizadas, fazendo parte do mercado de trabalho informal e de poucas oportunidades.

Debater sobre o mundo do trabalho e suas transformações, bem como entender quais implicações dessas transformações afetam as pessoas transexuais em sua condição de trabalho é de suma importância, considerando que precisamos de uma mudança coletiva.

Transformações estas que foram em escala global, devido à crise do capital. Com isso a classe trabalhadora passa a vivenciar mudanças mais intensas a partir da década de 1970. O capital no intuito de acumulação passa a se utilizar de medidas para garantir meios de manutenção da produção e lucro, desta forma a reestruturação produtiva foi uma das mudanças mais significativas e danosas para os trabalhadores (Antunes, 2003).

Com o avanço do neoliberalismo – onde a precarização do trabalho se tornou ainda mais presente na realidade do mundo do trabalho – com a retirada de direitos, sucateamento, privatizações, a classe trabalhadora se viu mais acuada, já que as estruturas organizacionais ficaram voltadas para a necessidade do capitalismo, uma vez que, a cada nova crise, o capitalismo se alinha à realidade, para que possa continuar garantindo seu crescimento e acumulação.

Ao longo de toda a trajetória capitalista e diante das fases e crises ocasionadas pelo capital, ele busca traçar estratégias para garantir a continuidade da sua acumulação. Para isso, provoca oscilações que perpassam as estruturas do trabalho que já estão em curso e afetando conseqüentemente o trabalho que virá.

Nessa conjuntura de intensa fragilização, ampliação e crescimento da precarização que envolve as relações trabalho, é notório que as mudanças transcendam para as relações sociais, intensificadas pela competitividade, fundante na ideologia cisheteronormativa.

Além de refletir sobre as transformações capitalista na sociedade, é imprescindível entender que a ideologia predominante tem em sua base – capitalista, racista, homofóbica, transfóbica, heterossexual, patriarcal – comportamentos, atitudes e diálogos extremamente dominadores e exploratórios, construídos numa sustentação radical e perversa, propositalmente, mediante um sistema alienante que faz com que os indivíduos não se vejam em meio a uma organização de repressão e anulação do outro, naturalizando processos violentos que são capazes de provocar retrocessos de grandes proporções, principalmente para a população transexual.

Antunes (2018) em seus estudos já demonstrava o crescimento em grande escala referente aos trabalhadores da era digital, sem contratos, onde a insegurança trabalhista se faz presente e ascendente em um processo voraz, precarizado e de intenso risco para a classe trabalhadora.

No capitalismo as relações sociais se tornam mercadológicas, acirrando as desigualdades, exploração e intensificação da violência, principalmente para as pessoas transexuais.

De acordo com Benevides e Nogueira (2021), no período de 2008 a 2020, foram registrados, em média, 122,5 assassinatos de pessoas transgêneras por ano, uma estatística que coloca o Brasil no topo do ranking mundial de homicídios de travestis e transexuais, de acordo com dados internacionais da ONG Transgender Europe (TGEU)<sup>9</sup>. A média nacional é alarmante, em 2020 registrou-se 175 assassinatos, um número superior a 2019 e 2018. O dossiê organizado por Benevides e Nogueira (2021) caracteriza as vítimas de modo interseccional, o que pode favorecer na construção de políticas públicas direcionadas aos contextos específicos. Por exemplo, a raça é componente estrutural forte entre os assassinatos trans, visto que 70% das vítimas em 2020 eram negras (pretas e pardas), percentual muito parecido com os dos anos anteriores. Sobre as questões raciais. (Nascimento, 2021, p. 177).

O estudo de observação de modo interseccional é essencial para confirmar que a violência de gênero tem correlação com raça e gênero, sendo indissociáveis diante das barbáries que encontram e aniquilam os corpos transexuais, ou seja, transexuais e preta vivenciam duplamente os riscos do preconceito e o excesso da força da violência da sociedade e do Estado, na tentativa de prover o apagamento dessa população. A transfobia, o machismo, o racismo, o cristianismo matam diariamente corpos transexuais que em muitas vezes ficam impunes, sem investigação e justiça, confirmando que aqueles corpos já estavam esquecidos, abandonados, subjugados, passados pelo júri da negação de direitos, impostos pela ideologia da exclusão, marginalização e aniquilamento.

---

<sup>9</sup> Transgender Europe (TGEU) é uma ONG Internacional que trabalha no combate a violência às pessoas transexuais, como também o monitoramento e proteção dos direitos às pessoas transexuais. Disponível em: <https://tgeu.org/about-us/>. Acesso em: 01 maio 2022.

É necessário descortinar o real para buscar coletivamente perspectivas e caminhos diante do cenário desolador que se instaurou na atualidade brasileira, sobretudo para as pessoas transexuais. Nesta direção, refletir sobre as pessoas transexuais trabalhadoras sexuais se faz urgente.

Contextualizar a divisão sociosexual e racial do trabalho com intersecções de raça é confrontar com a realidade imposta e, com isso, analisar a urgência de quebrar as barreiras da imposição e de uma naturalidade forjada pela negação da diversidade de gênero, que precisa ser discutida, entendida e apoiada coletivamente, vislumbrando o acesso a direitos sociais dessa população.

É importante enfatizar que estamos falando de um cenário brasileiro, com políticas neoliberais que apresentam danos longitudinais para o trabalho. Nesse contexto, a divisão do trabalho se apresenta fundada nas opressões que se intensificam dos aprofundamentos que a crise capitalista pode atenuar.

Além de ser individualista, o mundo moderno é o “mundo do um”, que descarta todas as formas de outridade como um problema. [...] o que não pode ser processado por essa grade torna-se um resto que carece de realidade e plenitude ontológica; então é incompleto, irrelevante e descartado. A desconstrução derridiana, que desestabiliza o par binário, seria, portanto, desprovida de sentido dentro da lógica da dualidade. Com a transformação da dualidade uma variante do “múltiplo” no binarismo do “um” universal, canônico e “neutro” e seus outros resto, sobra, anomalia, margem, passam a enclausurar-se os trânsitos, a disponibilidade para a circulação entre as posições passa a ser colonizada pela lógica binária e o movimento entre as posições é cancelado. Uma vez que a lógica assume o controle, o gênero torna-se rigidamente fixado à matriz heterossexual ocidental. Isso gera a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade e a liberdade sexual, a necessidade de direitos para proteger as pessoas da homofobia e da transfobia. (Segato, 2021, p. 113).

Diante da violência que se faz presente no cotidiano de vida da população transexual, é relevante reafirmar o debate acerca da falta de acesso às políticas públicas, principalmente em contexto de pandemia da covid-19.

O desafio para a população transexual, neste contexto pandêmico, é mais potencializador de inseguranças, de violação de direitos e de risco iminente de contaminação e morte. A transfobia que se faz presente durante toda a vida das pessoas trans ficou bem explícita quando essa população buscou o acesso ao auxílio emergencial, nota-se uma burocracia ao acesso aos direitos instituídos por lei.

Durante a pandemia da covid-19, uma das medidas governamentais para conter a crescente necessidade populacional que estava sem renda devido à crise sanitária foi a criação de um auxílio emergencial<sup>10</sup>, no qual para obter a inscrição

---

<sup>10</sup> No próximo capítulo, iremos abordar o auxílio emergencial.

e aguardar aprovação era preciso ter um aparelho celular e acesso à internet. Essa determinada medida deixou de alcançar uma parcela considerável de pessoas em situação de pauperização, devido à burocratização do processo de acesso a uma política que deveria garantir segurança para ter um isolamento social efetivo atendendo as demandas básicas de vida.

Sendo assim, parte da população transexual ficou sem acesso ao benefício que, além da burocratização existente, tinha os entraves de dificultar as etapas da inscrição por não reconhecer os dados das pessoas transexuais.

Portanto, a violência institucional mais uma vez é atenuante na vida das pessoas trans, na tentativa de buscar direitos sociais, já que as pessoas transexuais também estão na condição de trabalhadoras afetadas pela crise sanitária.

A ausência de acolhimento familiar e a constante violência que perpassa a realidade das pessoas transexuais – sejam violência familiar, institucional, negação de sua identidade nos espaços educacionais – corroboram em contínuos isolamentos e exclusões já tão presentes na vida da população trans.

Sendo assim, é de suma importância dialogar sobre a realidade dessa população em contexto de pandemia, como as trabalhadoras sexuais passaram diante de toda a situação de crise sanitária, onde a todo momento era noticiada a importância do isolamento social, para que existissem um cuidado e proteção com a alimentação, moradia digna, acesso à água potável – situações imprescindíveis para a garantia de manutenção da saúde física e mental em circunstâncias de vida, e ainda mais quando se trata da realidade pandêmica.

Os atravessamentos, desigualdades, crises política, sanitária e econômica onde o Brasil vem em situação crítica, principalmente para o setor autônomo, o qual vende sua força de trabalho mediante a oferta de serviços, tiveram consequências incalculáveis para as pessoas que sobrevivem do trabalho e, especificamente, para a população transexual que se encontra na situação de falta de reconhecimento de seus direitos, que sofre diversas violências. As trabalhadoras sexuais estiveram exatamente na condição das trabalhadoras que não puderam realizar o isolamento, e, pela necessidade de sobrevivência, ficaram expostas aos riscos da pandemia para proverem meios de garantir suas subsistências, vide a dificuldade, relatada anteriormente, de acesso ao auxílio emergencial.

É de conhecimento que existe um déficit significativo e preocupante, tanto na questão da disponibilidade do acesso, como na qualidade do serviço e nos entraves em viabilizar vagas em unidades de acolhimento para as pessoas

transexuais, pois, é recorrente encontrar violência institucional, preconceito com a sua identidade de gênero; situação essa que, em tempos de pandemia, ficou mais evidente.

É oportuno sinalizar que a militância LGBT tem um papel fundamental na busca de viabilizar direitos, em uma luta constante em disponibilizar alimentação, abrigo, oportunidades de cursos profissionalizantes objetivando prover qualificação e admissão no mercado de trabalho. Existem diversas ONGs no Brasil que realizam trabalhos de extrema importância e efetividade, e que passaram por consideráveis dificuldades na pandemia, tanto pelo aumento da demanda em busca de apoio, como também por falta de financiamento do governo, que torna o trabalho ainda mais desafiador diante das distintas necessidades que perpassam esses espaços.

Em relação ao acesso às políticas públicas voltadas para a população transexual, nota-se um aumento. Contudo, não existem dados oficiais sobre acesso ao Cadastro Único para que seja possível se inscrever nos programas sociais do governo. Paralelo a isso, também não existem muitos dados oficiais referentes à violência sofrida pela população transexual, o que dificulta a construção de leis e programas mais efetivos na proteção das pessoas transexuais.

Especificamente sobre qualificação profissional e admissão em oportunidades de trabalho, são ínfimas as possibilidades que chegam para as pessoas transexuais. Não existem prerrogativas, incentivos ou leis que viabilizem abertura para obtenção de vagas no mercado de trabalho por parte do poder público; dessa forma, algumas oportunidades, mesmo mínimas, são ofertadas pela iniciativa privada.

Ao longo de suas histórias de vida, a violência se faz presente e o mercado de trabalho se apropria da força de trabalho para cumprir seus excessos de opressão, questão que está enraizada na formação social brasileira como destacam Marinho e Almeida (2019):

A face conservadora da sociedade brasileira – cuja formação social tem a marca do escravismo e do patriarcado e cuja formação histórico-política tem o estatuto de ex-colônia – agudiza ideologias opressoras de gênero, raça/etnia, classe. O machismo, o sexismo e o sistema patriarcal operam como mola propulsora dos binarismos de gênero e da cisheteronormatividade. Sob essas ideologias, o corpo trans, seja ele assumindo uma gramática corporal masculina ou feminina, por escapar dos padrões de gênero e por afrontar o patriarcado, sofre a transfobia. (Marinho; Almeida, 2019, p. 118).

Desta forma, torna-se urgente a compreensão que as relações sociais são construídas em estruturas capitalistas, patriarcais, racistas, detentoras das opressões e aniquilamento das pessoas transexuais.

Partindo desse entendimento, constatamos a importância de relacionar o trabalho na contemporaneidade com a construção imposta das identidades binárias ao longo das décadas. Portanto, apontar análise referente à classe social, raça e gênero, bem como ao processo capitalista, torna-se urgente na construção das relações numa projeção embasada na cisgeneridade. Compreender essa lógica das relações sociais é peça fundante para entender e relacionar trabalho, gênero, classes sociais, sexualidade, exclusão, comportamentos, racismo, interseccionalidade, atravessadores e mantenedores da transfobia.

Concomitante a isso, constatamos, com a retirada de financiamento das políticas sociais, diminuição da qualidade e quantidade dos serviços ofertados na política de assistência social, mesmo em tempos de pandemia, onde o desemprego teve um crescimento significativo e permanente.

Diante do cenário pandêmico no qual estamos imersos e que expõe de forma ainda mais intensa a falta de responsabilidade do Estado com a classe trabalhadora, o neoliberalismo segue na intercessão das predileções do capital, que impulsiona as consequências das suas crises na fragilização e pauperismo da população brasileira, sendo fator indispensável para garantir manutenção do capitalismo e obtenção do lucro.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (Marx, 2017, p. 719).

Reiteramos que o sistema capitalista, para garantir sua manutenção e força, necessita que, assim como o lucro, existam o pauperismo e a superpopulação relativa, para que seja possível a continuidade da ordem capitalista.

Desta forma, podemos assimilar que, diante de todo o contexto e vivência da população transexual, existe um considerável número dessa população que está em uma realidade de pauperismo, em condições degradantes de trabalho, em constante risco.

Mediocrizar a vida humana é estratégia fundante e pertencente ao processo relacionado ao capital, que coloca a população transexual ainda mais em situação de exploração, inutilizações, insegurança, ficando as pessoas transexuais cada vez mais distantes dos trabalhos formais. De acordo com dados da ANTRA (2020),

apenas 10% da população transexual tem acesso a trabalhos formais, onde o desemprego, relações de trabalho exploratórias e violência são recorrentes e crescentes na vida das pessoas transexuais.

As desigualdades sociais que transcorrem e marcam as trajetórias de vida da população transexual, correlacionadas com a sexualidade, identidade de gênero, são mantenedoras das categorias, rótulos e ampliação da violência que dominam a divisão sociosexual e racial do trabalho, posicionando as profissões e composições que são passíveis de ocupá-los e, nesse processo, articulam os corpos não aceitos, promovendo as exclusões do mundo do trabalho dito formal.

Portanto, no Brasil, existem poucos dados oficiais sobre a situação trabalhista das pessoas transexuais, o que torna o Estado mais ausente e distante da elaboração de políticas sociais destinadas a essa população. Ressaltamos que muitos dados são produzidos pelos movimentos sociais das pessoas trans.

## **2.1. “Divisão sexual do trabalho”**

Neste item, exclusivamente, utiliza-se o termo “divisão sexual do trabalho”, pois assim está na bibliografia especializada sobre o tema, porém a intenção neste trabalho é usar o termo “divisão sociosexual e racial do trabalho” por considerarmos a interseccionalidade neste processo, questão a ser explorada no próximo capítulo.

Biroli (2018) traz a reflexão acerca da posição da mulher na divisão sexual do trabalho, que limita ou exclui, a sua participação na política, limitações estas que são estruturais da lógica da divisão sexual do trabalho com sua opressão e barreiras impostas a maiorias das trabalhadoras, numa desigualdade voraz.

Essa ausência das mulheres na democracia configura uma amplitude das dificuldades de acesso à política vinculada à posição social, salários inferiores e precarizados.

Com isso, Biroli (2018) afirma que a ausência de participação das mulheres na política vai além da ocupação em determinados cargos, sendo mais profunda a sua análise quando destaca que essa inexistência seria ainda mais preocupante quando se detém à lacuna existente nas ações políticas.

Trazendo apontamentos e simultaneidade entre “a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (Biroli, 2018, p. 26), segundo a autora:

A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. (Biroli, 2018, p. 27).

Compreender, portanto, que trabalho remunerado e não remunerado é o ponto essencial para se entender a divisão sexual do trabalho.

Biroli (2018) destaca a realização do trabalho doméstico meramente realizado por mulheres, cuidados com idosos, pessoas com deficiência, cuidado com o marido, trabalho sexual, reprodutivo, criação dos filhos, incluindo assim os afazeres relacionados aos preparos da alimentação, organização e limpeza das roupas, sendo a força de trabalho da mulher capturada no ambiente doméstico que, dessa forma, se configura em regalias desiguais.

Consequentemente, favorece e exclui, explora as mulheres, tornando o espaço doméstico um lugar de opressão, sendo simultaneamente ampliado para ambientes além do lar, delineado na forma de exploração capitalista nos processos de atividades laborais de mulheres.

Corroborando esse debate, Hirata diz que:

Considerar o trabalho doméstico e assalariado, remunerado e não remunerado, formal e informal, como sendo modalidades de trabalho, implica um alargamento do conceito de trabalho e a afirmação da sua centralidade. Se o emprego assalariado retrai-se, a atividade real do trabalho continua a ter um lugar estratégico nas sociedades contemporâneas. (Hirata, 1993, p. 7).

Outro ponto importante para o debate sobre divisão sexual do trabalho são seus processos e conexões de superioridade e subordinação, configurados a formas de trabalho naturalizadas na posição do papel do feminino e masculino, colocando em prática as desigualdades, o racismo, sexismo, machismo, patriarcado e o lugar de cada sujeito na sociedade. Desse modo, Biroli (2018) traz apontamentos consistentes.

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras. (Biroli, 2018, p. 40).

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho, em consonância com a classe, a raça, compõe o gênero, promovendo as desigualdades, resultando na diminuição das mulheres a acessarem a renda, tempo livre e cooperação em espaços políticos, como oportunidades em atuar democraticamente.

A concepção de divisão sexual do trabalho surgiu inflexivelmente no que é trabalho pautado nas feminilidades e masculinidades. Assim sendo, a divisão sexual do trabalho ocasiona uma confrontação entre o feminino e o masculino, atrelada a posicionamentos opostos e desiguais entre as mulheres em conformidade à raça e classe.

Limitando-se a questões relacionadas à binaridade e heterossexualidade, onde as identidades de gênero, como transexuais por exemplo, não foram contemplados nos estudos ou mesmo citados como sujeitos do mundo do trabalho.

Em procedimentos tardios enraizados pela divisão social, heterossexual, excludente, patriarcal, as pessoas transexuais não tiveram oportunidades de serem adicionadas em trajetos de pesquisas sobre sua inserção na divisão sexual do trabalho, resultando em processos de invisibilização, preconceito, racismo, produzindo maneiras para que esses sujeitos não fossem de fato percebidos e incluídos nos meios de trabalho, ficando isolados e marginalizados na efetivação da opressão e extermínio de suas vidas.

À vista disso, oportunamente, será necessário ampliar o diálogo, na perspectiva de corroborar as discussões que perpassam lacunas no que definem processos de análises relacionados às experiências de pessoas transexuais no mundo do trabalho, levando em consideração os arranjos que o mundo do trabalho heteronormativo caracteriza por meio das relações sociais fixadas no capitalismo, patriarcado, racismo, estabelecidas por dificuldades tanto na inclusão de pessoas transexuais nas atividades laborais, como também na sua continuação no mundo do trabalho.

Trajetórias laborais de trabalhadores/as trans conformam-se entrelaçadas por dificuldades: de conseguir trabalho (mesmo que precário, sob exígua ou nenhuma proteção social); de vivenciar relações laborais não degradantes; de obterem estabilidade de emprego; de assegurarem renda ou estabilidade da renda, entre outras. Há, portanto, uma distribuição desigual da instabilidade, da incerteza e da degradação na esfera da produção social, porque a precarização do e no trabalho, e sua expressão mais aguda, o desemprego, também comporta uma divisão sexual. Neste sentido, experiências laborais trans conformam-se sob a ingerência da divisão sexual do trabalho, a qual incorpora o segmento de trabalhadores/as trans de modo desigual e diferenciado. (Brito et al., 2020, p.57).

Logo, fica evidenciado que o direito ao trabalho de pessoas transexuais não é apenas seu acesso ao mundo do trabalho, portanto, estar inserido em atividades relacionadas ao mundo do trabalho e seu acesso à renda, envolvendo, também, as dificuldades sob uma divisão sexual do trabalho, que produz exclusões e determina quais gêneros poderão ter acessibilidade a direitos, segurança e, principalmente, permanência em volta de hierarquias potencialmente heterossexuais, racistas, preconceituosas.

Além disso, essas exclusões são geradoras de controles e processos de competitividades desiguais, provocando adoecimentos e processos dolorosos, ocasionando desligamentos em oportunidades tão raras de inclusão de trabalhadores transexuais no mundo do trabalho.

Assim sendo, a discriminação e a subordinação que as experiências de trabalho dispõem para a população transexual vêm apoiadas pela exploração, relações sociais regulatórias, numa replicação e produção de gênero.

Como resultado, é abafado e reproduzido como um processo natural de exclusão capaz de um não ajustamento proposital e sutil, que marginaliza e elimina aqueles que não atendem as exigências conferidas à divisão sexual do trabalho.

Desse modo, quando questionamos a divisão sexual do trabalho, ou temos lacunas nos processos de efetivação, ou ausência de trabalhadores em atividades laborais ditas que são para todos os trabalhadores que se adéquam a determinadas exigências e perfil da instituição, não podemos deixar de problematizar que as relações sociais, classe e sexo estão em inerência apagando as identidades transexuais, alimentando um ilegítimo entendimento do que se constrói como sexo social.

Desconsiderar o sexo social na expressão das identidades trans, categorias que compõem e ampliam a heterogeneidade de gênero e de classe, configura processos que contribuem para falsear a compreensão de classe social e também do gênero. Evidenciar, na perspectiva da diversidade de gênero, sexo social e classe social como categorias indissociáveis constitui aporte fundamental para questionar a concepção da classe trabalhadora como massa homogênea e o caráter assexuado das relações e práticas de trabalho. (Brito et al., 2020, p. 63).

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, fixada no trabalho masculino como produtivo, e feminino como reprodutivo, foi e ainda é debate para muitas discussões e problematizações, delimitando as relações sociais, desigualdades, patriarcado, subalternidade, exploração do trabalho, violação de direitos, exclusões, preconceitos, fragilização da classe trabalhadora e processos de trabalho em situações análogas à escravidão.

Com isso, refletir sobre relação social na divisão sexual do trabalho nos permite indagar: “Quais lacunas ainda perpassam o mundo do trabalho numa perspectiva contemporânea para além do feminino e masculino?”.

A gênese do conceito de divisão sexual trabalho dá-se em torno de concepções rígidas de masculinidades e feminilidades, de modo que a diversidade trans não constitui objeto ocupado no interior da problemática de gênero e relações de gênero em estudos feministas pioneiros acerca da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, os estudos da divisão sexual do trabalho, em que pese sua contribuição para o entendimento de que sexo/gênero importam na organização do trabalho na sociedade capitalista, assumem uma unidade nos polos masculino/homem e feminino/mulher que desconsidera os processos sócio-históricos e culturais transversais a essas definições. Supõe-se que todas as mulheres possuiriam posições semelhantes nas relações sociais. (Brito et al., 2020, p. 64).

Por isso, nesta pesquisa de mestrado busca-se compreender o lugar das pessoas transexuais na divisão sexual do trabalho, contudo será necessário um estudo mais aprofundado dos primeiros escritos sobre o tema, tais como: “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” de Elisabeth Souza-Lobo (1991), “Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade” de Helena Hirata (2002), “O sexo do trabalho” de Andrée Kartchevsky-Bulport et al. (1986), para citar alguns nomes.

## **2.2. Perspectiva decolonial e pessoas transexuais**

Considerando a relevância de uma análise ampla e pautada no conhecimento diante da imposição que nos é posta quanto à colonialidade, onde a modernidade/colonialidade causa um processo de invisibilização dos indesejáveis, matáveis, excluídos e subalternizados, este projeto busca dialogar, pesquisar, discutir, desconstruir e construir novos modos de análises e novas formas de resistências diante de um processo de invisibilização, que perpassa a vida das pessoas transexuais e travestis. Ter uma percepção na perspectiva da decolonialidade<sup>11</sup> nos permite uma maior compreensão da colonialidade do poder.

---

<sup>11</sup> “Decolonialidade é um termo usado principalmente por um movimento latino-americano emergente que se concentra na compreensão da modernidade no contexto de uma forma de teoria crítica aplicada a estudos étnicos e, cada vez mais, também em estudos de gênero” (Ballestrin, 2013 apud Mendes; Fonseca, 2020, p. 84).

É importante compreendermos que decolonialidade não é o mesmo que descolonialidade, pois descolonialidade consiste em derrotar a colonialidade. Com isso, a decolonialidade seria oportunamente a superação da modernidade/colonialidade<sup>12</sup>, onde a exploração, o conflito e a dominação têm imbricação na raça, no gênero e no trabalho.

Nesse sentido, pilares para a solidificação e sustentação do capitalismo, estruturados em uma hierarquia organizada pela colonialidade (Ballestrin, 2013). Para Quijano, a colonialidade é:

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2005, p. 342).

O autor denuncia as formas coloniais em que estamos submersos, mesmo com o fim da colonização, apontando que a colonialidade do poder é o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

A colonialidade tem sua profundidade e complexidade ainda mais perversa e solidificada do que o colonialismo, ou seja, a colonialidade é imposta no racismo, na xenofobia, na transfobia, na desigualdade, construindo exclusão, violência e radicalização, impondo uma sociedade heteronormativa, que constrói diversas formas de marginalizar, subalternizar e inferiorizar os negros, os indígenas, os quilombolas, os ciganos, logicamente todas as comunidades que não fazem parte da condição eurocêntrica do homem branco heteronormativo, marcado e determinado historicamente como uma condição natural de superioridade.

Segundo Maldonado-Torres:

Vistas desde a abertura epistêmica dos estudos étnicos, as ciências modernas ocidentais aparecem como forjadas por uma linha divisória epistemológica, a qual é também uma linha que ajuda a estruturar a esfera do poder e a produção de sentido entre o que se considera como secular e o que se entende como religião. Da mesma forma, e simultaneamente, essas ciências jogam um papel crucial na criação e

<sup>12</sup> “El grupo de modernidad/colonialidad ha encontrado inspiración en un amplio número de fuentes, desde las teorías críticas europeas y orteamericanas de la modernidad, hasta el grupo surasiático de estudios subalternos, la teoría feminista chicana, la teoría postcolonial y la filosofía africana; así mismo, muchos de sus miembros han operado en una perspectiva modificada de sistemas mundo. Su principal fuerza orientadora, sin embargo, es una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos” (Escobar, 2003, p.53). O grupo modernidade/colonialidade é considerado por Escobar como um “programa de investigação” (Escobar, 2003, p.53). De acordo com Ballestrin (2013, p. 99): “Com pouco mais de dez anos de existência, o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI”.

manutenção de uma linha de diferenciação ontológica entre a zona do ser e a zona do não ser. Enquanto a linha secular responde ao “fato do pluralismo”, a linha ontológica responde ao que poderia ser chamado de “fato da desigualdade humana” tal e qual foi tematizado no contexto da expansão imperial moderna europeia. O “fato da desigualdade humana” é uma forma de expressar o convencimento de europeus acerca de seu pertencimento a um modelo superior de humanidade do qual outros sujeitos e comunidades inferiores não participam. Este aparente “fato” faz com que a colonização do não europeu suponha não somente a exploração, senão também a desumanização dos colonizados, o que cria um novo fato que começa a se cristalizar sobre todo colonizado: “o fato da desumanização”. Os estudos étnicos surgem como resposta crítica ao “fato da desumanização” e para isso o identificam com o conceito da linha de cor, a qual se pode entender como a linha ontológica moderno-colonial. (Maldonado-Torres, 2016, p. 84).

A compreensão ontológica do ser e do não ser, a desigualdade humana, como também a desumanização dos colonizados, o lugar de superioridade do europeu diante dos colonizados, oprimidos, explorados. Maldonado-Torres (2016) traz a reflexão de se pensar o lugar do não ser em nossas pesquisas. O que é o não ser, com o olhar do investigador, entendendo de forma analítica?

Pensar o não ser é entender que existe uma marcação corporal, questões étnicas, opressão dos povos negros; é uma construção pensada no que não tem importância, não necessita ser visto, respeitado, colonizado. Portanto, comunidades indígenas, negros, não passaram pelo processo de colonização, não foram reconhecidos como seres.

Compreender a interseccionalidade é primordial para se entender a dinâmica que perpassa a lógica do não ser na sociedade, logo, analisando a complexidade das distintas opressões de gênero, raça e classe.

Maldonado-Torres (2016) aponta que a interseccionalidade precisa incluir a dimensão territorial. Portanto, interseccionalidade tem sentido amplo para além de análises críticas acerca de colonialidade e opressões, provoca questionamentos e incômodos dos silenciados, invisibilizados, escravizados, marginalizados e subalternizados.

Partir do entendimento sobre interseccionalidade e os entrelaçamentos que perpassam as opressões, conectadas a fatores múltiplos na organização estrutural da formação sócio-histórica da sociedade atrelada à colonialidade, é compreender o lugar do não ser, e desse modo entender a necessidade de uma transdisciplinaridade decolonial, suas disciplinas e seu método. Logo, se faz presente a urgência de uma formação pautada na atuação de ser e de conhecer, construindo uma consciência decolonial (Maldonado-Torres, 2016).

As relações sociais e, principalmente, as de dominação impostas pela colonialidade do poder e eurocentrismo alcançaram um processo de globalização, alicerçado no capitalismo colonial/moderno, construindo uma referência mundial

de poder, criando também a ideia de raça. Tendo início na América e, posteriormente, se ampliando por todo o mundo. Segundo Quijano:

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (Quijano, 2005, p. 117).

Logicamente, a concepção de raça foi idealizada na forma de poder e dominação nas relações coloniais, naturalizando as relações impostas relacionadas à superioridade e inferioridade.

Quijano (2005) conceitua o sistema-mundo como comando do mercado mundial atribuído ao poder nas relações sociais, na subjetividade e no controle e exploração do trabalho sobre a dominação e o poder do capital, à sobreposição da Europa no que denomina conhecimento sobre as demais regiões no território mundial, sendo o conhecimento eurocêntrico hegemônico superior aos demais.

Partindo da perspectiva e análises apontadas por Quijano (2005) relacionadas à colonialidade, o autor também descreve como uma base de poder sobre as demais áreas do mundo, um processo que rejeita a existência das outras culturas, conhecimento, política, economia. Assim, é negado tudo que não esteja colonizado e atribuído ao padrão de poder eurocêntrico.

Tomando por base a concepção dos autores supracitados, e trazendo para o debate uma análise feminista decolonial, vislumbramos compreender a colonialidade de gênero a partir dos estudos da Lugones (2014). A autora sinaliza que não vivemos mais a colonização, porém, a colonialidade de gênero; ela é intensa, complexa e presente em nossa sociedade. Para a autora:

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial” (Lugones, 2014, p. 939).

A autora discorre em seu texto sobre a colonialidade de gênero, onde formas de relação de gênero e sexualidade são impostas, ou seja, a organização de gênero atende uma construção eurocêntrica.

Resistir à colonialidade de gênero é entender a real necessidade de confrontação, compreendendo-a como um processo de apagamento, de ocultação, de opressão àquele que suporta, que sofre ataques, que é perseguido, que não é reconhecido.

Com isso, a diferença colonial é o local onde a colonialidade do poder ganha atuação, na disputa com os que resistem à organização colonial, no enfrentamento entre dois tipos de história, em distintos espaços nas sociedades que foram colonizadas e onde ainda consistem e persistem a colonialidade de gênero.

Lugones (2014) destaca a iminência em compreender o feminismo e os processos de subalternização da mulher associados à racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo.

O feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (Lugones, 2014, p. 941).

Pensar a descolonização do gênero é uma ação que busca identificar mudanças sociais, analisando a opressão de gênero colonizada, heterossexual, racista, capitalista e, acima de tudo, assimilar que o processo de oprimir e resistir é uma relação interligada com a subjetividade/intersubjetividade.

Perceber, sobretudo, que a colonialidade de gênero, como também a colonialidade de poder estão enraizadas no sistema de poder capitalista, que tem seu fortalecimento e amplitude na intersecção de raça, classe e gênero, um conjunto onde a colonialidade se expressa de múltiplas formas, hierarquizando e articulando com as opressões que perpassam as vidas das mulheres.

Superar a colonialidade de gênero, na perspectiva do feminismo decolonial, é, portanto, iniciada a partir do instante que a feminista observa e compreende a colonialidade de gênero como algo imposto pelo colonizador eurocêntrico, branco, heterossexual, que objetiva apagá-la.

Sendo assim, o feminismo decolonial objetiva resistir à organização da colonialidade de gênero, buscando com que a mulher passe a olhar para si, com

um olhar político de luta, e seja resistência onde se configurou, num processo longo e histórico, o apagamento.

Resistir à colonialidade de gênero é, portanto, não naturalizar um processo duradouro e ainda presente de práticas epistemológicas que objetivam exterminá-las (Lugones, 2014).

Ao trazer para a discussão a opressão de gênero e as desigualdades que perpassam a vida das mulheres, principalmente as que não são reconhecidas como mulheres pela colonialidade de gênero, como as pessoas transexuais, que, assim como as mulheres negras, sofrem um processo de não reconhecimento.

É imprescindível compreender que somos diversas e plurais, vivenciamos distintas opressões, construídas em uma sociedade que nos silencia e nos molda a serviço do patriarcado, do capitalismo, do padrão heterossexual, do sexismo e da moral constituída pela colonialidade do poder e pelo sistema capitalista.

É premente a necessidade de desnaturalizar os espaços, numa perspectiva que exige um olhar amplo, maximizado, potencializador e político, que seja capaz de incluir todas as mulheres e não faça parte de uma epistemologia que segrega, exclui, apaga e naturaliza os sujeitos que são matáveis pelo sistema de poder.

As práticas que contribuem para a discriminação são protagonizadas por usuários/as, familiares, profissionais e gestores/as e não são de modo algum resultantes da perversidade individual. São construções sociais, são ideologias e, como tais, passíveis de serem desconstruídas através da mediação do trabalho político e educativo na dimensão individual e coletiva. [...] A invisibilização, ademais, constitui uma das expressões mais perversas do preconceito. Ela atua tanto através de dispositivos que não permitem o reconhecimento da existência de práticas discriminatórias, como o silêncio, a dissuasão dos/as que desejam denunciar, a rejeição do debate, quanto através da invisibilização da existência material dos próprios sujeitos. (Almeida, 2013, p. 79).

Urge pensar a organização das relações sociais e entender os entraves em que estamos submersos, em cotidianas práticas, excludentes e segregadoras, desde a colonização do nosso país, onde o processo de silenciamento, de ocultação da cultura, do conhecimento, da regionalidade, depreciando outro comportamento que não seja heterossexual, tornando a discriminação naturalizada, em meio a um sistema binário que não reconhece os sujeitos dissidentes, numa condição de eliminação do não aceito pelo sistema heteronormativo, contra a perversidade transmutada de natural, com práticas discriminatórias, que camuflam o não reconhecimento.

Diante disso, reconhecer a transexualidade<sup>13</sup> é construir espaços de diálogos coletivos, comunicação, construindo sujeitos políticos, capazes de transformar um processo de exclusão que veio sendo construído desde os primórdios da formação do Brasil.

A negação da humanidade das pessoas colonizadas e escravizadas desde o encontro colonial/moderno teria sido possível através da construção dos pensamentos binários que passaram a regular a modernidade ocidental – natureza/cultura; barbárie/ civilização; corpo/razão; negro/branco; homem/mulher. Este raciocínio – trabalhado pela antropologia estruturalista e base da crítica pós-estrutural e desconstrutivista – é o que permite a grande parte dos autores decoloniais explicar a brutalidade e a violência com que foram tratados indígenas, mulheres e escravizados desde o encontro colonial/moderno. Se, “às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu” (Grosfoguel, 2008, p. 113), tem-se que essas hierarquias teriam sido transpostas pelos colonizadores. Mignolo e Grosfoguel procuram inserir a categoria “gênero” em suas análises partindo de simplificações como essa, sem maiores aprofundamentos. (Ballestrin, 2017, p. 1047).

Ballestrin (2017), ao trazer a discussão relacionada à categoria gênero nas análises de Mignolo e Grosfoguel, descreve o quanto os autores foram limitados e sem uma discussão ampla e aprofundada como a categoria necessita.

A autora reitera a importância e a necessidade de se estudar com uma maior investigação, referenciando assim a Lugones (2014), acerca da compreensão sobre a opressão das mulheres subalternas, analisando as opressões de gênero, resultado da modernidade/colonialidade, apontando como colonialidade de gênero e sua superação por meio do feminismo descolonial, imprescindível para que se construam possibilidades de transformação quanto à imposição da colonialidade de gênero.

Ballestrin (2017) aponta que reconhecer a relevância e inclusão do debate no que tange ao feminismo descolonial é um fator urgente, onde a modernidade/colonialidade foi construída de forma extremamente machista, evidenciando, desse modo, que é preciso aprofundar ao longo da história a discussão acerca do patriarcado, suas consequências na subalternidade do gênero, e a escassez de conversas acerca da colonialidade de gênero e a real inquietação de trazer para o debate crítico a inclusão e potencialidade do feminismo descolonial.

Werneck (2010) discorre de forma contundente sobre a formação sócio-histórica e eurocêntrica que colonizou e deslegitimou a visão de mundo de povos

---

<sup>13</sup> Transexualidade: dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independente da realização da cirurgia de transgenitalização (Bento, 2008, p. 183).

africanos e suas subjetividades, enraizado na modernidade capitalista/neoliberal, onde sobreviver foi uma forma de resistir.

Assim, é possível imaginar que, se não houvesse um movimento de colonização com força econômica, política e cultural amparado num racismo baseado na cor da pele e na deslegitimação e negação dos significados e significantes relacionados à África em sua heterogeneidade ou singularidade... Se essa não fosse uma dominação, apoiando-se nas regras da modernidade capitalista (e neoliberal), não demonstrassem um vigor contemporâneo... E se a resistência a estes cenários não fosse um imperativo de sobrevivência, talvez não houvesse mulheres negras (e, é claro, não apenas nós) (Werneck, 2010, p. 11).

Na difusão da subordinação colonial e no apagamento da história brasileira acerca da presença de mulheres negras e indígenas, incluímos, contudo, as pessoas transexuais, as quais resistem às estratégias de invisibilização, onde cotidianamente são marginalizadas, rotuladas e privadas de uma vida em sociedade, por não se adequarem aos ditos coloniais, oportunamente configurados na heterossexualidade.

Sobre esse debate, Werneck (2010) traz para a discussão a necessidade de pensar, organizar e materializar um feminismo plural, objetivando incluir todos os feminismos, reorganizando a história que sempre pertenceu às predileções da branquitude.

Assim, constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos dos relatos da história política brasileira e mundial, e da história do feminismo, deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação desses grupos, ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mulheres brancas. Isso permite apontar o quanto tal invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do *status quo* (Werneck, 2010, p. 16).

Bento (2008) discorre que a articulação dos comportamentos na construção das relações sociais foi legalizada na formação social com valores predominantemente relacionados ao ser homem e ser mulher na concepção biológica, aceitos como normais. Os que desvirtuavam da hegemonia eram os apagados, excluídos.

A estrutura social e padrões de gênero heteronormativo, aos quais a autora faz referência, disseminam poder e padronizam comportamentos, provocando violências às pessoas LGBT.

Bento (2008) enfatiza, portanto, que o ser mulher é uma “construção cultural<sup>14</sup>”, dialogando oportunamente com a reflexão acerca do debate sobre a

<sup>14</sup> Ser mulher é uma construção cultural, tanto para nós que nascemos com vagina como para as que não. [...]. Nossas identidades são resultado das nossas histórias, elas se materializam em

importância do feminismo<sup>15</sup>, sua luta política, inclusão, direitos, diversidade, respeito à pluralidade, às distintas identidades que perpassam a existência do gênero.

Um homem que nega o gênero imposto é considerado “transexual masculino ou homem transexual”, e de mulher para homem, “transexual feminina ou mulher transexual”. Independente do desejo de uma mulher biológica, que passa por todos os processos de construção de signos corporais identificados socialmente como pertencentes ao masculino, continuará sendo “transexual feminino”. A nomeação termina por deslegitimar sua existência social, uma vez que a nomenclatura retorna à essencialização que a própria experiência nega e lembra a todo tempo que ele/a nunca será um/a homem/mulher (Bento, 2008, p. 183).

Nesse sentido, compreender o padrão construído para as identidades de gênero nos faz entender que a violência com as pessoas LGBT é um fator da perversidade atribuída à construção das relações sociais reguladas pela heteronormatividade, que torna as pessoas LGBT corpos matáveis. Segundo Vergueiro (2015):

Analisar as condições de existência das diversidades corporais e de identidades de gênero como relacionadas ao conceito de colonialismo significa, assim, entendê-lo em sua acepção de “inferioridade ou sujeição de uma comunidade [...] dominada por outra [...]” (Houaiss; Villar, 2001, acepção 5), tomando-se ‘comunidade’ em sua constituição mais abstrata, isto é, como a ligação interpessoal “por determinada consciência histórica e/ou por interesses sociais e/ou culturais e/ou econômicos e/ou políticos comuns” (ibid., acepção 12.4). Estas diversidades, a partir da percepção de que suas corpos e perspectivas de gênero são inferiorizadas e desumanizadas em relação às normatividades cisgêneras, teriam nela o interesse comum que definiria essa comunidade colonizada: tomar consciência da vigência de um sistema colonial de gênero consistiria, assim, em enxergar criticamente a hierarquização sistêmica e interseccional das perspectivas cisgêneras acima das diversidades corporais e de identidades de gênero, e em encontrar formas de resistência existenciais, socioculturais e políticas contra este regime de violências (Vergueiro, 2015, p. 42).

Sendo assim, estudar sobre as colonialidades que perpassam as vivências da raça, gênero e classe é fator fundamental para se refletir acerca da estrutura colonialista caracterizada pelo poder, ser e saber. Diante da pesquisa intelectual desenvolvida por Vergueiro (2015), constatamos a necessidade de se construir métodos decoloniais, desestruturando o que nos foi imposto, sendo improrrogável olhar a realidade com outras lentes.

---

nossos corpos, negar a construção delas é desconhecer quem somos, inventando uma essência que não existe (Bento, 2008, p. 85).

<sup>15</sup> O feminismo é uma proposta política que desafia o patriarcado, se rebela ante o poder do masculino sobre o feminino, questionando-o e inventando novas formas para exercê-lo. O feminismo promove a diversidade sexual, afetiva, e o prazer de viver nossos corpos, criando sobre ele e com ele novas identidades e formas de ser mulher e de ser homem no mundo (Bento, 2008, p. 85).

### 2.3.

#### **Precarização do trabalho e pessoas transexuais**

Para entender a realidade do mundo do trabalho e a precarização, é preciso analisar o capital e o antagonismo com o trabalho, com a política social, com o desenvolvimento da tecnologia e com os efeitos que inabilitam o trabalho, compreendendo a hegemonia financeira, reconhecendo o crescimento veloz da terceirização no Brasil e a descartabilidade da grande massa de trabalhadoras e trabalhadores desempregadas/os sendo intensificada no contexto de crise do capital e de pandemia da covid-19.

A alta precarização do/a trabalhador/a e muito mais ainda nas populações oriundas dos setores populares, periféricos e de favelas, na medida em que esse sujeito, inteiramente alijado da riqueza e tendo como única potência a capacidade de sua força de trabalho, só pode se realizar encontrando algum lugar no mercado de trabalho gerenciado pelos empresários capitalistas. É nesse contexto que muitas pessoas transvestigêneres ocupam e inserem no mercado de trabalho, majoritariamente, no setor terciário da economia, os ditos serviços formais ou informais, como limpeza, beleza, alimentos telemarketing ou call center e a prostituição, em sua maioria, sobretudo, no caso daquelas/es mais pobres, negras/os, sem escolarização, expulsas/os de casa e da escola quando jovens e, geralmente, sem se inserir formalmente em nenhum dos benefícios dos programas socioassistenciais governamentais, além das dificuldades quanto a documentações e sobre a garantia de uso do nome social. (Oliveira; Duarte, 2020, p. 312).

O preconceito social e o racismo estrutural articulam uma perversa exclusão e sentença, definindo a população LGBT a serviços extremamente precários e de subcontratação, sem oportunidade de direitos trabalhistas, sem convivência em sociedade, sem escolaridade.

A sociedade define de forma clara e violenta os tipos de trabalho que essa população consegue ter acesso; não tendo escolhas, 90% da população transexual utiliza o trabalho sexual como fonte de renda (ANTRA, 2021).

Sabemos que o patriarcado, as relações de gênero impostas e definidas em sociedade como forma de aniquilamento e extermínio de corpos dissidentes, desde os primórdios à contemporaneidade, vem definindo quem tem o direito de viver em sociedade; e a quem não é aceito não é possibilitado o direito à cidadania, com total permissão do Estado brasileiro, que assiste aos assassinatos dos corpos dissidentes. Índices que crescem na mesma velocidade que crescem a ignorância e a falta de direitos sociais de proteção à vida da população tranvestigêneres.

[...] a cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo (Bento, 2014, p. 167).

Bento (2014) nos aponta a condição que é negada historicamente, tanto na condição de humano quanto de cidadão; marginalizadas e perseguidas sofrem as marcas da condição de não pertencimento e aceitação na sociedade heterossexual, branca e cristã. Com isso, os corpos das pessoas transexuais que sobrevivem às barbáries, perseguições e opressões são os que resistem, lutam pela sobrevivência e constroem, paralelo a sua transição de gênero, um corpo político.

Sendo assim, é necessária a construção de um diálogo inclusivo, que seja capaz de analisar e entender a realidade que perpassa a vida das pessoas LGBT que utilizam o trabalho sexual como forma de sobrevivência, compreendendo, também, como se dá a vida precária, a ignorância associada à estigmatização, o patriarcado, a heteronormatividade, entre outras questões que perpassam a sociedade atreladas à transfobia, provocando a violência, como a exclusão da população transexual.

No entanto, a inexistência de política social voltada para as trabalhadoras sexuais provoca uma crise ainda maior na perspectiva da vida dessas mulheres que sobrevivem do trabalho sexual, o que se torna mais evidente com o distanciamento social neste contexto de pandemia.

À análise das políticas sociais ao longo da história capitalista, a ordem burguesa sempre procurou meios dentro do capitalismo para sair das suas crises cíclicas advindas da própria configuração do capitalismo; portanto, como o lucro move o capital, o mesmo vai ganhando novas formas, de acordo com cada período de produção capitalista.

Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo (Behring; Boschetti, 2009, p. 63).

Por meio das lutas e das mobilizações da classe trabalhadora houve mudanças significativas na concepção do Estado para a classe trabalhadora, contendo os princípios liberais sustentados durante o século XIX, porém é importante compreender que os primeiros feitos das políticas sociais estão

versados de forma contínua ao Estado liberal. Em vista disso, a formação das políticas sociais teve caráter particular entre os países, de acordo com os movimentos e organização da classe trabalhadora em paralelo à estruturação capitalista.

A partir das crises advindas do capitalismo na busca incessante por lucro, o capitalismo se reconfigura na perspectiva de continuar no poder, garantindo sua hegemonia. No entanto, a crise de 1929 com grande depressão econômica e desemprego, iniciada no sistema financeiro americano, registra uma crise que se expandiu para países centrais, contudo, era necessária a retomada do poder econômico.

É importante destacar que as políticas sociais foram decisivas nesse período histórico do capitalismo, pois tivemos o pleno emprego, o crescimento da igualdade social, a regulação econômica e social, entre outras medidas, as quais só foram possíveis pela necessidade do próprio sistema. Quando o Estado beneficia o social ele ainda está contribuindo com o capital.

É pertinente analisar as conexões existentes, entre crise econômica, racismo e o processo de solidificação e força que o neoliberalismo vem ganhando desde o período pós-fordista. A raça vem estabelecendo diversos modos de poder na realidade capitalista; nesse sentido, a raça também necessita de modificações em articulação com o predomínio capitalista, principalmente em situações de crises e reestruturação produtiva. Os novos rearranjos necessários à classe trabalhadora precarizada no período pós-fordista têm como uma das bases para esse processo de precarização a raça (Almeida; Santos, 2019). As crises, segundo os autores:

[...] revelam-se como a incapacidade de as instituições sociais, em determinados momentos da história, promoverem a integração necessária à continuidade da sociabilidade capitalista. O sistema de regulação entra em colapso, o que resulta em conflitos entre instituições estatais, independência de órgãos governamentais para além de qualquer previsibilidade, falta de direção governamental e instabilidade política. Não é mais possível convencer as pessoas de que viver sob certas regras é normal, e a violência estatal passa a ser recorrente como meio de controle social. (Almeida; Santos, 2019, p. 129).

A reprodução social caracterizada pela sociedade capitalista requer regras, tanto sociais quanto políticas, envolvendo uma série de medidas de controle social e político, que perpassam o trabalho assalariado, como também os meios políticos e jurídicos, onde a reprodução social, moldada pela sociedade capitalista, é dividida por gênero, raça e classe.

Desse modo, entendemos a necessidade de o Estado capitalista, em momentos de crise, buscar modificações e regulações que promovam alterações na forma de acumulação capitalista. Almeida e Santos (2019) destacam, como exemplo de modelo de regulação e mudança, o Welfare State com estímulo keynesiano e fundamentação fordista de disciplina e controle que se constituiu por um estado de bem-estar social, um período de crescimento econômico, um processo de acesso a materiais e pleno emprego a uma parcela da população. Portanto, favorecendo substancialmente o sistema capitalista que continuava com seu poder de controle, regulação e domínio.

Mesmo com a ampliação de direitos sociais necessários ao arranjo regulatório do fordismo, o Estado social Keynesiano não se livrou de um dado estrutural do capitalismo a desigualdade. A desigualdade no predomínio fordista teve no racismo, no sexismo e na xenofobia veículos significativos de estruturação e justificação política. Nesse sentido, é importante lembrar que nem todas as reivindicações sindicais eram igualmente absorvidas pelo sistema, o que variava de acordo com o setor da economia e da capacidade de manter um crescimento estável. (Almeida; Santos, 2019, p. 130).

A ampliação do emprego, dos direitos trabalhistas e do acesso a bens materiais pela classe trabalhadora tiveram seus limites estabelecidos pelo sistema capitalista, que regulava até onde as reivindicações sindicais seriam de fato necessárias para garantir o crescimento e a manutenção do sistema, ou seja: as reivindicações expressas pelos sindicatos só teriam concretude se fossem oportunamente interessantes e lucrativas para o sistema capitalista, garantindo assim a produção em massa e o fortalecimento do sistema.

Além do mais, mesmo no fordismo, sempre foi possível superexplorar mulheres, negros e imigrantes, pagando-lhes salários mais baixos, submetendo-os às condições precárias de trabalho ou restringindo-lhes a cidadania, de tal sorte que não pudessem utilizar os serviços públicos de saúde e educação como os brancos ou legítimos cidadãos. (Almeida; Santos, 2019, p. 130).

Já os anos 1970, com o fim da era fordista de produção em massa, é marcado com outra fase da crise capitalista e, mais uma vez, o capitalismo procura formas dentro do próprio sistema para sair das suas crises. Eis que implementam o neoliberalismo<sup>16</sup>, o qual traz um grande retrocesso no campo das políticas sociais e fortalece o livre mercado. Neste contexto, o Estado já não é mais interventivo, afirmando a necessidade de cortes de gastos e ajustes fiscais,

---

<sup>16</sup> Para Harvey, o neoliberalismo é “[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2014, p. 12).

justificando que o Estado não consegue arcar com responsabilidades sociais sozinho, abrindo frentes para a sociedade, empresas, cidadãos e o voluntariado (Behring, 2008).

O capitalismo se reconfigura com uma nova roupagem ao racismo e ao sexismo, materializando por meio das suas necessidades diante das suas crises cíclicas, implementando outras formas de precarização, de exploração, de controle, sustentado por suas bases mais sólidas: o racismo, a xenofobia e a exploração do trabalhador.

A questão racial não é uma questão secundária se considerarmos o desenvolvimento do capitalismo que historicamente esteve atrelado a práticas coloniais. O racismo não é apenas um problema moral. O racismo é um problema político, mais especificamente, de economia política, uma vez que se materializa como tecnologia que reproduz desigualdade e justifica a morte e a manutenção de privilégios. Dessa forma, entender o funcionamento do Estado, da economia e do direito é, ao mesmo tempo, entender como o racismo se manifesta sob as mais diversas formas e sob os mais diferentes contextos. As distintas maneiras com que historicamente a questão racial é tratada devem ser analisadas olhando-se para o modo específico com que a economia de cada país se conectou à lógica da produção capitalista e quais as estratégias políticas e jurídicas pelo controle do Estado e da economia. Ao mesmo tempo, olhar a economia e a política em sentido amplo nos permite ver como os ciclos de pobreza, violência e de falta de representatividade política se reproduzem de modo similar em diferentes partes do mundo. (Almeida; Santos, 2019, p. 132).

Trazendo para o debate a realidade brasileira e as influências causadas pelo sistema capitalista e ideológico que se constituiu no período fordista e pós-fordista com a precarização do trabalho, flexibilização e todas as consequências causadas pelas crises cíclicas do capitalismo, fica evidenciado que não rompemos com nossas bases estruturais que alimentam a violência, a desigualdade social e toda a sustentação que dá continuidade ao racismo. Reflexos dessa violência são vistos, de forma mais escancarada neste período de pandemia, nas ruas, com as pessoas LGBT.

Desse modo, ao confrontar os governos ao longo dos anos na política brasileira, é possível observar que mesmo os líderes eleitos com a perspectiva de um governo para a classe trabalhadora não proporcionaram mudanças nas estruturas da construção da sociedade brasileira. Ocorreu apenas uma ampliação no acesso ao consumo, que mais beneficiou as grandes empresas e seu sistema de lucro capitalista. Nunca houve de fato no Brasil uma sistemática transformação que trouxesse impactos substanciais nas estruturas da desigualdade brasileira.

Portanto, a violência à população negra, o acesso aos trabalhos com menores salários e sem nenhuma proteção continua sendo, em grande parcela, ocupado pela população negra com baixa escolaridade; as mulheres negras

continuam na base da pirâmide social, uma realidade que tem marcas profundas e estruturais na formação brasileira.

No Brasil, as políticas neoliberais são implementadas nos anos de 1990. Behring (2008) sinaliza que surgem, nesse período, as contrarreformas do Estado, onde a privatização, os retrocessos no campo dos direitos sociais, o corte no financiamento da saúde, educação, assistência social, entre outros, tornaram-se cada vez mais presentes.

O novo cotidiano da política de Estado no Brasil passou a ser a austeridade no orçamento das políticas sociais, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso. Medidas de austeridade se tornaram cada vez mais presentes como prioridade em meio ao total descontrole e retirada de direitos da população, que ficou em profundo abandono e descaso diante dos constantes ataques liberais aos serviços, principalmente saúde, assistência social, educação e moradia.

É nesse ponto que, mais uma vez, o racismo cumpre um papel de destaque no processo de avanço neoliberal no Brasil. Como um fator limitante da democracia, mesmo em seus limites liberais e puramente formais, o racismo permite que a imposição de medidas econômicas restritivas seja normalizada por parte da população, que associa miséria e raça de modo quase automático, fruto de séculos de inculcação ideológica. Essa associação construída pacientemente na história brasileira autoriza, inclusive, a naturalização da violência estatal como forma de controle da pobreza, que no Brasil é fundamentalmente negra. (Almeida; Santos, 2019, p. 136).

É importante considerar a formação sócio-histórica do Brasil e o quanto ao longo do tempo ainda perpassam as consequências da escravidão, da fragmentação dos trabalhadores e do poder hegemônico da classe burguesa.

Não experimentamos um estado de bem-estar social quando comparamos as políticas sociais no Brasil a países centrais. É sabido que a concepção das políticas sociais aconteceu de forma atrasada no Brasil, porém, a implementação da ideologia neoliberal no país foi no direcionamento de adequação aos ditames da economia internacional.

O cenário contemporâneo do Brasil nos mostra a implementação da desresponsabilidade do Estado, privatizações, enfraquecimento, assistencialismo, clientelismo, focalização e distintas falhas na condução e na implementação das políticas sociais.

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelo escravismo, pela informalidade, pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar

as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930, embora tais características sejam persistentes e nos ajude também a pensar os dias de hoje. (Behring; Boschetti, 2009, p. 79).

Vivemos um retrocesso imensurável nas políticas públicas para combate à violência de gênero. As conquistas, que já existiam a passos lentos, estão declinando de forma voraz com um governo extremista, homofóbico, misógino, racista e perverso.

Ligado ao retrocesso, ainda temos que lidar com a ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, com uma visão imensamente machista, conservadora, cruel e inaceitável, atuando em desacordo com os dados existentes em relação à violência da população LGBT.

Agravando a situação, temos um presidente da República que incentiva a violência, o autoritarismo, o machismo, estimulando a discriminação, o estigma, o preconceito e a barbárie contra a população LGBT, afirmando em entrevistas que ter filho gay é falta de porrada.

A pandemia da covid-19, especificamente no Brasil, potencializa a longa crise em que estamos imersos. No entanto, para se enfrentar o novo coronavírus é necessário um grande investimento em saúde pública e ampliação do sistema de saúde. Porém, estamos num momento em que o governo federal prioriza empresas capitalistas e tem a finalidade de salvar o CNPJ. Desse modo, as trabalhadoras e os trabalhadores ficam extremamente expostos à precarização do trabalho e à desigualdade social. Questão que pode ser vista através da pressão do governo para a retomada da economia, minimizando o risco humano e não garantindo nenhuma medida que assegurasse os empregos, deixando aberta a negociação entre patrão e empregado.

Outro ponto importante a considerar é a crise econômica vivenciada no Brasil antes da pandemia da covid-19, a qual vem causando consequências terríveis para a classe trabalhadora, agravadas com a reforma trabalhista de 2017.

Sendo assim, quando se coloca em evidência problematizar as trabalhadoras sexuais, especificamente as trabalhadoras que são pessoas transexuais, o debate perpassa por muitas barreiras, estigmatização, exclusão, violência e assassinatos.

Contudo, se para as mulheres heteronormativas a prostituição já é envolvida por distintos tabus, compreendemos que para as mulheres transexuais trabalhadoras sexuais impactam significativamente o preconceito, a discriminação

e a violência numa sociedade transfóbica<sup>17</sup>, que normatiza a violência desses corpos.

Aterrorizados constantemente pela violência, com expectativa de vida até 35 anos, são negligenciados seus direitos, num regime cruel de desigualdade, onde o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo e também é o que mais consome pornografia transexual.

A invisibilização das pessoas transexuais no Brasil e a violação dos seus direitos é algo que perpassa por décadas, faltam políticas sociais estruturantes que possibilitem dignidade e qualificação profissional a essa população.

A não aceitação das famílias dessas mulheres transexuais e a falta de apoio, a violência familiar, levam essas mulheres a buscarem sua sobrevivência no trabalho sexual, estando ainda mais vulneráveis e descartáveis às marcas da criminalidade, perversão, assassinatos. Inúmeras violências encontram seus corpos escondidos e silenciados numa falsa normalidade, onde se problematiza a crise do novo coronavírus às distintas categorias de trabalho, e não se é pautada a sobrevivência das mulheres transexuais trabalhadoras sexuais.

Como vimos anteriormente, os dados disponibilizados em 2018 pela ANTRA nos levam a uma reflexão acerca dos terríveis dados e o inaceitável extermínio da população trans, em especial das trabalhadoras sexuais. Em nossa sociedade, perpetua a instauração de um projeto excludente e facínora, imerso no fundamentalismo religioso e no conservadorismo, atrelado à ação capitalista de opressão e a uma agenda neoliberal dirigida por homens brancos, cristãos e heterossexuais.

Constatamos que as trabalhadoras e os trabalhadores cisgêneros<sup>18</sup>, em sua maioria, possuem contratação formal e, desse modo, vêm sofrendo duros ataques com o desmonte dos direitos trabalhistas, porém alguns grupos sociais foram e são essencialmente mais atingidos, como a população LGBT. Para esses trabalhadores os direitos sociais são constantemente mais limitados ou inexistentes.

Entretanto, estamos em um processo avançado de precarização do trabalho em um contexto de crise do emprego, ocasionada por uma crise capitalista que transforma e reorganiza o trabalho de forma a obter mais lucros, gerando assim constantes desempregos. A pandemia da covid-19 apenas serve como um

---

<sup>17</sup> Transfobia: quando falamos dos desafios enfrentados pelas pessoas trans, o conceito de homofobia não é suficiente. É melhor falar de transfobia, que é o preconceito e ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas trans (Jesus, 2016, p. 541).

<sup>18</sup> Cisgêneros “[...] pessoa que não é trans, que sintoniza com a designação social que lhe foi atribuída desde o nascimento, em contraponto ao termo ‘transgênero’” (Jesus, 2016, p. 548).

sustentáculo para justificar e legitimar o trabalho precário, as demissões, a desregulamentação do trabalho e a implementação de novas tendências, as quais já vinham sendo gradativamente implantadas como, por exemplo, o home office<sup>19</sup>.

Ao trazer para o debate, especificamente, as trabalhadoras e os trabalhadores LGBT, a realidade da precarização e informalidade é, ainda, mais perversa. O Estado é omissor na formulação de políticas para inserção dessa população ao trabalho formal, como também se apresenta como produtor da transfobia institucionalizada, sacrificando legalmente vidas.

O apagamento dessas vidas, a invisibilização, a violência por não se comportarem de acordo com as expectativas sociais, provocam o não reconhecimento das diferenças. Não conseguindo se inserir completamente na posição de humano, tampouco se utilizam da condição de cidadão estabelecida por lei (Bento, 2017).

A ANTRA vem fazendo um importante mapeamento da violência sofrida pela população transexual durante o período de isolamento social por causa da pandemia da covid-19. Contudo, dados apontam a gravidade do elevado índice de assassinato à população transexual, mesmo no momento em que o recomendado é o isolamento. O primeiro semestre de 2020 apresentou aumento de 39%<sup>20</sup> nos casos de assassinatos de pessoas trans no Brasil, em relação ao mesmo período de 2019.

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos. (Bento, 2008, p. 20).

Na perspectiva de entender qual é o lugar das mulheres transexuais na divisão sociossexual e racial do trabalho, e como se constrói a identidade de gênero na nossa sociedade, que não reconhece as trabalhadoras transexuais, num regime racista, patriarcal e de poder, nos questionamos: por que construímos ao longo da nossa história expectativas sobre comportamentos ditos masculinos e femininos, destacando sempre o papel da mulher e do homem na sociedade,

---

<sup>19</sup> CAVALLINI, Marta. Pandemia adiantou mudanças no mundo do trabalho. **G1**, 19/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/06/19/pandemia-adiantou-mudancas-no-mundo-do-trabalho-veja-as-10-principais-tendencias.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2020.

<sup>20</sup> Cf. Boletim nº 03/2020 da ANTRA, “Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020”. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 28. jun. 2020.

produzindo, conseqüentemente, desigualdades, discriminação, violências em distintos aspectos – social, econômico e político?

Se perguntarmos a travestis o que elas são, a resposta pode variar entre: 1) “sou mulher, né?”; 2) “ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer” e 3) “nem mulher, nem homem, sou travesti”. Se fôssemos nos basear no que dizem, no que são capazes de dizer sobre si, seria impossível pensar maneira de localizá-las na sociedade, de definir-lhes um papel. Essa variação se dá, dentre outros motivos, porque não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti: o “não se nasce, torna-se” da Beauvoir assume um sentido todo particular em se tratando dessa categoria, pois não existe a opção “nascer” para nós, mas tão-somente a opção “tornar-se”. Faz diferença a travesti dizer-se “homem” ou dizer-se “mulher” diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? (Rodvalho, 2017, p. 370).

Notemos, portanto, que a expectativa imposta pela sociedade em relação à cisgeneridade mantenedora dos comportamentos ditos femininos e masculinos, restritivos à construção das relações sociais, torna excludente e desviante da norma aqueles que têm comportamentos distintos da idealização social, binária e biologicista. Diante da cultura do binarismo não existe escolha relacionada à identidade, o ser homem e o ser mulher são imposições postas ao nascer.

A sociedade impõe os comportamentos dos gêneros e, nessa imposição, descreve um único jeito de se portar dito nas condições do binarismo, não sendo aceitos comportamentos para além da idealização cultural e, nesse processo catastrófico, impulsiona a discriminação, violência estrutural limitando as identidades referente aos gêneros. O desconhecimento do outro provoca distintas atrocidades. É preciso o entendimento de que não podemos incorporar no debate de gênero a homogeneidade, e sim discutir sobre as diferenças, nos instigando a pensar sobre a categoria gênero, sua diversidade e a indispensabilidade de reconhecer a base do problema e enfrentá-lo.

### 3. Transexualidade, trabalho sexual e pandemia da covid-19

As percepções que permeiam nossa sociedade sobre as identidades de gênero são limitantes e marcadas por violências e preconceito. Desse modo, não reconhecem as pessoas transexuais como identidade de gênero, apesar dos avanços e direitos no que tange ao reconhecimento jurídico quanto à identidade de gênero a qual pessoas transexuais se identificam. É substancial que possamos perceber e reconhecer as diferenças existentes em nossa sociedade, para que os direitos de todas as pessoas possam de fato ser efetivados social e politicamente.

O Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016<sup>21</sup>, delibera o direito e reconhecimento do nome social em toda a esfera pública, independentemente do que possa constar no registro civil, garantindo as identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais ao acesso às políticas públicas de acordo com a sua identidade de gênero. O Ministério Público do Trabalho (MPT), em dezembro de 2015<sup>22</sup>, institui portaria referente ao reconhecimento do uso do nome social<sup>23</sup>.

Embora existam decretos, leis e portarias concernentes ao direito da população transexual em utilizar o nome social, de forma segura, em todos os espaços nos quais se relaciona na sociedade, é perceptível a violação desse direito. A violência institucional, que muitas vezes se inicia na vida escolar, perpassa as políticas da saúde, assistência social, entre muitas instituições, que têm obrigação legal de desburocratizar os serviços ofertados e garantir segurança, acolhimento e principalmente respeito.

Reconhecemos os avanços em assegurar direitos à população LGBT, contudo caminhamos em passos lentos diante do que ainda é preciso evoluir para que realmente exista mudança na compreensão da sociedade em respeitar a diversidade de gênero, para que a empregabilidade de pessoas trans seja efetivada e, o mais urgente, que o Estado possa construir dados referentes à

---

<sup>21</sup> Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso em: 30 mar. 2022.

<sup>22</sup> Portaria da PGT n. 1.036, 1 de dezembro de 2015.

<sup>23</sup> Transexuais terão nome social reconhecido no MPT. **G1**, São Paulo, 03/12/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/12/transexuais-terao-nome-social-reconhecido-no-mpt.html>. Acesso em: 30 mar. 2022. Refere o reconhecimento do uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

população transexual, viabilizando a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e segurança das vidas das pessoas transexuais.

Compreendendo que os entraves relacionados às estigmatizações, violências e tensões que permeiam o universo das vivências de pessoas transexuais com distintos marcadores –

machismo, sexismo, patriarcado, racismo, religiosidade, heteronormatividade – impõem bloqueios perversos, que se constituem em violências estruturadas numa dinâmica da formação social brasileira.

Nessa perspectiva, as identidades transexuais e a diversidade de gênero necessitaram recorrer a um percurso iniciado pelas lutas políticas por meio dos movimentos das pessoas trans, perfazendo um caminho de muita violência realizada por parte do Estado. Os espaços de discussões relacionadas aos direitos humanos em relação às pautas das pessoas trans foram permitidos pelo empenho e trabalho dos movimentos sociais. Até prosseguirem e serem pautas debatidas pelas instituições jurídicas, foi um processo baseado em muita luta, violência por parte do Estado e exclusões.

Compreender o processo de luta contra as opressões do Estado e as ações violentas à população trans é uma realidade presente. A população trans, nos primórdios das lutas das pessoas trans, sem um movimento social fortalecido, teve de lutar de forma pontual e pouco articulada pela sua sobrevivência, no período que antecede o início das organizações sociais.

Os movimentos sociais referentes às lutas pelos direitos da população trans foram ganhando notoriedade e força a partir da década de noventa. De modo ainda informal, foram se organizando e buscando acesso à saúde, principalmente quando já se fazia presente a epidemia do HVI/AIDS e conseqüentemente o estigma, preconceito, e já associavam a doença às pessoas LGBT.

Posto isso, nos anos 2000, com a criação das associações e encontros nacionais, que tinham como objetivo a luta por reconhecimento dos direitos humanos a essa população, houve um avanço significativo quanto ao crescimento dos movimentos sociais. Nesse período em particular, destacamos a criação da ANTRA e o Coletivo Nacional de Transexuais.

Ao longo da trajetória e avanços dos direitos humanos para a população trans em amplitude nacional, a saúde continua sendo um ponto necessário de discussão e concretização, como também o respeito ao nome social amparado juridicamente vem a ser um dos objetivos iniciais dos movimentos sociais, que começam a crescer e apresentar espaços de construção coletiva em todos os estados nacionais.

Pensar na importância das ações dos movimentos sociais na trajetória de reconhecimento dos direitos da população trans é buscar entender a valorização e consolidação das políticas públicas desenvolvidas em todo o contexto da realidade brasileira, oportunamente entendendo que a partir de quando se efetiva os objetivos coletivos se passa a contribuir na construção dos diálogos no campo das políticas públicas em detrimento da consolidação das leis, programas e ações sobre a presença, proteção e efetivação da cidadania da população trans (Coacci, 2018).

Foi por meio das lutas das pessoas trans, ao longo das décadas, que aconteceram possibilidades e garantia de direitos para que fosse necessário o reconhecimento das identidades de gênero pela justiça e, conseqüentemente, o acesso às políticas públicas, ainda de forma bastante pontual e pouco resolutiva, existindo barreiras, sejam via sociedade, judiciário, legislativo.

Isso mostra a dificuldade em apontar mudanças significativas por intermédio do Estado para a vida das pessoas transexuais, seja na garantia e segurança física, seja na entrada do mercado de trabalho formal. Existe uma ausência de programa voltado para sanar o déficit referente à empregabilidade de pessoas trans, como também existem poucos dados oficiais<sup>24</sup> em relação a essa parcela da população sobre algum aspecto de suas vidas, que acabam tornando-se alvo fácil para a exploração, violação de direitos e diversos processos que prejudicam e provocam a continuidade da violência.

Entender os atravessamentos que permeiam a realidade brasileira, referente ao alto índice de violência de gênero, contra mulheres e pessoas transexuais, mostra uma sociedade misógina, machista, heteronormativa, alimentada pelo patriarcado. Trazer para discussão a vida das mulheres cis<sup>25</sup> e a vida das pessoas transexuais, e analisar a sociedade brasileira, compreendendo os riscos que essa população passa constantemente, é fator crucial na assimilação da construção das relações sociais e seus atravessamentos.

Assim, faz-se necessário entender as diferenças existentes em suas identidades e reivindicações, analisando a realidade de forma crítica, na perspectiva de impulsionar os movimentos sociais e fortalecer alianças feministas, numa construção mútua de fomentar a garantia de vida de todas as identidades.

---

<sup>24</sup> Consultar em: <https://prefeitura.rio/segovi/prefeitura-divulga-levantamento-sobre-realidade-da-populacao-trans-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 5 out. 2022.

<sup>25</sup> BURIGO, Joanna. 'Mulher cis' e a política sexual das palavras. **Carta Capital**, 26/07/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/mulher-cis-e-a-politica-sexual-das-palavras/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

A autora Letícia Nascimento destaca em seu livro *Transfeminismo* (2021), da Coleção *Feminismos Plurais*, reflexões consistentes e necessárias sobre os discursos universalistas. Segundo a autora:

É preciso sempre tencionar discursos pretensamente universalistas sobre nós. Por exemplo, a afirmação “As vidas das mulheres importam” abrange mulheres transexuais e travestis? Quando afirmarmos “Vidas negras importam”, estamos também nos referindo a mulheres e homens trans e travestis negras e negros? Em “Vidas LGBTQIA+ importam”, o “T” da sigla realmente contempla a população trans? Os questionamentos são importantes, pois produzem rupturas, e tecer diálogos entre movimentos sociais não é algo harmônico, mas as tensões existem e são necessárias, são momentos de (des)construção. (Nascimento, 2021, p. 161).

O patriarcado tensiona a vida das pessoas, constrói discursos universalistas, separatistas e excludentes, especificando sempre o lugar dos corpos dissidentes. Dessa forma, é preciso questionar as lutas feministas, antirracistas, movimentos LGBT, na busca de compreender a real dimensão de que o gênero é uma construção social.

Desse modo, a luta dos movimentos sociais precisa ter enfrentamento da LGBTfobia, racismo, machismo, misoginia, heteronormatividade, reconhecendo que são distintas as opressões que estão presentes e que afetam direta e indiretamente as subjetividades trans, sendo preciso dialogar e contextualizar com a realidade, transformando em luta coletiva, e contemplando a população transexual.

Diante da banalização da violência, onde encontramos práticas institucionais que alimentam a ideologia que pessoas transexuais não devem fazer parte dos processos na esfera legislativa da política brasileira, o ano de 2021 foi marcado pela mudança na realidade política, onde respectivamente a população brasileira oportunizou a eleição de trinta<sup>26</sup> pessoas transexuais totalizando os estados brasileiros. Foi uma importante conquista para as pessoas transexuais e o maior número de eleitas na história, como também na política brasileira, uma vitória significativa e de grande impacto na luta referente à elaboração de políticas sociais voltadas para a garantia de direitos à população transexual.

Destacamos aqui as parlamentares Duda Salabert, Erika Hilton e Linda Brasil, que foram as mulheres mais votadas em todo o país, pessoas transexuais que já tinham um importante destaque na busca de efetivação, viabilização de direitos relacionados às pessoas trans.

---

<sup>26</sup> FERRETTI, Caio. Duda Salabert, Erika Hilton e Linda Brasil: política e luta. **TPM**, 26/03/2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/duda-salabert-erika-hilton-e-linda-brasil-politica-e-luta>. Acesso em: 11 jan. 2022. A reportagem traz a fala de três vereadoras que relatam sobre os primeiros meses de trabalho e o recorde referente à votação nas eleições.

A violência de gênero é um marcador presente nos espaços de poder, locais bastante excludentes para as mulheres. Por décadas, a política foi um território não acessado pelas mulheres. Para conquistar os espaços de liderança, tiveram de ter resistência e muita luta diante das barreiras impostas pelo machismo, patriarcado e misoginia.

A violência, assédio e a perseguição política vêm sendo cruel com mulheres cis, negras e trans que democraticamente ocupam cargos políticos. O crescimento das intimidações, ameaças e perseguições reforçam a aversão das mulheres integrarem esses ambientes extremamente machistas, burgueses e elitizados.

Um levantamento recente organizado pelo Psol sobre integrantes do partido que viraram alvo desse tipo de ataque cita os 34 casos mais emblemáticos de membros que foram colocados nessa berlinda. Ao longo de 18 páginas, o documento menciona situações registradas entre março de 2017 e julho de 2022. Enquanto no primeiro ano o partido registra três ocorrências, em 2021 foram nove, mesma quantidade já registrada até o mês passado. O destino principal desse tipo de violência continua sendo elas, as mulheres. Dos 34 casos notificados pela sigla, cinco atingiram homens, enquanto 29 tiveram como alvo as mulheres, sendo seis delas mulheres trans.<sup>27</sup>

O conservadorismo, racismo, preconceito de classe, a intensificação dos crimes de ódio à figura feminina vêm sendo a base de um projeto violentador e potencializador das ações de violência. Ataques racistas e ameaças de morte são constantes, principalmente às parlamentares negras e trans, sobretudo pertencentes a partidos de esquerda.

Um ponto de grande inquietação e perverso é considerar que, diante da conquista, ainda temos nesses espaços, em sua maioria, homens brancos, heterossexuais, mantenedores da transfobia, preconceito, misoginia, machismo e racismo.

### 3.1. Notas sobre transexualidade

Vislumbrando um diálogo sobre diversidade de gênero e, conseqüentemente, a transexualidade, é necessária uma análise dos processos

---

<sup>27</sup> SAMPAIO, Cristiane. Mulheres na berlinda: a violência política de gênero e o alcance dos casos no Brasil do ódio. **Brasil de Fato**, Brasília (DF), 22 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/22/violencia-politica-de-genero-apos-ascensao-historica-2022-pode-ser-marco-no-combate-a-crimes> Acesso em: 5 out. 2022.

iniciais na formação e entendimento construído acerca das discussões referentes a gênero e debates relacionados aos papéis masculinos e femininos, que eram explicados exclusivamente por questões biológicas. Bento (2008) destaca em seu livro que, em meados do século XIX, médicos se utilizavam de explicações biológicas para constatar que determinados comportamentos ditos femininos e masculinos tinham forte relação com a biologia.

Os discursos científicos sobre as diferenças biologicamente homens e mulheres, construídos nos séculos XVIII e XIX, foram antecedidos pela rediscussão do novo estatuto social da mulher e do homem. Por volta da segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou, politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico. (Bento, 2008, p. 25).

Com isso, observamos que a construção de uma leitura biológica sobre os corpos sexuados tem sua imposição no século XIX, fomentando a urgência de outras subjetividades e organizações coletivas.

Quando falamos das pessoas transexuais é importante que se tenha o entendimento das lutas e organização política que tiveram de liderar ao longo de décadas de exclusão e marginalização, num espaço social que insiste em evidenciar a heterossexualidade como algo natural, passando a violentar os corpos que fogem do dito natural biologicamente.

Essa definição do masculino e feminino mediante a genitália cria o papel do homem e da mulher num contexto social patriarcal, machista, sexista, homofóbico, transfóbico, construindo distintas opressões cercadas de exclusões, capazes de eliminar, não os aceitando no convívio social, ficando à margem da sociedade.

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição aquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pela norma de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência. (Bento, 2008, p. 22).

O binarismo que norteia os arranjos sociais determina que a caracterização biológica do ser homem (pênis) e ser mulher (vagina) está claramente exemplificado pela norma binária. Porém, observamos que, diante de consistentes imposições e adequações de comportamentos e atitudes ditas de cunho masculino e feminino, o ser homem e ser mulher não é algo tão claro assim.

As reflexões apontadas por Berenice Bento (2008) ao longo de suas pesquisas percorrem um resgate histórico, trazendo dados sobre gênero,

formação social do masculino e feminino, com explicações baseadas em recorte biológico a partir do século XIX.

Constatamos o quanto a sexualidade, gênero, organização social, papel do homem e da mulher estão conectados e atravessam gerações, na perspectiva de mostrar que só é alcançável a clareza do ser homem e ser mulher por meio das diferenças sexuais.

Sendo assim, as distinções sexuais eram respaldadas através das explicações científicas. A ciência tinha a responsabilidade de determinar o sexo verdadeiro de cada indivíduo.

Pensar a heterossexualidade como um regime de poder significa afirmar que longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de constantes operações de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas que se apresenta como a histórica. (Bento, 2008, p. 31).

Assim, crescem as narrativas científicas em que os comportamentos masculinos e femininos tinham sua origem na ciência. Entender o sistema ao qual somos apresentados de forma imposta, mediante poder e opressão com a narrativa de espontaneidade, em que é natural que cada sujeito seja homem ou mulher, são comportamentos com base na biologia.

Portanto, é preciso compreender que vivemos sob um sistema limitador e excludente, que tem a heterossexualidade como regulamentadora, conduzindo a ordem social; o que torna imprescindível compreender os comportamentos construídos com o intuito de demonstrar naturalidade, sem transparecer que a base é a heterossexualidade, enfatizando que o único corpo possível de ser feminino é o da mulher, e masculino o do homem.

Bento (2008) reitera que se pode até afirmar que a transexualidade é uma vivência que está relativamente ligada à nova formação do masculino e feminino. Com isso, não podemos ignorar que a subjetividade desses sujeitos é caracterizada pela dor e angústia, justamente por não se encaixarem em comportamentos impostos pela sociedade, ou seja, compatíveis com seus sexos, como é padronizado pelo modelo social.

A transexualidade não é uma experiência identitária-a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessas experiências, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo. A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema

que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos "normais/anormais" e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais. (Bento, 2008, p. 25).

Desse modo, as regras que suprimem as distinções sexuais causam sofrimento e exclusões, sendo controle estratégico dos ditos corpos aceitáveis, propositalmente separando os sujeitos que são fora das normas sociais e os que são aceitáveis mediante seus comportamentos e aspectos sociais.

Sendo assim, Bento (2008) aponta que a transexualidade enfatiza a necessidade de confrontar, por meio da resistência e luta, a uma formação que estabelece um processo heteronormativo social, sendo pautado na identidade dos corpos, no qual as pessoas transexuais não têm o reconhecimento social.

Portanto, no debate sobre diversidade sexual, quem são os normais/anormais? Como Bento (2009) traz a reflexão, destaca quais são os corpos que carregam humanidade e os que não são considerados homem e mulher verdadeiramente.

A afirmação de que as pessoas transexuais odeiam seus corpos está baseada em tropos metonímicos. Toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo. Esse movimento de construir o argumento metonimicamente espelha a própria interpretação moderna para os corpos, em que o sexo define a verdade última dos sujeitos. (Bento, 2006, p. 97).

A expectativa criada pela sociedade e pela família diante da vida de cada sujeito e como este vai se desenvolver conforme seu gênero é algo que causa inquietações, dores e pressão na vida das pessoas transexuais, que não se sentem pertencentes ao gênero de nascimento, como se o sexo fosse determinante e definitivo em todo o âmbito de suas vidas.

São múltiplas as situações vivenciadas por pessoas transexuais no decorrer das distintas fases de suas vidas. Lidar com inúmeras dúvidas e angústias, com um corpo o qual não se identifica, e conviver com a exclusão, discriminação, violência, seja na família ou no convívio social, é algo doloroso, indutor de inúmeros traumas que acompanharão as pessoas transexuais por todas as fases de suas vidas.

A bicha, o sapatão e o afeminado, são essenciais para alimentar a heterossexualidade, por não serem estranhos, externos a ela, mas porque a constitui ou conforme Jacques Derida, a diferença gera aquilo que ela proíbe, "tornando possível a própria coisa que ela torna impossível" (1974:143). A transexualidade seria, portanto, a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão. Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será

através do gênero que se tentará controlar e reproduzir a heterossexualidade. (Bento, 2008, p. 41).

Há um controle heterossexual que ultrapassa qualquer possibilidade de reconhecer, entender e respeitar a transexualidade como uma identidade de gênero. Sendo assim, a heterossexualidade compulsória dita os ataques às pessoas transexuais, que são essenciais para alimentar o discurso de ódio à homofobia, transfobia, lesbofobia, controlando os comportamentos de toda a ordem social.

A transexualidade provoca uma ameaça à heterossexualidade quando se apropria de um gênero com o qual não se identifica, comportamentos de crianças masculinas que não gostam de brincar com brinquedos que possivelmente afirmam ser de meninos, e meninas (Bento, 2008) que não querem brincar de casinha ou de boneca. Logo, surgem inquietações e questionamentos da sociedade, fazendo apontamentos e insinuações que determinada criança tem comportamentos estranhos.

Esse controle que a heterossexualidade provoca traz uma verdade de como cada gênero tem suas formas de comportamento, desejos, gostos, vestimentas, falas, passando como algo de fato natural e aceitável, como um comportamento ideal para cada gênero.

Essas estruturas de gênero, além de manterem padrões de exclusão e provocarem violência, definem o sujeito apenas na sua condição de gênero binário, masculino e feminino, resultando em uma idealização de gênero, muitas vezes inatingível.

Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justifica-se como norma. Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transformadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. A repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas, também são as repetições deslocadas do contexto natural dos sexos, a exemplo da transexualidade, que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas de gênero, e ao fazê-lo, explicitam o caráter excludente da categoria "humano" das pessoas que reconstroem suas posições identitárias, transitando e, portanto, negando a precedência explicativa do biológico. (Bento, 2008, p.47).

Até onde a heterossexualidade vai sentenciando, as pessoas que não se identificam com as suas normas ditando os gêneros inteligíveis, como destaca Bento (2008), seguindo o nexos da vagina, mulher, feminino e conseqüentemente

pênis, homem, masculino, instruídos conforme a heterossexualidade, são os desencaminhamentos, são os excluídos pela sociedade, dominadora das situações que desviam da ordem heteronormativa.

A estrutura da hierarquia de gênero, dominada pela ordem social, limita, fragiliza, exclui e manipula as relações, construindo o gênero e tudo que perpassa a sua vivência.

No entanto, o poder que a heterossexualidade constitui mediante o controle dos corpos coloca à margem de toda ordem social as pessoas transexuais, dispondo esses sujeitos como únicos, não respeitando a sua diversidade.

As pessoas transexuais não são equivalentes, elas são plurais. Com isso, quando falamos sobre a importância de respeitar e entender a diversidade de gênero é exatamente compreender que existe uma gama, que inclui diversas identidades LGBT, como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, não apenas as que são referenciadas pela norma da heterossexualidade, ou seja, homem e mulher.

Quando uma pessoa que já vive o deslocamento entre o corpo e o gênero ("sou uma mulher em um corpo equivocado") e tem como objetivo de desejo uma pessoa do mesmo gênero que o seu, produz-se um outro deslocamento. A afirmação identitária "sou um/a homem/mulher em um corpo equivocado" nada revela em termos da orientação/desejo sexual. Se um homem com cromossomos XY afirma: "sou um homem gay", não significa que tenha conflito com o gênero masculino. Quando uma mulher com cromossomos XX afirma "sou lésbica" não está afirmando que tenha desconforto ou conflito com as performances do feminino. (Bento, 2008, p. 59).

Desse modo, compreender que a heterossexualidade exclui e alimenta um modelo social que não reconhece a diversidade das identidades de gênero, impondo que a sexualidade é restritamente masculino e feminino, e que estas são manifestações e correlações do sexo, limitando e concluindo que as mudanças que perpassam as transformações nos corpos das pessoas transexuais são alterações baseadas especificamente para serem heterossexuais, é afirmar que o binarismo é excepcional na formação das identidades.

Nesse contexto, Bento (2008) traz análises extremamente importantes acerca das divisões identitárias quanto às pessoas transexuais.

A complexidade do processo de instauração social de uma identidade se anuncia quando um sujeito se põe em discurso. Definir e explicar o que "eu sou" é inaugurar disputas implícitas com outras identidades, com alteridades que povoam a "minha subjetividade". Este é o mecanismo mediante o qual os sujeitos incorporam aspectos e os transformam, total ou parcialmente, enquanto elementos constitutivos de suas identidades. Na experiência transexual, o debate sobre o que é ser transexual caracteriza-se principalmente pela demarcação com a transvestilidade. (Bento, 2008, p. 69).

Essas análises complementam o entendimento da complexidade das identidades de gênero, oportunizando aprender e se debruçar sobre o conhecimento da autora no debate sobre gênero, vivência das pessoas transexuais, vislumbrando, desse modo, buscar a compreensão que transexualidade e transvestilidade são formações identitárias que se situam no território de gênero e acabam desencadeando divergências com uma ordem que intervém, naturalizando e ramificando as relações de gênero.

Portanto, Bento (2008) dialoga e nos viabiliza entender sobre as expressões identitárias, que são: transexuais e travestis. Observamos, no entanto, que é falado sobre a existência de diferenciações no que denomina ser uma pessoa transexual e ser uma travesti.

Referenciando distinções nos gêneros, ouvimos diversos debates apontarem que travesti é quem não é operado pela cirurgia de resignação de sexo, como se vivessem entre os sexos masculino e feminino, e transexuais são pessoas que já passaram pelo procedimento cirúrgico.

Diante disso, Bento (2008) enfatiza que, a partir dessas divisões identitárias, é discutida, diversas vezes em debates, a diversidade identitária. Observamos também, nessas mesmas discussões, apontarem sobre o trabalho sexual as pessoas travestis e não incluírem as pessoas transexuais. Essa visão distorcida das identidades imprime a construção de uma hierarquia das identidades, favorecendo uma desigualdade e discriminação entre as pessoas transexuais e travestis.

Essa linha rígida, como um muro que separa transexualidade e transvestilidade, para muitas pessoas transexuais é uma ficção. Muitas se definiram ao longo de suas vidas como travestis, embora se sentissem mulheres. Butler (1990) afirmou que não existe uma separação radical entre heterossexualidade e homossexualidade, pois essa separação é uma resposta do tipo binária que nada revela das intersecções que se dão entre essas estruturas. O ideal de identidades puras e transparentes configura-se como algo inatingível. Esta formulação pode ser útil para se pensar as intersecções entre transvestilidades e transexualidades. Talvez o esforço permanente em definir limites e incomensurabilidades sejam indicadores de proximidades entre estas duas expressões identitárias. (Bento, 2008, p. 71).

Como explica Bento (2008), é exatamente pela urgência em se debruçar num debate sobre as identidades transexual e travesti, para um melhor entendimento e um olhar ampliado fora da caixa na binaridade, que compreendemos não existir identidade que está mais próxima de uma mulher mediante uma cirurgia de ressignificação e outra identidade que está distante de ser uma mulher de verdade.

As mulheres e os homens transexuais lutam para serem reconhecidas socialmente e legalmente de acordo com o gênero identificado. Para que isto ocorra, acionam uma complexa rede de discursos localizados em instituições médicas, religiosas, educacionais, políticas, jurídicas, familiares. Quando afirmam: “sou um/a homem/mulher. Quero ser reconhecido nessa condição de gênero” segue a pergunta inevitável: “Como você é um/a homem/ mulher se não tem pênis ou vagina? A medicalização das identidades tem como um de seus pressupostos a genitalização das identidades. (Bento, 2008, p. 77).

Entender como cada identidade enfrenta o sistema heterossexual, o patriarcado, quais dispositivos são utilizados para confrontar as normas de gênero, talvez seja um caminho para se entender as diferenças entre transexuais e travestilidades.

### **3.2. Notas sobre transfeminismo**

O transfeminismo surge através da necessidade de organização das pessoas trans com identidade feminina com objetivo de fortalecimento e luta dos direitos das pessoas trans. Onde sempre ficaram à margem do feminismo cisnormativo e branco, foi observada a importância da articulação da população trans em lutar pelo seu lugar de direito nas políticas públicas e sociedade, entendendo que a luta necessita da inclusão de todas as pessoas que são susceptíveis às opressões e marginalizações na sociedade.

[...] não encontrando espaço político nem na comunidade gay-lésbica e nem no feminismo tradicional, surge então um movimento auto-organizado que partilha de praticamente todas as ideias feministas tradicionais, e as absorve em prol de políticas trans de emancipação. É importante colocar aqui que o transfeminismo também surgiu da necessidade de se combater o machismo instalado na comunidade trans, através de uma ótica feminista aplicada às questões trans (por isso transfeminismo). (Kaas, 2015, p. 02).

Quando se traz a referência do transfeminismo para análise e contribuição crítica em determinado estudo, em primeiro lugar é preciso entender que existe pluralidade no ser mulher, e nessa extensa pluralidade existem as opressões e provocadores de violações. Com isso, o transfeminismo busca incluir todas as lutas.

A ideia da mulher única sem inclusão das interseccionalidades, sem análise da existência de uma realidade opressora, e que trata de forma desigual as mulheres, onde apenas algumas tinham oportunidades de ocupar determinados

lugares sociais são especificidades das opressões de uma sociedade com marcadores de raça, gênero e classe (Kaas, 2013).

Entender que existem experiências distintas em meio à pluralidade das identidades femininas é compreender que as opressões se configuram na realidade das mulheres de modo particular. As discriminações e a crescente desigualdade nos mostram o engano quanto à afirmação da igualdade. As diferenças estão postas. Portanto, é preciso compreender e lidar com as diferenças de acordo com as necessidades de cada um.

Transfeminismo e feminismo interseccional são correntes afins. Muito embora o Transfeminismo seja uma corrente que vise majoritariamente emponderar pessoas trans, não considerar outras questões como racismo, classismo, capacitismo, homofobia, lesbofobia, gordofobia e outras discriminações é repetir o mesmo erro do Feminismo Branco que unifica a experiência de todas as mulheres sob um único prisma, analisando as opressões que as mulheres sofrem através de uma única lente ocidental, branca, de classe média, sem deficiência, magra, heterossexual e cisgênera. (Kaas, 2013, p. 1).

Kaas (2013) descreve que o transfeminismo surge com a perspectiva de uma construção e entendimento que as opressões são postas de forma distinta para a diversidade do ser mulher. No entanto, reconhece a importância de trazer para o debate os aspectos pertinentes à contextualização dos atravessamentos das interseccionalidades que perpassam as vivências das pessoas trans.

As opressões estão conectadas no sistema capitalista, heteronormativo, patriarcal, branco e cristão. Dessa forma, a interseccionalidade se faz presente onde interliga as perseguições, violências, intolerâncias. Quando alcançamos a percepção que as alianças são fundamentais na busca pela emancipação, entendemos que é preciso fortalecer um movimento que esteja alicerçado na pauta dos direitos sociais de todas.

O transfeminismo assimila que sua atuação está em conformidade com o conceito da interseccionalidade sendo anticapitalista, antipacitismo, antirracista, trazendo para a luta as pessoas trans negras que se identificam com a identidade feminina, como também as pessoas trans com deficiência, com posicionamentos antigordofobia, contra o machismo, patriarcado e todas as exclusões que atravessam as diferentes formas de ser mulher. Não somos universais, somos diversas, e a diversidade é o que nos faz únicas e resistentes para seguirmos na luta (Kaas 2013).

Assim, o transfeminismo também traz em suas pautas a discussão em relação à diferenciação da sexualidade e identidade de gênero e as pessoas trans que não são heterossexuais, discussão necessária e esclarecedora, onde a

patologização das identidades das pessoas trans é tão presente em nossa sociedade.

A transexualidade não é fundada na sexualidade, e sim pertinente ao gênero; oportunamente entendemos que existem pessoas trans lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais. A configuração LGBT está presente nos espaços ante o conceito transfeminista (Kaas, 2015), abarcando discussões importantes e necessárias para a luta das pessoas trans, desconstruindo conceitos pautados na feminilidade de base biológica, com rótulos limitantes e patologizantes das identidades trans, buscando a quebra das construções equivocadas sobre as identidades trans.

O conceito de gênero, aplicado ao feminismo, possibilitou a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher ou de homem, localizou-os como construtos históricos e abriu caminhos para a construção das identidades de gênero como conceituações viáveis fora do espectro biologicista (Bento, 2006): descontroem-se as oposições binárias (homem x mulher, igualdade x diferença, natureza x cultura), reconhecendo-as como categorias vazias e transbordantes [...] Identidade de gênero, nesse contexto, pode ser entendida como a atitude individual frente aos construtos sociais de gênero, ante aos quais as pessoas se identificam como homens ou mulheres, percebem-se e são percebidas como integrantes de um grupo social determinado pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente com o grupo com o qual se identificam, tal qual como em qualquer outra identidade social que adotam (Tajfel & Turner, 1979). (Jesus, 2013, p. 03).

Dessa forma, compreender que o feminismo possibilita um estudo crítico da realidade e dos comportamentos de gênero que são impostos na sociedade é trazer para o debate a discussão e rompimento da convicção centrada no modelo único de definição de homem e mulher. A busca em aprofundar essa questão com o cenário contemporâneo vem configurando a condição da mulher, a imposição e subordinação que foi e ainda é tão presente nas vivências das mulheres em nível mundial.

A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, especialmente em função das críticas do feminismo negro (Collins, 1990; Ducille, 1994), a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais. A inclusão do feminismo como debate e pauta política da população transgênero é recente, porém cada vez mais ativa. (Jesus, 2013, p. 04).

Refletir o quanto houve avanço no campo dos direitos femininos, a urgência e o tensionamento provocado pelas lutas feministas, principalmente da inclusão nesses debates e ações das mulheres negras, pessoas trans, mulheres indígenas, compreendendo todas as mulheres que antes não se sentiam pertencentes aos

movimentos de luta feminista por ser um movimento limitado e pouco acolhedor das múltiplas identidades.

Um movimento dinâmico com configuração política que dialoga e amplifica as alianças para além da população trans é, portanto, a construção e consolidação de ações que visam a transformação social fundamentada na emancipação humana, autonomia e no diálogo nas esferas sociais e avanços dos estudos do transfeminismo, interseccionalidade e feminismo.

No âmbito da agenda política, Alves (2012) delinea sete pontos imprescindíveis à pauta transfeminista, que dialogam com os princípios da teoria transfeminista supracitados: (1) combate à violência cissexista<sup>11</sup>/transfóbica<sup>12</sup> (em todos os seus aspectos: simbólicos, psicológicos, verbais, físicos e institucionais); (2) direitos reprodutivos para todas/os (apoiar o direito dos homens transexuais a gestação e a aborto seguros e enfrentar a esterilização forçada de mulheres transexuais); (3) agência (defender o poder de decisão das pessoas trans sobre os seus corpos); (4) desconstrução das identidades binárias (respeitar as pessoas, transgênero ou cisgênero, que se enquadram no binarismo homem x mulher, sem excluir aquelas que não se enquadram nesse modelo); (5) corpo-positividade e/ou empoderamento (valorização os corpos trans, desestigmatizá-los); (6) livre sexualidade (estimular as pessoas transgênero a se sentirem confortáveis com a sua sexualidade, qualquer que seja); e (7) terminologia (evitar termos que essencializem ou invisibilizem as identidades trans). (Jesus, 2013, p. 7).

Definitivamente, o projeto ao qual o transfeminismo circunscreve está amparado e muito bem articulado nas dimensões da proteção e empoderamento, e valorização das pessoas trans, que durante muitos anos foram excluídas e ignoradas nos espaços de luta feminista.

Cabe agora ao movimento feminista cis, reconhecer suas limitações e ausências de posicionamentos referentes à lacuna quanto à discussão e reconhecimento da pluralidade que perpassa a realidade das mulheres.

A agenda política das intervenções transfeministas e foco nos pontos essenciais de discussões e tensionamentos são essenciais para que o movimento feminista possa compreender e reconhecer suas falhas e importância do fortalecimento das pessoas que vivenciam as opressões, sejam elas presentes, de modo distinto, na realidade das mulheridades<sup>28</sup>.

A compreensão plural das mulheridades e feminilidades decorrentes dos desdobramentos da categoria gênero deveria ser suficiente para delinear, nos feminismos, as experiências de mulheres transexuais e travestis. Todavia, ainda circulam discursos bioessencialistas que buscam condicionar o gênero aos aspectos anatômicos de diferenciação sexual. Por isso, ao engendrar esforços em fomentar a discussão sobre gênero por meio de alguns desdobramentos históricos, políticos e epistemológicos, procuro evidenciar a necessidade constante de desnaturalização dessa categoria para que possamos abarcar cada vez mais

<sup>28</sup> Emprego a palavra mulheridades para incluir no debate a pluralidade existente nas múltiplas vivências oriundas das feminilidades. Destacando as análises da autora Letícia Nascimento no livro *Transfeminismo* (Nascimento, 2021, p. 25).

experiências de mulheridades e feminilidades, como as vivenciadas pelas mulheres transexuais e travestis. (Nascimento, 2021, p. 26).

Durante muito tempo a categoria gênero foi limitada ao padrão heterossexual, não considerando as diversidades que circunscrevem as pluralidades do gênero, focalizado na sujeita branca, cis, jovem com padrões físicos e em posição de privilégio social.

É oportuno compreender as especificidades mantenedoras das limitações frente ao discurso biológico para caracterizar o conceito de gênero, sendo preciso provocar as discussões com fundamentações inscritas no conceito transfeminista e, sobretudo, relativas à multiplicidade das mulheridades.

A investigação teórica inscrita nas epistemologias feministas abrange importantes pontos quanto à relevância e alinhamentos essenciais, onde a aproximação e compreensão das pautas do conceito transfeminista com o conceito feminista é o reconhecimento e evidenciação do conhecimento intelectual das pessoas trans. Assim, vão se configurando as mudanças indispensáveis aos movimentos feministas. Numa relação onde teoria e prática têm urgência em acontecer de modo simultâneo (Nascimento, 2021).

Podemos compreender que o transfeminismo implica pensar o feminismo a partir das experiências de travestis e mulheres trans. Hailey Kass (2015) alerta para o fato de que, historicamente, o feminismo, por meio de discurso transfóbico e sexista, excluía mulheres transexuais e travestis, abstendo-se, na maioria das vezes, de produzir qualquer tipo de conhecimento sobre nossas existências, sob a suposição de que nós somos, na “verdade”, homens. (Nascimento, 2021, p. 71).

Sobretudo, o transfeminismo movimentou-se claramente com desejo de fundamentar uma ação das intelectualidades trans, inicialmente abastecida dos conhecimentos que foram sendo impulsionados pelos saberes feministas, portanto traz a compreensão que o conceito transfeminista está interligado ao conceito feminista, mas produzido e situado empiricamente no contexto da realidade das pessoas transexuais.

Superando a afirmação produzida pelo sistema opressor da existência de uma única forma de ser mulher, os estudos transfeministas oportunizam reconsiderar as relações sociais na perspectiva de gênero, dialogando com o feminismo, e propondo mudanças políticas nas ações pertinentes às mulheridades.

Não faz parte dos objetivos do transfeminismo dividir o feminismo, mas torná-lo mais plural. Se olharmos de modo detalhado e não generalizante, será possível perceber que a história do feminismo é intensamente marcada pelas lutas e resistências de mulheres cis, mulheres brancas, mulheres negras, travestis, transexuais, feministas

socialistas, anti-imperialistas, mulheres lésbicas, mulheres latino-americanas, afro-ameríndias, indígenas, pessoas não binárias, pessoas queer. As contribuições são diversas e apenas enriquecem o feminismo. Com tantas mulheres distribuídas em tantas vivências, existem objetivos em comum, que precisamos fortalecer. Já quanto às querelas, bem, as querelas podem existir dentro de um nível de respeitabilidade. (Nascimento, 2021, p. 47).

À vista disso, é oportuno refletir que as cisões existem e fazem parte das relações sociais, no entanto é necessário identificar as diferenças para que seja possível propor as mudanças e fortalecer as lutas e resistências. Só assim, identificando as lacunas e apontando as dificuldades, será possível enfrentar os entraves que impossibilitam as pessoas trans de definitivamente serem incluídas no feminismo (Nascimento, 2021).

### **3.3. Notas sobre interseccionalidade**

A interseccionalidade busca entender como se desenvolve e se configura a multiplicidade existente no mundo, dialogando com a diversidade das pessoas e suas distintas vivências. Trazer para o debate a real amplitude e necessidade de compreender a importância da interseccionalidade perpassa uma discussão ampla e interligada aos demarcadores de gênero, raça e classe, buscando entender as discriminações e suas relações de poder e de dominação presentes no cotidiano.

A interseccionalidade, como um instrumento de análise profunda dos cruzamentos que causam a desigualdade global, vem provocar e colaborar para dimensões que não estão tão perceptíveis diante do poder estrutural que perpassa as relações raça, classe, gênero, idade.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. (Collins; Bilge, 2020, p. 34).

Collins e Bilge (2020) esclarecem que algumas categorias são particularmente expostas às transformações econômicas, enquanto uma pequena parte lucra incompativelmente com a economia.

Sendo assim, a interseccionalidade proporciona expor as complexidades existentes nas desigualdades, esclarecendo as estruturas das intersecções dos distintos problemas sociais.

Analisar as desigualdades sociais na perspectiva da interseccionalidade é ampliar o olhar de modo a entender como se caracteriza o acesso à moradia, renda, empregabilidade, saúde, alimentação, riqueza, condições básicas de sobrevivência.

Há diferentes grupos existentes no mundo e que, como a economia, têm responsabilidade no crescimento desordenado da desigualdade social.

Evidenciar raça, gênero e idade no entendimento e consequência das desigualdades sociais com impactos globais, principalmente em países pobres ou em desenvolvimento, é compreender que as oportunidades são extremamente distintas, sobretudo com mais discrepância e impactos sociais em mulheres e pessoas negras.

A interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados. (Collins; Bilge, 2020, p. 34).

A organização que consiste no processo desproporcional da riqueza foi muito bem articulada para não garantir acesso a toda a população mundial.

Como descrevem Collins e Bilge (2020), existe uma ligação muito forte entre as categorias de gênero e as desigualdades, especificamente riquezas, sobremodo de exclusão e aumento da pobreza, entendendo que a relação de determinados grupos com o capitalismo consiste em um processo de interseccionalidade, com o processo devastador do capitalismo causando consequências de miséria no presente e destruindo o futuro.

Com isso, por meio de uma apreensão ampla – que se manifesta quando determinados grupos distintos se encontram e buscam fortalecer causas comuns – é que o movimento negro brasileiro observou, na interseccionalidade, o propósito de viabilizar justiça social, luta contra o racismo e sexismo.

Em vista disso, é importante entender a interseccionalidade como um estudo crítico que enfatiza uma investigação prática paralela a uma pesquisa sobre a realidade de diversos sujeitos que contemplam as mesmas categorias.

Portanto, interseccionalidade não se interrompe na academia, e sim oportuniza dialogar e provocar discussões com distintos grupos, com o intuito de trazer para o debate realidades que ainda não estão expostas pelo sistema de poder, que manipula e deixa à margem os grupos que apenas interessam ao capitalismo sob forma de exploração.

Com isso, Collins e Bilge (2020) possibilitam entender que interseccionalidade equivale a uma sucessão de conceitos persistentes em provocar mudanças, essenciais na sobrevivência de determinados sujeitos. Sendo assim, busca problematizar de modo crítico e prático, consistindo em atitudes que realizamos para efetuar mudanças sociais.

Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica é difícil, precisamente porque a própria interseccionalidade é multifacetada. Como visa a entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas. Em vez de proclamar que a complexidade é importante, nossa intenção é demonstrar, por uma seleção de casos, essa natureza multifacetada da interseccionalidade. (Collins; Bilge, 2020, p. 47).

Dessa forma, constatamos que a interseccionalidade, como uma indagação crítica, é abrangente ao reconhecer que as estruturas da desigualdade requerem uma análise para além da fabricação da pobreza.

É preciso entender a complexidade que perpassa o sistema capitalista, sexista, heteronormativo, racista. Utilizar a interseccionalidade de forma crítica não se limita apenas a compreender raça e classe, destina-se a aprender que a desigualdade social tem conexão com muitas categorias de poder.

De acordo com Collins e Bilge (2020), quando analisamos interseccionalidade e a ideia de pensamento feminista negro, refletimos sobre o sistema de poder que controla as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade.

Entendendo que são questões de compreensão profunda com impactos estruturantes em nossa sociedade, é imprescindível olharmos para nossa realidade, relações sociais, interação, comportamentos e conectarmos a interseccionalidade.

Devemos compreender que a interseccionalidade não é uma observação ou algo teórico, e sim ação. A interseccionalidade é um processo participativo, dialogado com os sujeitos, principalmente com os grupos que são afetados pelo sistema de poder.

### 3.4. Notas sobre epistemologia feminista

Esse caminho da epistemologia feminista conjectura um estudo firmado na produção intelectual e na provocação de mudanças efetivas na realidade investigada pelo feminismo, na construção e reprodução feminista, que possibilite atuar em conformidade com as necessidades das mulheres numa sociedade que, repetidamente, as inferioriza.

Enfatizando, as mulheres não são homogêneas, e sim diversas. Vivenciam distintas opressões, preconceitos com recortes de gênero, raça e classe, sexualidade, particularidades em decorrência de um processo correspondente ao capitalismo contemporâneo – que continua marcado pelo aprofundamento das desigualdades e banalização da violência, associados às práticas institucionais conduzidas pelo Estado.

Logicamente, a epistemologia feminista empenha-se num feminismo antirracista, anticapitalista, anti-heteronormativo, anti-LGBTfóbico com crítica a um conhecimento colonial, à hierarquia, à neutralidade, objetivando redimir uma história silenciada, entendendo a pluralidade, incluindo os diferentes sujeitos, e analisando o processo na perspectiva de uma ação política que seja inclusiva para a diversidade e pluralidade, perpassasse a vivência das mulheres – na perspectiva e luta de um feminismo que vislumbre as potencialidades do ser mulher – almejando objetivos comuns e luta coletiva, buscando um compromisso com a sociedade, por meio de uma construção mútua de saberes (Santos, 2007).

O feminismo o qual estamos destacando aqui, base fundamental para esta pesquisa, reconhece a sua responsabilidade social e política diante dos dados, sistematizações e resultados; oportuniza, no decorrer da construção intelectual que envolve o processo, fomentar e provocar uma análise mais próxima do objeto, corporificando as cientistas feministas, pensando e fazendo pesquisas de forma interseccional, respeitando as particularidades e multiplicidade das mulheres, que compõem realidades marcadas por inúmeras opressões.

Dessa forma, é importante que a pesquisadora evidencie seu lugar de fala, respeitando também o lugar que não fala, construindo de forma igualitária com as sujeitas da pesquisa. Por muito tempo as mulheres foram objeto de estudos, onde predominava uma ciência masculina, que definia como a mulher deveria ser, e ensinava os comportamentos femininos como únicos da heterossexualidade, excluindo outras mulheres. Portanto, é primordial repensar uma ciência feminista

dos sujeitos e objetos do conhecimento. Precisamos desnaturalizar, analisar que verdades estão sendo contadas sobre nós.

Ketzer (2017) destaca que há quatro características de grande relevância nas pesquisas feministas:

[...] pesquisa feminista como indagação crítica, centra sua análise nas relações de poder e pensa diferentes realidades a partir de contextos sociais e políticos, adotando uma perspectiva realista, na qual ressaltam as desigualdades e divisões existentes na sociedade. A pesquisa de voz desempenha um papel central na metodologia feminista, mas retoma o problema apontado por Harding (1987): ao ouvir a voz de uma mulher, podemos estar silenciando outras; uma realidade é justificada, enquanto outras tantas são ignoradas. A reflexividade propõe o questionamento da pesquisa neutra, objetiva e livre de valores, e visa a um olhar sobre a subjetividade. Vale ressaltar que a reflexividade não deve ser encarada como expressão dos sentimentos e emoções do pesquisador, pois isso implica no risco de realizar uma pesquisa que tem como foco o próprio pesquisador, e não o tema de pesquisa ou a relação entre pesquisador e pesquisado. (Ketzer, 2017, p. 104).

Nesse sentido, optar por uma pesquisa com metodologia feminista requer responsabilidade nas ações, olhares e observações da pesquisadora num processo contínuo de análises das etapas e ações da pesquisa. Entendendo e dialogando que feminismo consiste num posicionamento comprometido e político, pautado na inclusão em constantes análises das fases da pesquisa e, principalmente, que a pesquisadora entenda e execute que o feminismo é ato político, união e, principalmente, a inclusão de todas as mulheres.

Diante das condições impostas pela sociedade numa conjuntura de violência institucional sofrida pelas pessoas transexuais na divisão sociosexual e racial do trabalho, a epistemologia feminista traz uma importante transformação no modo de fazer pesquisa, de vivenciar a pesquisa e o modo de pesquisar – uma construção do conhecimento pautada na sociedade, nos sujeitos, na subjetividade e instituições sociais.

Com isso, o feminismo, o qual é a base da pesquisa, e norteador do processo de análise crítica, aperfeiçoamento do pensar e repensar a construção da pesquisa, ampliando o alcance dos saberes para além dos muros da universidade, e construindo a transformação em paralelo com as lutas sociais e movimentos LGBT, oportuniza um novo olhar diante das opressões, discriminações, aprofundando a forma teórica e empírica, investigando e definindo pesquisas que antes eram realizadas e analisadas apenas por pesquisadores masculinos, onde se construíram e naturalizaram as distintas formas de apagamento das mulheres na ciência.

A epistemologia feminista propiciou uma análise profunda e crítica nas estruturas da produção e reprodução das relações sociais que naturalizam as desigualdades sociais e culpabilizam o indivíduo, responsabilizando-o pelas suas condições de vida e de precarização, não relacionando as desigualdades com a formação sócio-histórica do Brasil, não associando ao racismo, às desigualdades de gênero, à opressão, sexismo, regionalismo, colonialismo, dimensão de classe. São estruturas coloniais já alicerçadas e penetradas em terras brasileiras que precisamos analisar de forma crítica e profunda, com base na perspectiva feminista, ampliando e permitindo a quebra nessas estruturas heteronormativas, masculinas e excludentes.

Portanto, a partir da interseccionalidade, entendemos que existem distintas mulheres – não limitando a identidade universal – e há inúmeras formas de opressões perpassando as realidades das identidades femininas. Precisamos compartilhar objetivos comuns, saberes, valorizar as particularidades das mulheres, vislumbrando uma transformação no modo de construir conhecimento.

Santos (2006)<sup>29</sup> traz relevante contribuição e reflexão em seus estudos quando sinaliza a importância da aproximação do ativismo com a academia, corroborando na busca pela transformação, quando evidencia que toda construção do conhecimento é localizada e, a partir desse lugar, já não é possível ser isento, existindo uma conexão bilateral das ações entre pesquisadora e estudo, numa troca necessária, num processo mútuo entre a criação científica e o movimento comunitário.

Considerando as pessoas transexuais, a construção da pesquisa baseada em Santos (2006) e o compromisso do estudo em tela, entendo que, muitas vezes, as pessoas transexuais são alvo de pesquisa, e não de inclusão e construção partilhada na perspectiva de diminuir as distâncias entre ciência e coletividade política. Desta forma, é primordial reinstaurar para as pessoas os resultados da pesquisa, vislumbrando a responsabilidade social que é adquirida pela pesquisadora a partir do instante em que decide contribuir com a ciência e a coletividade.

Ciência e militância, quando cooperantes horizontais – resistindo vigilantemente à tentação de paternalismo, futurismo ou canibalização, por parte da academia, ou de acomodação, aburguesamento ou cedência, por parte dos movimentos sociais –,

---

<sup>29</sup> O projeto da sociologia pública é tornar visível, tornar público o que é privado. Implica uma vasta gama de ações de valorização tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, convertendo a universidade num espaço público de interconhecimento onde cidadãos podem intervir sem ser na posição exclusivamente de aprendizes. Pesquisa-ação e a ecologia de saberes situam na relação universidade-sociedade (Santos, 2006).

podem constituir pedras fundamentais nesse constructo ancorado numa ecologia de saberes e reconhecimentos (Santos, 2006, p. 92).

Nessa perspectiva de romper com a limitação construída ao longo das metodologias científicas de blindagem da academia, tornando esse espaço como único possibilitador de conhecimento, fomenta discriminação, preconceito, e exclui as pessoas que possibilitariam uma maior cooperação e enriquecimento na busca pelo conhecimento coletivo.

Portanto, precisamos reconhecer o fortalecimento da parceria entre academia e ativismo, atuando nas lutas políticas, respectivamente no cenário brasileiro de imensa desigualdade social, medocrização de distintas violências às pessoas transexuais. Admitir os resultados e transformação da pesquisa epistemológica feminista é ter como critério essencial o caminho para a renovação social e acadêmica.

Com certeza, devemos ao colonialismo moderno desafios intelectuais dentro das epistemologias feministas, além daqueles vigorosamente feitos contra o androcentrismo e linearidades científicas, real motivo de pensar como Bernardino-Costa e Grosfoguel que, de fato, alguém situado socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa que vai pensar epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. O prejuízo da ferramenta interseccionalidade ocorre mediante maus usos acadêmicos por pessoas negras fora do lugar epistêmico, na medida em que as genealogias de masculino/feminino agregam superinclusões analíticas de pesquisadoras negras, silenciando significados inscritos nos corpos das fêmeas posicionadas no mundo. (Akotirene, 2021, p. 79).

Reinstituir o significado real relacionado à ciência resgatando o silenciamento imposto pelo colonialismo é, sobretudo, confrontar a universalidade de uma ciência excludente, ampliada nas opressões que geraram incalculáveis prejuízos às cientistas e, fundamentalmente, às mulheres negras e transexuais.

### **3.5. Trabalho, pandemia e pessoas transexuais**

O percurso histórico-mundial relacionado ao gênero é marcado por violências, exclusões e divisões quanto ao trabalho exercido por mulheres, principalmente com determinantes de raça, onde a colocação das mulheres no

contexto de trabalho<sup>30</sup> foi totalmente distinta quando se pensa na inserção de mulheres brancas e negras no mercado de trabalho formal.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (Kergoat, 2009, p. 67).

Desse modo, as construções sociais são divididas entre os sexos e, conseqüentemente, articuladas numa relação de hierarquia, controle e poder. Sendo assim, Kergoat (2009) reforça que as posições que perpassam os comportamentos femininos e masculinos não são algo resultante de uma posição natural, biológica, e sim posições impostas socialmente.

Portanto, debater sobre as configurações que se desenrolam na reprodução social é chave necessária para interrogar os aspectos mantenedores da divisão sexual do trabalho<sup>31</sup>.

Dessa forma, observamos que a investigação que aponta a manutenção da divisão sexual do trabalho está relacionada com o modo exploratório, ancorada na base capitalista, com intersecções de raça, classe e gênero, constatando, assim, que a relação entre capital e trabalho perpetuam trabalhos precarizados para as mulheres ao longo do capitalismo, corroborando para práticas que sustentam a escassez de trabalhos formais, onde atualmente a maioria das mulheres vivenciam relações de trabalho precarizadas (Hirata, 2015).

---

<sup>30</sup> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (Kergoat, 2009, p. 67).

<sup>31</sup> A divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em vários países (Madeleine Guilbert, Andrée Michel, Viviane Isambert-Jameti). Mas foi no começo dos anos 1970 que houve na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que geraria rapidamente as bases teóricas desse conceito. Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, que usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (Kergoat, 2009, p. 68).

### 3.5.1. Contexto da pandemia da covid-19

A crise societária ocasionada pela pandemia da covid-19 exigiu medidas de contenção em todo o mundo devido à escalada rápida e destrutiva de contaminação. Em 11 de março de 2020, foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia, em virtude da rapidez que o vírus se disseminou pelo mundo e, conseqüentemente, pela gravidade e os riscos que corria a população mundial, principalmente pela forma de contágio, contato das pessoas, aglomeração.

Sendo assim, em um curto período, já vivíamos uma contaminação comunitária e, naquele momento, ainda não se tinham medidas científicas e sanitárias para conter a contaminação, além do distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos.

A pandemia da covid-19 tem seu primeiro caso registrado no Brasil em março de 2020, na cidade do Rio de Janeiro, onde a primeira pessoa a se infectar pelo vírus foi uma trabalhadora doméstica que, possivelmente foi contaminada por seus patrões recém-chegados de uma viagem internacional. Com isso, a pandemia inicia no Brasil em um contexto de crise, crescente desemprego e fragilização da classe trabalhadora, exigindo dos brasileiros uma rápida adaptação à realidade da presença de um vírus destrutivo.

Com o crescente aumento dos casos e, posteriormente, o agravamento da doença, ocasionando inúmeras mortes em massa em todos os estados brasileiros, foram necessárias medidas de isolamento social mais restritivas e orientações às pessoas com comorbidades, idosos, gestantes, já que, naquela época, a única medida eficaz e possível seria o isolamento.

Nesse sentido, foi preciso também medidas drásticas como o fechamento do comércio, e cancelamento de eventos que ocasionassem aglomerações. O recomendado era a abertura de estabelecimentos essenciais, principalmente vendas de gêneros alimentícios e farmácias.

Sendo assim, a crise econômica já instalada no Brasil, associada à crise sanitária e política, vislumbra um cenário de tensões, desgaste e muita incompetência da gestão brasileira no que determina as medidas essenciais para conter a pandemia.

Foram explícitas as colocações do presidente da República, a todo instante minimizando a gravidade da pandemia, e sempre se posicionando contra a ciência

e a Organização Mundial da Saúde (OMS). O governo foi contra o isolamento social, contra o uso de máscaras, afirmando que “era apenas uma gripezinha”.

A pandemia no Brasil escancarou a dramática realidade dos trabalhadores e trabalhadoras, diante da retirada de direitos, desmonte das políticas sociais, principalmente com a reforma trabalhista em curso desde 2017, configurando e alimentando uma realidade de fragilização e condições degradantes aos trabalhadores que se encontraram num momento de intensa crise, austeridade, onde a única forma de proteção era a não aglomeração. Trabalhadores autônomos sofreram o impacto da incerteza sobre sua sobrevivência numa realidade de um vírus mortal.

A pandemia descortina um sistema em curso perverso, de retirada de direitos, e aumento do desemprego, onde antes da pandemia já tinha se solidificado e ganhado forças com a voracidade que o sistema neoliberal se apresenta, com sua perspectiva destrutiva, que cada vez mais utiliza a força de trabalho para garantir que o neoliberalismo continue a agir com seu poder de dominação e destruição do que é público.

Nesse sentido, a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) alterou inúmeros artigos das leis trabalhistas, com a falsa justificativa de maior geração de emprego e renda para a classe trabalhadora, onde anteriormente eram considerados ilegais. Com o passar dos anos, foi nítido que a reforma trabalhista não resultou em melhorias e ofertas de emprego, e sim na destruição dos direitos e um imenso número de desempregados, transformando uma realidade, que antes era de direitos e segurança para o trabalhador, em subempregos e contratações temporárias, sem vínculos de trabalho, e condições de desproteção para a classe trabalhadora.

Embora a classe trabalhadora sem vínculos empregatícios seja a que mais está exposta ao vírus durante a pandemia, sejam nas condições de risco referente às atividades laborais, seja no traslado em transportes públicos para se locomover de casa para o trabalho ou vice-versa, observamos também que o vírus atingiu todas as classes sociais, porém sabemos exatamente qual classe social tem possibilidades de sobreviver e quais em sua maioria o vírus será mortal, não só para aquele que precisa sair de casa em busca da sobrevivência.

Para os que ficam em casa em contato com seus familiares e que necessitam sair em busca de garantir as necessidades mínimas para viver, outro ponto importante é o desafio que a pandemia impõe – distanciamento social, medidas de higiene – numa realidade que fica inviável para a maioria das famílias brasileiras, que vivem em casas extremamente pequenas, com famílias

numerosas e sem saneamento básico; sabemos que grande parte das famílias do Brasil tem dificuldade ao acesso à água potável.

O vírus revela um Brasil que sempre esteve aos olhos de todos, mas que para alguns é uma realidade não discutida, naturalizada como parte de um contexto abandonado pelo poder público e ausente pela população brasileira. Com isso, a desigualdade social vem crescendo brutalmente desde os primórdios da história do Brasil.

Diante de toda a realidade vivenciada pela classe trabalhadora, de fragilização, caracterizada antes da pandemia e se agravando ao longo do tempo, desde a implantação do sistema neoliberal na política brasileira, e potencializada por toda a extensão da pandemia, foram perceptíveis as transformações no mercado de trabalho e as consequências da reforma trabalhista, que trouxeram aumentos negativos e nocivos às condições de trabalho.

Com um aumento significativo de subempregos e destruição consideráveis em garantias e direitos trabalhistas, a classe trabalhadora vai necessitando de apoio das políticas assistenciais, que cada vez mais se tornam precarizadas e deficitárias para o crescente percentual de trabalhadores que precisam do auxílio governamental. É importante lembrar que, desde o golpe de 2016, a política social vem sofrendo grandes inviabilizações de repasses financeiros para custear o gradativo público que busca os benefícios da política de assistência social.

Sendo assim, o governo brasileiro vai consentindo que milhares de famílias estejam em condições de miséria e o Estado se isenta de suas responsabilidades. Com isso, o agravamento para se obter o básico para a sobrevivência passa a ser um fator presente na realidade de inúmeras famílias, que se veem em risco de vida em função do vírus e, também, da fome e do desemprego.

A desgovernabilidade à qual a sociedade brasileira é submetida destaca exatamente o sistema exploratório que é construído desde a sua colonização, conseqüentemente já responde a aceitação e a normalidade que se conduzem as atrocidades no panorama social.

### **3.5.2.**

#### **Auxílio Emergencial: política voltada ao trabalho no enfrentamento da pandemia**

É necessário analisar como de fato o Brasil efetivou medidas no embate às consequências da pandemia. É evidente que o Brasil protagonizou varias

reportagens internacionais em destaque, referenciando a péssima conduta nas respostas de controle nacional à covid-19, tanto na falta de ações efetivas com base na ciência, segurança e proteção da vida dos brasileiros, como também na forma inoperante e desordenada entre governos estaduais e federal.

Destaque crucial para a postura negacionista, resistente às condutas das instituições de saúde nacional e internacional feitas pelo governo federal e seus secretários de saúde. Outro ponto também crítico da pandemia foram as mudanças no Ministério da Saúde, e principalmente quando ficamos sem ministro da saúde, resultando em tensões e falta de dados referentes à real situação do número de mortos, dados não divulgados pelo governo, promovendo uma naturalização das mortes associada ao descaso.

Não podemos deixar de constatar que a naturalização das mortes e a pouca importância que o poder público brasileiro lidou com a pandemia perpassam para a sociedade uma falsa normalidade, induzem as pessoas a um comportamento como se a vida na pandemia estivesse seguindo seu curso normalmente.

O presidente da República ainda fez declarações graves e sem responsabilidade alguma com as vidas que se foram devido ao vírus, ao declarar: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”<sup>32</sup>, em resposta sobre o número de mortes da pandemia no Brasil. É importante considerar que essa resposta do presidente Jair Bolsonaro foi exatamente quando o Brasil atingiu a marca das 5 mil mortes em abril de 2020.

A medida implementada pelo governo para minimizar os danos à classe trabalhadora, que teve sua vida laboral prejudicada pela pandemia da covid-19, foi constituída pela Lei nº 13.982, de 2020<sup>33</sup>, a qual constitui o auxílio emergencial para os trabalhadores.

Entre muitas indefinições e votações acerca das necessidades dos trabalhadores durante a pandemia, o auxílio emergencial foi instituído e aprovado pelo Congresso. Agir com medidas efetivas diante de uma crise sanitária com impactos na sobrevivência dos brasileiros foi algo extremamente urgente e necessário.

Entretanto, a decisão na aprovação da lei e efetividade no valor do benefício não foram tarefas fáceis de votação no Congresso, mesmo diante da situação de

---

<sup>32</sup> TEÓFILO, Sarah. Em balanço sobre coronavírus, Bolsonaro ignora número de mortos. **Correio Braziliense**, 31/05/2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/31/interna\\_politica.859803/em-balanco-sobre-coronavirus-bolsonaro-ignora-numero-de-mortos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/31/interna_politica.859803/em-balanco-sobre-coronavirus-bolsonaro-ignora-numero-de-mortos.shtml). Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm) Acesso em: 28 mar. 2022.

necessidade básica dos trabalhadores brasileiros, na qual o presidente foi contra o valor do benefício de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mas que, com muito esforço da oposição, o valor foi aprovado.

Com isso, o benefício objetivava amparar trabalhadores formais, informais, microempreendedores (MEI), beneficiários do Programa Bolsa Família e pessoas que ficaram sem renda devido à crise sanitária ocasionada pela pandemia.

A Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020<sup>34</sup>, elaborou o programa emergencial para trabalhadores formais, na perspectiva de assegurar os empregos dos trabalhadores celetistas. Destacando a seguinte medida:

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. (Brasil, 2020).

Oportunamente, a medida provisória foi o meio planejado pelo governo para conter o avanço das consequências de uma crise econômica que já existia, porém se intensificou com a crise sanitária. Devido ao isolamento social, algumas empresas ficaram fechadas por um período maior que o esperado, outras de pequeno porte foram a falência e, conseqüentemente, gerando ainda mais desemprego para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a medida visava que o salário seria de acordo com a redução da carga horária de trabalho, podendo também suspender contratos de trabalho. Deveria ser acordado entre a empresa e o empregado, não estando inclusas instituições públicas e internacionais. Inicialmente, o programa emergencial definia duração de três meses, com possibilidades de se prolongar, a depender da situação ocasionada pela pandemia.

Com a flexibilização das cargas horárias de trabalho e redução de salário, muitas empresas optaram pelo trabalho remoto. Sendo assim, houve uma diminuição de custos para os empregadores e, em contrapartida, os trabalhadores ficaram com uma sobrecarga que muitas vezes se confunde em demandas provenientes da venda da sua força de trabalho com as que são invisibilizadas, da rotina doméstica do ambiente familiar, o qual passou a ser confundido e dividido com o trabalho formal.

---

<sup>34</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm)  
Acesso em: 28 mar. 2022.

Dentro de uma política que tem a objetividade de assegurar os empregos e garantir o funcionamento das empresas, exatamente visando fortalecer a economia em tempos de crise sanitária, política e social, é preciso entender que, para se efetivar o programa emergencial, leis e medidas provisórias, foi necessário um grande apelo por parte da classe trabalhadora, a qual sofre diretamente o impacto e agravamento da pandemia.

Assim, compreendemos que a classe trabalhadora, que precisa se locomover em transporte público lotado diariamente no deslocamento de casa para o trabalho, é que laborou, colocando suas vidas em risco e das suas famílias, numa realidade ainda num momento sem vacina, que precisava se expor ao vírus por, exclusivamente, necessidade de sobrevivência.

Como vimos, a aprovação da Medida Provisória nº 936 teve um prazo estabelecido para sua efetivação e, posteriormente, passou a valer a Lei nº 14.020, de julho de 2020<sup>35</sup>. Medidas provisórias passam por análises contínuas, onde frequentemente são reformuladas e sofrem atualizações; foi o que ocorreu com as alterações ocorridas ao longo da validação da Medida Provisória nº 936, tendo validade por 120 dias.

A partir do instante em que é construída e revisada, cabe ao presidente da República aprovar a lei, podendo também fazer alterações que sejam necessárias. A seguir, descrevo o que consta na Lei nº 14.020/2020 em seu art. 2º:

Art. 2º Fica instituído o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com aplicação durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º desta Lei e com os seguintes objetivos: I - preservar o emprego e a renda; II - garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e III - reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. Art. 3º São medidas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda: I - o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; II - a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e III - a suspensão temporária do contrato de trabalho.

Nesse processo – de medida provisória, votação no congresso, organização de leis, alterações e tudo que vivenciamos em todo o processo de decisões quanto a oportunizar garantias ou limitar os direitos no que determina a segurança no trabalho – é ampliada a crise econômica, política, sanitária e social, que vem se avultando, e tomando espaço na classe trabalhadora que precisa se submeter à exploração e trabalho excedente. A crise intensifica o desemprego e as desigualdades. Refletir sobre a retirada de direitos e a reforma trabalhista é de

---

<sup>35</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm). Acesso em: 28 mar. 2022.

extrema importância, entendendo que estamos imersos em consequências inimagináveis, diante do excesso de capital.

Não podemos nos esquecer de que as medidas tomadas pelo governo brasileiro referentes ao programa emergencial, especificamente voltado aos trabalhadores autônomos, desempregados e beneficiários do Programa Bolsa Família, causaram ainda mais desconforto no acesso ao benefício, automaticamente já excludente de uma significativa parcela da população, por barreiras digitais quanto a cadastros e poucas possibilidades de obtenção de conclusão em um aplicativo digital, elidindo de forma perversa os mais pobres e com maiores necessidades de obter o benefício emergencial.

As gigantescas filas na Caixa Econômica Federal nas cidades brasileiras, principalmente nas grandes capitais, já evidenciavam as dificuldades em acessar uma política que mais burocratiza e exclui, onde deveria ser de prioridade e urgência no acesso.

A dificuldade de acesso a celular e internet dificultou à população mais pobre realizar o cadastro do auxílio emergencial, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O levantamento do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, aponta que a exclusão digital atingiu boa parte das classes D e E. Segundo o estudo, 20% dos entrevistados, que compõem a faixa mais pobre da população, não tinham o celular para pedir o benefício, enquanto outros 22% alegaram falta de acesso à internet. O levantamento usou como base o painel TIC covid-19 do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).<sup>36</sup>

A permanência e continuidade no uso das tecnologias têm obstáculos reais e bastante limitadores, quando entendemos que exclui e invisibiliza a grande maioria, que sofreu e ainda sofre, por um longo período, as consequências da crise sanitária.

Delicado pensar o quanto determinadas formas de acesso a programas emergenciais podem causar ainda mais exclusão, quando na realidade deveriam garantir dignidade, oportunidade de autonomia e direitos pelo Estado.

Compreender a falta de acesso das políticas assistenciais e os entraves feitos pela Presidência da República e seus gestores mostra, de forma sutil ou não, a crise em que estamos imersos, diante do cenário de crise econômica e financeira, reverberando principalmente na população de baixa renda.

---

<sup>36</sup> Exclusão digital prejudicou acesso de mais pobres ao auxílio emergencial. **Brasil de Fato**, 02/06/2021. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2021/06/02/exclusao-digital-prejudicou-acesso-de-mais-pobres-ao-auxilio-emergencial#:~:text=A%20dificuldade%20de%20acesso%20a,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20\(FGV\)](https://www.brasildefato.com.br/2021/06/02/exclusao-digital-prejudicou-acesso-de-mais-pobres-ao-auxilio-emergencial#:~:text=A%20dificuldade%20de%20acesso%20a,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV).). Acesso em: 01 mar. 2022.

Burocratizar o acesso a um direito é, efetivamente, mais uma forma de implementação das políticas neoliberais, que alimentam a desigualdade, desemprego, fome, atingindo duramente os trabalhadores brasileiros. Institucionalizar e ampliar as desigualdades se tornou objetivo principal do governo brasileiro ao longo de toda a pandemia no território brasileiro.

### 3.5.3.

#### **Pessoas transexuais e a rua: notas sobre o período da pandemia**

Diante da realidade vivenciada pelo mundo devido à pandemia da covid-19, a população brasileira foi atingida de forma voraz, principalmente a grande parcela da população que sobrevive de serviços autônomos, onde a primeira morte registrada no Brasil por contaminação do vírus foi a de uma trabalhadora doméstica no estado do Rio de Janeiro.

Sabemos que muitas vidas foram impactadas com mudanças na rotina, a maioria dos trabalhadores viram sua renda cair e o desemprego atingindo seus lares, e principalmente a insegurança alimentar. Ficou constatado, por pesquisa levantada pelo IBGE<sup>37</sup> em novembro de 2021, que temos 13, 5 milhões de desempregados.

Quando, em março de 2020, foi decretado o fechamento de escolas, comércio, ficando restrita a abertura apenas aos estabelecimentos essenciais, exigiu-se dos brasileiros uma adaptação à realidade de um vírus mortal, para o qual, naquela época, ainda não se tinha vacina e as principais medidas de prevenção eram isolamento social, medidas higiênicas e uso de máscaras.

Com o passar do tempo e a resposta ágil e eficaz da ciência, pudemos presenciar o início da vacinação em meados de janeiro de 2021, resultado de um processo acelerado, mesmo com o pouco investimento em ciência no Brasil. Em meio à intensa investida do governo federal em privatizar os serviços públicos e deterioração do estado nacional, conseguimos uma resposta ativa e muito aguardada: obtivemos um grande resultado para a segurança e saúde da população.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/desemprego-recua-para-126-e-ainda-atinge-135-milhoes.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2021.

A vacinação teve seu início e, no decorrer da população vacinada e dos resultados positivos diante da queda de mortes, muitos serviços voltam a funcionar nas cidades, houve a liberação de shows, alguns estados liberaram o uso de máscaras ao ar livre e, com isso, se volta a uma falsa normalidade, mas provavelmente ainda cedo, pois especialistas reforçam que a pandemia não acabou, continuamos em contaminação comunitária e com o agravante de que parte considerável da população não se vacinou. Sim, em meio à gravidade de conviver com o vírus, ainda temos que lidar com os negacionistas.

Com isso, estamos vivenciando um processo de decadência civilizatória e barbárie, onde temos um chefe de Estado que, desde o início da pandemia, ignorou a gravidade da situação mundial e, principalmente, as particularidades do Brasil. Mesmo tendo resultados terríveis, o presidente sempre deixou muito claro que era contra o isolamento social, afirmando que o ideal seria o contágio de rebanho, todos precisariam se contaminar para terem imunidade. Como uma “seleção natural”, dependia de como seu organismo responderia ao vírus. Sendo assim, quem não desenvolvesse a forma mais grave da doença ficaria imune ao vírus, enfatizando também que o vírus só se manifestaria de maneira grandiosa se o indivíduo tivesse alguma doença de base.

Com os resultados positivos quanto à vacinação e a queda nas mortes diárias, vemos nos noticiários um “novo normal”, a abertura de bares, comércio, a volta dos shows. Mas é importante lembrar que a pandemia não acabou, os cuidados devem continuar. O avanço da nova variante ômicron nos faz entender a necessidade de cada vez mais continuarmos com as medidas de prevenção e proteção.

Compreender o sistema capitalista no qual vivemos no Brasil e o neoliberalismo sedento e destruidor das riquezas naturais e da sua crescente exploração dos trabalhadores é de suma importância para entender a perversidade que se tem na frase “novo normal”. É criada uma falsa normalidade, para lucrar independentemente de que isso possa aumentar a morte de trabalhadores, que se expõem ao vírus diariamente. O Brasil já chegou na assustadora marca de 615. 179<sup>38</sup> brasileiros vítimas fatais da pandemia da covid-19.

Sendo assim, esse “novo normal” está fixado nas estruturas às quais o Brasil é submetido e ludibriado. Questionar o sistema ao qual somos subjugados, refutar a desigualdade social vivenciada no Brasil, o crescimento da fome, desemprego

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

e miséria é um passo inicial para se entender, podendo revelar muitos dos anseios sociais que nos deixam inquietos.

Logicamente vivenciamos o sistema de exploração desde a invasão e colonização, resultando na aceitação e a naturalização da barbárie no cenário social. A pandemia mostrou a realidade perversa em que a população brasileira sobrevive, em meio à gravidade e ao crescimento da desigualdade social. Portanto, o aumento da fome, desemprego e mortes pela covid-19 apenas reforçam as consequências de um sistema capitalista, capaz de destruir tudo a sua volta, pelo único objetivo de constituir ainda mais poder.

Com o avanços dos casos da covid-19 no país, inicialmente a providência tomada pelo governo quanto à situação dos trabalhadores e empresas foi a Medida Provisória nº 936<sup>39</sup>, que reforçou a suspensão do contrato, diminuição da jornada de trabalho e salários. Com isso, a medida provisória, com a falácia de garantir os empregos dos trabalhadores, enfraquece ainda mais a classe trabalhadora, deixando-a ainda mais sem segurança de renda em meio à pandemia.

Desde o início da pandemia, inúmeros trabalhadores perderam seus postos de trabalho, ficando sem renda para custear as despesas relacionadas à dignidade básica de sobrevivência. O crescimento da quantidade de pessoas em situação de rua, custos dos alimentos, aumento da inflação, tudo isso tem deixado muitas famílias sem possibilidades de levarem o básico para prover a alimentação em seus lares.

Ocorreu a criação do auxílio emergencial para subsidiar uma renda à população desempregada, e que foi extremamente impactada com a pandemia. Inicialmente, o presidente da República foi contra a renda emergencial, afirmando que o governo não tinha condições de pagar o valor estipulado pela oposição, e que só seria viável o valor ínfimo de R\$ 200,00 (duzentos reais). No entanto, ficou definido o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

A dificuldade em acessar o benefício, que necessitava de cadastro em um aplicativo, gerou ainda mais transtorno para quem estava em insegurança alimentar. As filas extensas nas agências da Caixa também demonstravam a falta de logística e sistematização de um auxílio que deveria ter extrema agilidade e pouca burocratização, tendo em vista a crescente necessidade do povo brasileiro.

Com isso, o auxílio emergencial teve sua importância pontual, apesar das inúmeras dificuldades em acessá-lo. Momentaneamente, foi possível com ele, em

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/21/medidas-do-governo-durante-a-pandemia-mudam-a-vida-do-trabalhador-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2021.

2020, que muitas famílias não chegassem à extrema miséria; no entanto, não evitou que brasileiros, quase 51 milhões de brasileiros, chegassem a viver abaixo da linha da pobreza<sup>40</sup>. O programa de transferência de renda do governo federal, o extinto Bolsa Família, como também programas estaduais, foram essenciais para que a situação do Brasil não se agravasse ainda mais.

O contínuo e crescente volume de trabalhadores desempregados é uma particularidade do modo de produção capitalista. Sendo assim, o acúmulo de capital é totalmente dependente da exploração dos trabalhadores. É exatamente a reserva de trabalhadores, ou seja, a massa de desempregados, que faz com que o sistema capitalista se fortaleça, e dite suas regras em cima da necessidade de sobrevivência dessa força de trabalho sobrando, estabelecendo salários inferiores, com jornadas de trabalho maiores, e pouca ou nenhuma condição de trabalho digna, e, em sua maioria, sem direitos trabalhistas, principalmente para os trabalhadores que não têm qualificação profissional; e as pessoas transexuais se inserem nesse perfil.

Sabemos que com a pandemia da covid-19 decorreram mudanças no mundo do trabalho significativas, exigindo do trabalhador mais competitividade, buscando cada vez mais trabalhadores com perfil chamado de proativo, com bom relacionamento em equipe, dinâmicos, criativos e, principalmente, que saibam lidar com pressão.

Essas mudanças e exigências quanto aos perfis geram ainda mais trabalhadores desempregados, ocasionando paralelamente o aumento da desigualdade social. Com isso, as mudanças e exigências impactam profundamente, e ainda são mais excludentes entre as pessoas transexuais, que já se veem em uma realidade de distintas barreiras na busca de um emprego. Quanto mais as empresas alimentam um profissional inalcançável, mais distante fica o acesso das trabalhadoras transexuais a trabalhos com direitos trabalhistas.

Quando pensamos na inserção da população trans no mercado de trabalho, é preciso considerar que a vida deste segmento é marcada por processos de opressão e violência, o que nos coloca a necessidade de estarmos atentos (as) às narrativas de trajetória de vida, que para cada sujeito é única e específica. Então, seria impossível a tentativa de realizar uma única análise que estabelecesse de forma conclusiva a situação geral das pessoas trans trabalhadoras no Brasil. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 156).

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/12/03/mesmo-com-auxilio-1-em-cada-4-viveu-abaixo-da-linha-de-pobreza-em-2020-diz-ibge.htm>. Acesso em: 04 dez. 2021.

Compreender que cada pessoa transexual tem suas particularidades e vivências únicas é entender que as especificidades expressam o contexto de vida de cada sujeito. Mas, tratando-se de pessoas transexuais e da marcação da violência, abandono e exclusão, existem ressalvas no que tange ao acesso ao trabalho formal. Falta de respeito à identidade de gênero, falta de apoio da família, levam essas pessoas a se deslocarem de suas cidades, em busca de apoio e aceitação, muitas vezes fugindo da violência para tentarem sobreviver.

Dificuldades em permanecer no ambiente escolar – lugar de difícil convivência devido ao preconceito e estigmatização com a pessoa transexual – e a falta de assistência integral à saúde em seu processo de transição de gênero também são um marcador comum diante da vida dessas pessoas, como a falta de acesso aos medicamentos e acompanhamento por profissional qualificado, levando, em algumas vezes, ao uso de automedicação, e com isso risco à saúde. Importante destacar que a violência institucional se faz presente em diversos momentos da vida das pessoas transexuais.

A própria concepção de trabalho para a população trans é pautada dentro de uma heteronormatividade – mas não só - o que acaba limitando e dificultando a demanda de empregos existentes, e favorecendo que trabalhos precários sejam naturalizados como mais frequente realidade. As dificuldades na obtenção de um emprego se constituem a partir de condicionantes que atuam de maneira específica na trajetória singular de cada sujeito. Observa-se que existe um controle dos corpos nas relações sociais, dessa forma, nem todos os corpos serão considerados aptos para todo tipo de atividade. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 158).

O controle dos corpos e comportamentos ditados pelo sistema patriarcal heteronormativo demanda sumariamente em todas as relações de convívio em sociedade, e não é diferente quando se fala em mercado de trabalho, pois é justamente nesses espaços que existe uma exclusão perversa e grave, quando são suprimidos de muitos postos de trabalho os trabalhadores LGBT, negros, gordos. Os estereótipos com marcadores heteronormativos excluem sujeitos que não se encaixam na concepção do masculino e feminino com a perspectiva heteronormativa.

No Brasil, não existem dados quanto às ocupações de trabalhadores transexuais, o que se torna outro agravante. A falta de dados mostra exatamente o não interesse dos governantes em garantirem uma política pública e eficaz na geração de empregos com direitos trabalhistas à população transexual. Essa ausência de políticas públicas específicas ocasionam o subemprego, ou em muitas vezes dependem de ONGs para executarem o trabalho de apoio e acolhimento às pessoas transexuais que não têm renda e apresentam seus

vínculos familiares interrompidos pelo preconceito, principalmente quando iniciam o processo de transição de gênero.

Pesquisa divulgada pela ANTRA (2020), objetivando a análise dos dados sobre o acesso ao trabalho referente a pessoas transexuais, demonstra que 90% da população transexual têm o trabalho sexual como fonte de renda.

Falar da realidade da prostituição no Brasil, tratando-se de pessoas cisgêneras, já envolve distintos preconceitos, exclusões e violências. Imagina trazer para o debate a vivência de pessoas transexuais na prostituição, onde muitas pessoas optam por essa profissão por falta de oportunidade em trabalhos formais. Por outro lado, existem profissionais do sexo transexuais que exercem por vontade de permanecer na atuação profissional; em algumas vezes, por perceberem que aquele trabalho traz uma renda que não seria possível conseguir em outros ambientes de trabalho.

Cada pessoa tem suas particularidades, seu universo e realidade. É fundamental compreender que o trabalho sexual não pode ser a única opção para essas trabalhadoras, e é um lugar de risco, pois, segundo a ANTRA (2020), a maioria dos assassinatos de pessoas transexuais aconteceram na rua, onde muitas delas estavam exercendo atividades de trabalho sexual. O debate aqui expõe uma lacuna existente em nossa sociedade, que é a falta de direitos trabalhistas à população que exerce a função de trabalhadora sexual.

Evidenciamos a luta da profissional do sexo Gabriela Leite<sup>41</sup>, que teve um papel muito importante no movimento das profissionais, que, em sua organização, lutavam contra os abusos e autoritarismo da polícia, representação do Estado, nos ataques violentos às profissionais do sexo, mulheres cisgêneras e pessoas transexuais.

Gabriela Leite, que também trabalhava como profissional do sexo, sentiu na pele a repressão policial na década de 1970 e a violência da ditadura; foi uma agente de mudança e propulsora na luta e defesa das profissionais do sexo; foi grande incentivadora do fortalecimento da classe; organizou e iniciou o movimento por direitos das profissionais, ganhando visibilidade nacional com o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas em 1987.

Com isso, fundou também o jornal *Beijo da Rua*, onde trazia vivências de suas colegas, objetivando potencializar politicamente as mulheres a

---

<sup>41</sup> Incluímos a Gabriela Leite, uma trabalhadora do sexo, mulher cis-heterossexual, e relatamos a sua trajetória e ação política como reflexão das conquistas e notoriedade da sua atuação nos movimentos sociais com objetivo de lutar por direitos para as trabalhadoras sexuais. Oportunamente, as alianças cis e trans são importantes para fortalecimento da pluralidade feminina, reconhecendo os avanços já conquistados pelo feminismo.

reconhecerem a necessidade de conquistar seus espaços e a confrontarem as configurações da exclusão e repressão às quais seus corpos eram habitualmente expostos.

Desse modo, Gabriela Leite teve e tem um papel importantíssimo na expansão, visibilidade e luta política na busca de confrontar a perseguição, repressão, discriminação e violência estatal que perseguem os corpos das trabalhadoras sexuais.

O jornalista Flávio Lenz, que teve a oportunidade de trabalhar com a Gabriela Leite e editar o jornal *Beijo da Rua*, relata o impacto significativo e de grande importância para os movimentos sociais e destaque conquistados por intermédio da Gabriela (Lenz, 2014).

Gabriela e suas colegas fundaram a primeira associação de prostitutas do Brasil, objetivando dar visibilidade às profissionais do sexo que buscavam direitos e o combate à violência destinada a elas.

Em 1985, Gabriela foi convidada a prosseguir com sua militância no Instituto de Estudos da Religião. Dois anos mais tarde, conseguiu organizar aquele I Encontro Nacional. Com 70 prostitutas de quatro das cinco regiões do país, três temas se destacaram: discriminação, violência policial e associação de prostituição com doença. “As prostitutas sempre foram responsabilizadas pelo surgimento de doenças [...], foi assim com a sífilis, e está sendo agora com a aids.” (Leite, 1987, s/p). Mais importante, porém, foi que: “A sociedade nos viu organizadas em nome da nossa profissão. Nós nos vimos assim pela primeira vez.” (Leite, 2009, p. 149). E, dessa forma, as participantes “voltaram para suas cidades, começaram a organizar suas associações.” (Leite, 2009, p. 150). Nos anos seguintes, Gabriela assessorou o desenvolvimento dessas organizações, viajando pelo país. (Lenz, 2014, p. 210).

Gabriela Leite lutou incansavelmente na busca de objetivar direitos às profissionais do sexo. Com seu ativismo, movimentou vários estados brasileiros, no intuito de mostrar para a sociedade que as profissionais do sexo têm uma profissão e há associação e organização política. Sua articulação e aproximação com as outras regiões do Brasil, e também fora dele, tornaram-na reconhecida na perspectiva da efetivação da prostituição como profissão, sendo convidada a participar da *1ª World Whores' Summit*, em São Francisco nos EUA, em 1989, como também da parada gay nos EUA.

Lenz (2014) traz um destaque para a fala da Gabriela Leite em relação aos eventos que ela teve oportunidade de participar:

É bom sentir que não estamos sozinhas quando lutamos pelos direitos civis [...] a solidariedade foi o ponto alto dessa parada. Eram muitos e muitos gays, lésbicas, travestis e prostitutas dançando [...] e mostrando nosso orgulho, apesar de todo o estigma imposto e introjetado em cada um de nós. (Leite, 1989, p. 2 apud Lenz, 2014, p. 201).

A luta por direitos civis em todo processo histórico é uma luta árdua. Quando se trata de lutar por direitos das excluídas, marginalizadas, putas, a luta se torna ainda mais desafiadora, pois a sociedade reforça que a sua atuação não é correta, não é algo digno de direitos. Então, lutar coletivamente pelo propósito de ser reconhecida como profissão e ter seus direitos de trabalhadora resguardados é uma luta que vale a pena, e a organização é essencial na busca de sólidos resultados positivos. Portanto, é uma luta contínua e frágil.

Em meados dos anos 2000, as campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde na perspectiva de orientação e prevenção do HIV/Aids voltadas para as trabalhadoras sexuais foram um avanço para diminuir a discriminação e violência dessas trabalhadoras. Dessa forma, e para além dos direitos relacionados à política de saúde, destacamos em 2002 a inclusão das trabalhadoras sexuais na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)<sup>42</sup>, pelo Ministério do Trabalho.

O ano de 2003 teve como marca a aproximação com o poder legislativo, por meio do deputado Fernando Gabeira, que apresentou projeto de descriminação de aspectos ainda ilegais do negócio do sexo, como a preservação da casa de prostituição. A proposta foi arquivada, mas em 2011 o deputado Jean Wyllys propôs o projeto denominado Gabriela Leite, com objetivos semelhantes e diferenciando prostituição de exploração sexual. A proposição foi fruto de um encontro que aconteceu em 2010, quando os dois candidatos a deputado federal decidiram que, se apenas um deles conquistasse a vaga, assumiria projetos do outro. Na campanha pelo Partido Verde, Gabriela havia defendido o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a legalização do aborto e a regulamentação da prostituição. (Lenz, 2014, p. 212).

É nítido que Gabriela Leite trouxe debates que antes eram ignorados pelas políticas públicas e vislumbrou o direito à cidadania para as trabalhadoras sexuais, com os quais a sociedade nunca tinha dialogado pelo viés do trabalho. O seu modo de lutar politicamente ainda está presente nos encontros e lutas coletivas, nas resistências de quem ainda busca por liberdade, direitos sociais e sobrevivência.

O trabalho sexual é exercido no Brasil por mulheres e homens cisgêneros e pessoas transexuais. A complexidade que marca as condições de trabalho no Brasil é bastante pertinente e consolidada numa estrutura de negação a direitos trabalhistas. O trabalho sexual não é reconhecido quanto trabalho, apenas como ocupação.

O cenário brasileiro para a classe trabalhadora já estava tendo sua trajetória de retirada de direitos e desmonte desde a década de 1970, com início da

---

<sup>42</sup> Disponível em: [CBO 519805 - Profissional do sexo - Classificação Brasileira de Ocupações \(ocupacoes.com.br\)](http://cbo.ocupacoes.com.br). Acesso em: 04 abr. 2022.

reestruturação produtiva e exigências de um novo perfil de trabalhador, e a introdução do neoliberalismo na década de 1990. A velocidade com que o sistema capitalista retira direitos dos trabalhadores, a inexistência de postos de trabalho, as privatizações e o sucateamento dos serviços públicos consequentemente fragilizam a classe trabalhadora, que está cada vez mais empobrecida.

Mudanças vêm acontecendo no mundo do trabalho e, como consequência, cada vez mais a classe trabalhadora está perdendo direitos, com subempregos, desemprego, jornadas de trabalho exaustivas, e muitas vezes tendo que se adaptar a degradantes condições de trabalho.

Com a pandemia, a realidade do mundo do trabalho se tornou ainda mais cruel e desafiadora. Lidar com o vírus, o risco de adoecer e, paralelo a isso, o de perder o emprego são realidades frequentes na vida do trabalhador brasileiro. É preciso entender que a trabalhadora profissional do sexo faz parte da classe trabalhadora, ou seja, ela também é atingida com as mudanças que chegam ao mundo do trabalho.

Para o empregador, a força de trabalho dos corpos trans é mais docilizável e subordinável ao trabalho. Sendo assim, o conjunto de/a trabalhadores/as que tem maiores dificuldades de obter trabalho e/ou de se manterem nele, parece se dispor com mais facilidade a condições de trabalho adversas e à superexploração. Há de se atentar também para o valor agregado ao capital das empresas quando elas apresentam uma imagem socialmente comprometida com segmentos discriminados, algo que vem crescendo gradativamente nos últimos anos no Brasil, principalmente após a criação da norma de certificação social chamada de SA800017 - que certifica que uma empresa possui ou não produtos ou serviços executados de forma socialmente correta. O respeito a diversidade faz parte das estratégias das empresas na busca de maior produtividade, eficiência e visibilidade, portanto, embora essas iniciativas possam ser fundamentais para quem precisa trabalhar e encontra dificuldades, o objetivo delas também é o crescimento de seus lucros. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 164).

A subordinação citada acima em relação à força de trabalho da população transexual reverbera muito bem a exclusão e violência vivenciadas pelas pessoas transexuais, justamente pela dificuldade de se conseguir uma colocação no mercado de trabalho; faz com que exista uma submissão a trabalhos precários, subempregos, exploração, baixa remuneração e pouco incentivo à qualificação e crescimento profissional.

Falar do contexto atual de pandemia da covid-19, relações sociais, trabalho e pessoas transexuais exige uma compreensão da realidade que está cada vez mais solidificada com a exploração, violência, desigualdades e naturalização de práticas de exclusão e criminalização.

É interessante observar como esses sujeitos estão vivenciando a atual crise, quais são as condições objetivas e subjetivas para realizar o isolamento social, principal tática de enfrentamento da propagação do vírus da covid-19. Como já dito, uma questão comum a muitas pessoas trans tem sido historicamente a expulsão ou evasão das próprias famílias, por vezes, ainda crianças ou adolescentes. [...]. Além disso, também raramente podem escolher quando e como irão se inserir numa atividade de trabalho remunerado. Formação precária, ausência de uma rede de suporte familiar e transfobia comunitária cooperam em processos que empurram essas pessoas para moradias precárias e temporárias, sejam estas individuais ou coletivas, especialmente nas periferias e favelas das grandes cidades. Ora, se a tática de isolamento social pressupõe uma habitação estável, segura e infraestrutura sanitária adequada, pode-se concluir que a maior parte dessas habitações não tem essas características. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 166).

Em contexto pandêmico, as desigualdades ficam ainda mais evidenciadas, pois sabemos que a maioria da população brasileira tem dificuldade no acesso à água potável. E como manter isolamento social e cuidados de higiene se a realidade não possibilita a prevenção? Muitas pessoas trans não possuem vínculos familiares, residência segura, saem das suas cidades em busca da sobrevivência.

Com a ausência do Estado no apoio e segurança para essa população, pela falta de abrigos seguros sem violência institucional e preconceito, acabam pedindo abrigo em instituições organizadas pelas próprias pessoas transexuais. Esses lugares tornam-se seu único local de apoio e segurança, onde muitas delas fizeram seu isolamento social e garantiram, mesmo que de forma precária pela falta de apoio do Estado, a sobrevivência em meio ao vírus mortal; e muitas delas precisaram continuar trabalhando, como as profissionais do sexo e a grande maioria da classe trabalhadora, que vivem a realidade do subemprego, com relações de trabalho precarizadas e exploratórias, sem nenhuma condição de segurança quanto aos seus direitos como classe trabalhadora.

Além de viverem cotidianamente experiências de desemprego ou subemprego, pessoas trans encontram dificuldades adicionais para acessarem os programas de transferência de renda destinados a quem deles necessita. Isso ocorre com regularidade em benefícios assistenciais de amplo alcance populacional como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Os motivos para não acessarem são todos os outros que dificultam o acesso da população pobre em geral, agravados pela transfobia. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 168).

A política de assistência social se destina à população que dela necessita, no entanto, a formulação da política é marcada por discriminações, pois objetiva a assistência para quem dela necessita, mas apenas vendo a realidade centrada na família nuclear, expondo uma lacuna gigante quanto às identidades de gênero,

suas especificidades e pluralidade. Observamos que a população transexual não a acessa, pois a política já é excludente na forma da sua efetivação.

Ribeiro e Almeida (2021) destacam que a população transexual vive à margem dos programas assistenciais. Como acessá-los se a política não inclui as vulnerabilidades existentes na vida das pessoas transexuais? Com isso, muitas evitam acessar a política por medo de sofrer violência institucional; e uma das formas de violência é não garantir o respeito ao nome identidade de gênero.

No contexto da pandemia, a grande massa de trabalhadores/as informais do país esteve diante do parco e dificultoso acesso ao único programa social diretamente associado ao grave quadro sanitário, o auxílio emergencial. O governo federal não disponibilizou o benefício através da malha de instituições que já operam na execução da PNAS, tampouco favoreceu o acesso. Ao contrário: o fez através do aplicativo de um banco público com graves problemas operacionais e inacessível a quem não dispunha de telefones celulares e documentos oficiais. (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 169).

Diante dos entraves para o acesso inicial, a inscrição no auxílio emergencial foi marcada por burocracias e exclusões, preliminarmente pelo fato de exigir um celular e um bom sinal de internet, além do sistema bloquear divergência quanto ao nome do usuário ou outras questões referentes a mudanças de dados. Provavelmente, esse também tenha sido um dos fatores pelo qual muitas pessoas transexuais com perfil para receber o benefício tenham ficado de fora, não conseguindo efetivar o cadastro, e muito menos terem disponibilidade dos valores.

Mediante os óbices que já atravessam o cotidiano de muitas pessoas que estão desempregadas e, principalmente, as que estão em situação de rua ou que tiveram a necessidade de sair de seus lares devido à transfobia, caracterizam-se obstáculos para se conseguir um auxílio, que é de total obrigação do Estado a garantia de obtenção das necessidades básicas de sobrevivência.

Nesse sentido, a pandemia veio manifestar a perversidade já posta sobre a realidade de desigualdade social, padronização e exclusão existentes no mercado de trabalho, falta de acessibilidade às políticas sociais. As pessoas transexuais são postas à margem sem nenhuma condição de vida digna. Sem acesso aos programas sociais, buscam apoio em seus pares, e vão resistindo a uma realidade de negação de direitos, mortes por covid-19 e luta pela sobrevivência.

#### 4. **Uma análise dos relatórios da ANTRA sobre violência contra as pessoas transexuais trabalhadoras sexuais no período da pandemia da covid-19**

Precisamos destacar informações necessárias que oportunamente evidenciam e explicam situações vividas pelas trabalhadoras sexuais em época de pandemia, que resultaram e potencializaram a vida das trabalhadoras. Uma delas é apontar a eleição do presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, começando seu mandato em 2019. Um presidente extremamente preconceituoso, machista, racista, xenofóbico, com discursos graves de violência contra a população LGBT, com manifestações públicas propalando ódio e cultura de banalização da violência.

Diante de um cenário bastante desafiador e angustiante para a população, sobretudo para a transexual que utiliza o trabalho sexual como meio de subsistência, que ficou ainda mais em risco quando, em 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>43</sup> que o mundo estava em grande ameaça devido à rapidez da disseminação da covid-19, que se tornava uma pandemia com transmissão comunitária. Portanto, seria necessário tomar medidas recomendadas pela OMS para conter a propagação do vírus, visto que, conseqüentemente, o mundo todo já estava acometido.

Conforme a pandemia vai se agravando em diversas partes do Brasil, são crescentes as mortes, principalmente para a classe trabalhadora autônoma que sobrevive de trabalhos precários, subempregos sem nenhuma segurança de direitos trabalhistas, e que teve de continuar trabalhando, enfrentando ônibus lotados e aglomerações, em busca da subsistência.

Sendo assim, o avanço da contaminação se fez presente por um período bastante prolongado, e podemos constatar em recorrentes pronunciamentos do presidente, sejam oficiais ou informais, sempre se manifestando contra o isolamento social, uso de máscaras, declarações infundadas contra a ciência, contra a vacina, expondo opiniões bastante irresponsáveis para um chefe de Estado, declarando que a pandemia seria apenas uma gripezinha. Importante

---

<sup>43</sup> Nota relacionada ao pronunciamento do diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS) referente decreto da covid-19 como pandemia mundial. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 19 jun. 2020.

registrar que houve resistência dos órgãos do governo na divulgação real e oficial dos números de vítimas fatais da pandemia em território brasileiro.

Registro aqui dados oficiais, datados do dia 17 de setembro de 2022, que constam no Brasil 685.203 óbitos<sup>44</sup>, valores estes que vêm aumentando em grande proporção desde o início da pandemia. Importante sinalizar que houve uma considerável baixa nos casos de gravidade após início da vacinação, como também pesquisas apontam que em 75% dos casos<sup>45</sup> de maior gravidade e que vieram a óbito foram pessoas que se negaram a tomar a vacina.

Tensões no cenário político, sanitário e econômico se fizeram presentes durante a pandemia que ainda segue em curso. No entanto, as negativas do presidente para a compra das vacinas foi algo imensamente grave e criminoso. Enquanto Bolsonaro criava desconforto com a China<sup>46</sup>, a população continuava morrendo por consequência de um vírus para o qual já existiam medidas protetivas.

Diante da situação de pandemia com dimensões catastróficas em todo o território global, seria de suma relevância ter um chefe de Estado resolutivo, que levasse em consideração a crise econômica já vivenciada pelo Brasil antes da pandemia e os crescentes números do desemprego, desigualdade social, e buscasse possibilidades de segurança para a população, como a garantia de transferência de renda, que contribuiria para assegurar os trabalhadores autônomos, desempregados, para se manterem e passarem pelo isolamento social, viabilizando sua sobrevivência. Mas o então governo optou por agir de forma irresponsável, deixando até mesmo faltarem insumos para a saúde<sup>47</sup>.

Bolsonaro na realidade usou a miséria da população, a desigualdade e a situação preocupante do desemprego como sustentáculo para suas atrocidades e destruição. Seu governo tem sangue nas mãos, o das mais de 600 mil pessoas mortas em decorrência da pandemia. Quando um chefe de Estado se recusa a procurar meios para proteger a população que é sua responsabilidade, demonstra sua omissão e incompetência em garantir proteção para a população, proteção essa de responsabilidade do governo federal, que não efetivou maneiras para que a população tivesse um isolamento social seguro, apenas usou de forma perversa

<sup>44</sup> Dados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2022.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/nao-vacinados-representam-75-das-mortes-por-covid-19-diz-estudo-brasileiro>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/recusa-de-bolsonaro-a-vacina-chinesa-repercute-no-mundo/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/06/bolsonaro-compra-deseringas-esta-suspensa-ate-que-precos-voltem-ao-normal.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

a situação da covid-19 para causar medo, responsabilizando a população quanto às consequências de um isolamento social.

Dessa forma, quando a classe trabalhadora se percebe como única responsável pela sua subsistência, continua nas ruas, buscando formas de prover os meios de sobrevivência, pois a falta de garantias do governo federal já era realidade, e afetava, principalmente, as pessoas que utilizam o trabalho precário, subemprego, trabalho intermitente. Observamos o quanto, ao longo da pandemia, a falta de ação do governo brasileiro para garantir proteção a sua nação resultou em distintas consequências, para a atualidade e também a longo prazo, priorizando os grandes empresários e fortalecendo o capitalismo neoliberal. Nesse sentido, Bolsonaro ficou conhecido, no Brasil e mundialmente, como um presidente genocida.

#### **4.1. Notas sobre violência**

Em conformidade com os atravessamentos que prescrevem a violência, existem sobretudo particularidades pertinentes a gênero, raça e classe substancialmente identificadas na violência contra as pessoas trans. Portanto, a categoria violência constitui e mantém o poder, subordinação, dominação das relações sociais, num processo de exploração e dominação, sendo envolvida de forma convergente a categoria gênero.

É por meio da categoria gênero que são potencializadas as desigualdades entre os gêneros, a continuação das opressões, do patriarcado com imposição das identidades binárias, aprofundadas por intermédio das hierarquias e do sistema capitalista com acentuada marca da exploração da força de trabalho, exploração dos bens naturais, com consideráveis e cruéis traços da invasão e colonização, e exploração das riquezas brasileiras.

Nessa linha de análise que segue referente à categoria da violência, a manutenção das particularidades e desigualdades no que tange à exploração/dominação versa com as consequências da continuação da escravização e da falta de reparação ante as violências direcionadas à população negra. A categoria raça também se mantém na construção e continuação das desigualdades no Brasil.

Discriminados em todos os planos, submetidos a trabalhos forçados, ridicularizados, despojados de suas boas terras, de suas minas e outros recursos, despojados de sua cultura, o negro dominado tem, desde os primeiros tempos, digerido sem violência estes maus tratos de que tem sido objeto. O racismo individual do branco colonizador tem sido muito forte, tão forte quanto o dos Estados Unidos da América. Mas, com este particular, que não há esta violência que caracteriza o branco norte-americano, por causa justamente da relação de dominação e de submissão que existe entre o colonizador e o colonizado. (Kabenguele, 1978, p. 149).

A dependência causada pela colonização com objetivo centrado na exploração econômica mantenedora da violência e dominação da imposição eurocêntrica converge com a construção e sutileza das exclusões e personificação da continuação da dominação e destruição da cultura, subordinação e relações exploratórias, colocando a população negra numa posição de obediência e obrigações de servir, e nunca num lugar de direitos. Separando a sociedade na posição de cidadão e não cidadãos.

Ao longo dos acontecimentos percorridos pela história brasileira, vemos na violência um fator significativo nas disputas de poder diante da manutenção e continuação do sistema capitalista, articulando seus processos de crise e declínio na exploração da classe trabalhadora e retirada de direitos trabalhistas, ciclo do sistema capitalista que produz e reproduz a fragilização de quem sobrevive da força de trabalho.

É plausível reconhecer os atravessamentos e a desumanização alimentada pelas ações da violência na formação brasileira e nos processos de violação de direito à população trans, às mulheres, aos negros, aos jovens periféricos. Assim, na solidificação das bases coloniais, se é fundante a preservação das ações da interseccionalidade. A violência torna-se um fenômeno social complexo com conexões entre raça, gênero e classe.

É bem verdade que as expressões da violência que ocorrem hoje no Brasil são muito mais complexas, não se limitam à questão dos crimes que ocorrem nas áreas pobres das grandes cidades. No entanto, é sobre as condições e as circunstâncias da escassez de oportunidades e perspectivas – principalmente no caso da juventude bombardeada pelos apelos de consumo e pela falta de reconhecimento e de chances sociais – que se constroem as taxas de criminalidade e as consequências da violência, particularmente, nas regiões metropolitanas. (Minayo, 2006, p. 38).

Minayo (2006) descreve a complexidade que perpassa a realidade apresentada pela violência no Brasil, evidenciando que a violência não pode ser definida apenas como um processo da criminalidade, e sim decorre da estruturação e particularidades da colonização brasileira. Portanto, sendo a violência criminal um fenômeno social inaceitável na convivência na sociedade

contemporânea. Sendo assim, é preciso compreender a violência consoante a realidade brasileira. É preciso amplificar o debate acerca das definições de violência para além do imaginário e imediatismo social.

A articulação dos colonizadores em solo brasileiro, a apropriação e convencimento de organização democrática, ampliação de território e fortalecimento da população à nação desenvolveram uma imagem de país pacífico politicamente, para não descortinar as consequências e atravessamentos que denotam a continuidade da violência estruturada na colonização.

Assim, compreendemos as análises apontadas por Minayo (2006) quando sinalizada a complexidade das múltiplas violências que acontecem no Brasil, configurando segmentos da violência elencados na contextualização das relações sociais, nas estruturações da formação do país com base colonizadora e escravocrata e mantenedoras das desigualdades, na resistência às situações de opressões. A violência da delinquência acontece em paralelo à violência estrutural, com ligação intrínseca ao crescimento das desigualdades.

[...] Colocando o termo no plural, Chesnais (1981) distingue no imaginário social atual, três definições de violências que contemplam tanto o âmbito individual quanto o coletivo: no centro de tudo, a 'violência física', que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, torturas, roubos a mão armada; a 'violência econômica', que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a 'violência moral e simbólica', aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro. (Minayo, 2006, p. 14).

Considerando a importância das discussões ante a categoria violência e sua complexidade e os múltiplos processos que circunscrevem as realidades dos mais distintos povos, destacamos os estudos de Safiotti (2015), perante a democracia não consolidada em consonância às desigualdades e intolerância à diversidade.

Ora, a democracia exige igualdade social. Isto não significa que todos os sócios, membros da sociedade, devam ser iguais. Há uma grande confusão entre conceitos como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. O mais preocupante são as gerações mais jovens, cujos atos de crueldade para com índios, sem-teto, homossexuais revelam mais do que intolerância; demonstram rejeição profunda dos não idênticos. As desigualdades constituem fontes de conflitos, em especial quando tão abissais como no Brasil. (Saffiotti, 2015, p.41).

Ademais, trazendo a discussão da autora para a realidade das vivências das intensas e pertinentes violências contra as pessoas trans, assimilamos que as contradições e desigualdades oriundas dos processos de violação de direito envolvidos pela configuração das relações sociais que não toleram a diversidade de gênero, potencializadas pelas desigualdades, concluímos que só se tornará viável quando a sociedade superar o conceito de igualdade excetuando as limitações de democracia e igualdade (Saffiotti, 2015).

Contribuindo acerca dos estudos de Saffiotti (2015) na perspectiva da violência e sua complexidade, mostramos os resultados da pesquisa da TransUerj respectivo à rigidez social quanto à diversidade de gênero. Destacando as formas de violência física, verbal e sexual: Violência Verbal - 71,8% dentro de casa, 77,7% fora de casa, 92,9% das pessoas não binárias foram vítimas de violência verbal fora de casa. Violência Física - 48,4% dentro de casa, 53,6 fora de casa, 86,2 % dos homens trans sofreram violência fora de casa. Violência Sexual - 32,8% dentro de casa, 39,5 % fora de casa, 71,1 % das travestis fora de casa (TransUerj, 2021).

Considerar as construções sociais como nocivos processos de naturalização da violência, fragmentação e limitação das identidades de gênero é, portanto, compreender as lacunas, subordinação e relações moldadas na consolidação da misoginia, patriarcado, dominação e exploração que circunscrevem os processos envolvidos na formação dos primórdios da sociedade brasileira.

Com isso, a violência de gênero não é uma configuração apenas na realidade brasileira, e sim identificada nas mais distintas populações mundiais. A violência sexual contra a população trans com identidade de gênero feminina comprova as consequências das desigualdades atenuadas com o patriarcado e a repulsa ao gênero feminino.

Oportunamente, para enriquecimento do debate e análise ante a categoria de violência, é pertinente destacar os estudos da autora Arendt (2009), que discorre acerca da violência, descrevendo que poder e violência têm distinção, apresentando outra construção intelectual diante do fenômeno da violência, enquanto alguns autores pressupõem equivalência entre poder e violência e as relações sociais. Arendt (2009) denota suas análises nas estruturas políticas na formação da sociedade.

[...] O poder do governo, depende de números; ele reside na proporção do número [...] é, portanto, a mais violenta e menos poderosa das formas de governo. De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos. Um domínio legalmente irrestrito da maioria, uma democracia sem constituição, pode ser muito formidável na supressão

dos direitos das minorias e muito efetivo em sufocar o dissenso sem qualquer uso da violência. Mas isso não significa que a violência e o poder sejam o mesmo. A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos. (Arendt, 2009, p. 58).

Para culminar as ponderações e reflexão da autora diante da sua percepção de poder, como também da força e da autoridade, é necessária a compreensão que poder só pode ser consentido por meio da interseção da coletividade. Em contrapartida, a violência pressupõe das ações sem sustentáculos propositadamente, sem aprovação de um grupo ou associação ao poder, portanto um não depende do outro para existir (Arendt, 2009).

A autora reforça o entendimento de que, apesar de se relacionarem, poder e violência são opostos. Enquanto existir poder, não há violência, e assim sucessivamente, compreendendo que o poder impera quando se revelam as relações pertinentes ao governo; e, quando o poder perde sua legitimidade, a violência passa a se destacar nas ações governamentais. Arendt (2009) denota que poder e violência são antagonicos; considera a violência como uma possibilidade de se obter o poder.

## **4.2. Breve contextualização da ANTRA: nosso campo de pesquisa**

Evidencio a importância de destacarmos a trajetória dos movimentos sociais e a relevância da luta por direitos das pessoas travestis e transexuais como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>48</sup>. De acordo com a

<sup>48</sup> Dados disponíveis no site ANTRA (<https://antrabrasil.org/>). Nas eleições municipais no ano de 2020 foram eleitas 30 pessoas transexuais representando um aumento de 275% comparando as eleições de 2016. Uma conquista significativa de grande importância na luta por direitos e respeito, ter representatividade em um espaço de grande exclusão, misoginia e imposição da heteronormatividade é algo desafiador e ao mesmo tempo político quando coloca essa população em um lugar de direito e principalmente de visibilização.

Segue a lista com o nome das pessoas transexuais eleitas e seus respectivos partidos e estados: Thabatta Pimenta – PROS – Carnaúba dos Dantas/RN. Linda Brasil – PSOL – Aracaju/SE. Duda Salabert – PDT – Belo Horizonte/MG. Maria Regina – PT – Rio Grande/RS. Lins Roballo – PT – São Borja/RS. Benny Briolly – PSOL – Niterói/RJ. Erika Hilton – PSOL – São Paulo/SP. Gilvan Masferre – DC – Uberlândia/MG. Thammy Miranda – PL – São Paulo/SP. (Co-Vereadora) Carolina Iara – Bancada Feminista do PSOL – São Paulo/SP. Kará – PDT – Natividade/RJ. Filipa Brunelli – PT – Araraquara/SP. Isabelly Carvalho – PT – Limeira/SP. Anabella Pavão – PSOL – Batatais/SP. Paulette Blue – PSDB – Bom Repouso/MG. Regininha Lourenço – AVANTE – Araçatuba/SP. Lorim de Valéria – PDT – Pontal/SP. Tieta Melo – MDB – São Joaquim da Barra/SP. Paulinha da Saúde – MDB – Eldorado dos Carajás/PA. Rebecca Barbosa – PDT – Salesópolis/SP. Titia Chiba – PSB – Pompeu/MG. (Co-vereadora) Samara Santana – PSOL – Quilombo Periférico – São Paulo/SP.

presidente da ANTRA, Keila Simpson Sousa, a falta de acesso a serviços de saúde, como também o significativo crescimento da violência contra as pessoas transexuais, tornaram perceptível a necessidade de organização nacional, visando a uma maior amplitude do debate e visibilização para as lutas das pessoas transexuais.

No ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Sendo uma das primeiras iniciativas que buscavam articulação e fortalecimento no intuito de vislumbrar maior alcance das causas das pessoas transexuais.

O primeiro encontro nacional de pessoas transexuais, no ano de 1993, coordenado pelo grupo ASTRAL, objetivou uma maior aproximação e acolhimento das lacunas existentes, possibilidade de mapeamento, e orientações que buscassem compartilhar conhecimento nas áreas de segurança pública e saúde, onde nesse período a violência policial era intensa e constante. Já na saúde se limitava apenas a questões relacionadas à epidemia HIV/Aids de responsabilização dos estados e municípios.

Em meados da década de 1990, os movimentos sociais relacionados às pessoas transexuais ainda eram poucos, e com bastante dificuldade de articulações e parcerias, na perspectiva de acolher a causa e suas reais e necessárias lutas.

O segundo encontro aconteceu em Vitória/ES, no ano de 1994. A mobilização dos estados e a formação das lideranças foram essenciais nesse processo de organização política das pessoas transexuais. Após o primeiro encontro nacional na cidade do Rio de Janeiro, o ENTLAIDS forneceu uma amplitude de possibilidades de articulações estaduais, e promoveu, assim, a implementação de associações por regiões, motivando e fortalecendo a população transexual na busca por direitos e empoderamento.

O terceiro encontro nacional aconteceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1995, onde a pauta principal se voltou para a precisão de existir um lugar onde fosse possível articular as demandas das pessoas transexuais cotidianamente, reconhecendo que os encontros nacionais não davam conta de absorver e viabilizar as ampliações e questões que perpassam as pessoas transexuais.

---

Brenda Ferrari – PV – Lapa/PR. Dandara – MDB – Patrocínio Paulista/SP. Yasmin Prestes – MDB – Entre-Ijuis/RS. Myrella Soares – DEM – Bariri/SP. Lari Camponesa – REP – Rio Novo do Sul/ES. (Co-vereador) Heitor Gabriel – PODE – Dialogue – Araçatuba/SP. (Co-vereadora) Rafa Bertolucci – PODE – Dialogue- Araçatuba/SP. Fernanda Carrara – PTB – Piraju/SP. Disponível em: [Candidaturas Trans foram eleitas em 2020 – Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(antrabrasil.org\)](https://www.antrabrasil.org/). Acesso em: 08 jul. 2022.

Com isso, foi notória a necessidade real de existir uma rede nacional, para que fosse viável problematizar as demandas e garantir a articulação em rede, visto que os debates nos encontros nacionais tinham pautas relevantes, de grande urgência de discussão e articulação, que já eram bastante caras para o movimento. Assim, destaco o que consta no site da ANTRA relacionado aos debates nos encontros nacionais e o empenho de buscar a formação da rede nacional de pessoas trans<sup>49</sup>.

Os debates ali também tratavam de outras pautas que pareciam caras ao movimento que ora se iniciava como: o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação, pautas que ainda hoje 24 anos depois ainda permeiam universo dos debates da população Trans. Havia entre o grupo uma grande vontade individual de atuar politicamente, no entanto, faltava uma ferramenta que propiciasse essa interlocução e comunicação entre as militantes, assim foi criada inicialmente a Rede Nacional de Travestis – RENATA com o objetivo de proporcionar maior articulação das travestis brasileiras. Mas, para que uma rede nacional viesse a existir de fato houve várias tentativas entre 1993 e 2000. (Sousa, s/d, s/p).

Visando a dinamização da rede, como também a articulação de discussões que permeavam os espaços dos encontros nacionais, e o entendimento de que era necessário atingir e trazer para a luta dos movimentos sociais o maior número possível de participantes, foi preciso incluir a letra L na sigla, definida como Liberados. Nesse sentido, foi modificada a nomenclatura para Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL). Destacando, então, que a mudança não alterou a finalidade da rede, apenas foi considerada a amplitude de acessar um maior número de pessoas e, dessa forma, garantir uma organização e planejamento das ações. A RENTRAL teve atuação com esse nome até os anos 2000.

Assim sendo, na perspectiva de contribuir e adequar a nomenclatura da rede nacional de pessoas trans, busca-se uma ampliação na discussão que objetiva a necessidade de retirar a palavra travesti para transgênero, ficando Rede Nacional de Transgêneros.

Esse termo transgêneros tinha sido bem debatido nos encontros que antecederam essa decisão, e um dos argumentos bem fortes para a aceitação desse termo era a carga pejorativa que a palavra travesti carregava. Foi preciso muito embate e debates para que esse termo fosse modificado tempos depois, pois era preciso segundo algumas ativistas, e especialmente da autora desse artigo que o que era necessário era descolar os termos pejorativos que tinham colocado na palavra

---

<sup>49</sup> A RENTRAL atuou com esse nome até o ano de 2000, e novamente o movimento organizado pautou a possibilidade de ter uma nomenclatura mais de acordo com as instituições que estavam se organizando e nascendo, e assim, numa reunião organizada num encontro na cidade de Porto Alegre no mês de dezembro, se delibera a alteração do nome RENTRAL para ANTRA, que naquele momento se originou como Articulação Nacional de Transgêneros. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/> Acesso em: 08 jul. 2022.

travesti, a partir daí iniciou-se um movimento para tirar o estigma do termo. Só anos depois a ANTRA conseguiu retirar e modificar a sua nomenclatura para Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Ressalto que as nomenclaturas iniciais do movimento não tiveram registro de pessoa jurídica essa personalidade jurídica só teve registro em cartório no ano de 2002. (Sousa, s/d, s/p).

O reconhecimento da ANTRA<sup>50</sup> em âmbito nacional resulta da intensificação do trabalho contínuo de suas gestões, que atribuíram atividades significativas e de grande impacto no que condizem às lutas das pessoas transexuais, propondo metodologias significativas, com ações de amplitude nacional, mostrando o quanto essas ações coletivas e em rede viabilizam o acesso a direitos para as pessoas transexuais e resultam, também, em conhecimento e respeito para essa população.

Destacamos aqui o projeto TULIPA, idealizado e criado pela gestão da ANTRA no ano de 2002, expandindo um trabalho em rede nas cinco regiões do país, com capacitações que objetivavam identificar lideranças brasileiras transexuais, visando ampliação das discussões e conhecimento, sendo capaz de fomentar direitos, visibilidade e comunicação. Não havia espaço e meios disponíveis que fossem possíveis para garantir o fortalecimento desse tipo de projeto.

Diante da execução do projeto TULIPA viabilizando lideranças nas regiões brasileiras, culmina na inserção de eixos regionais de grande relevância e notoriedade para a população transexual, que passou a representar os seus pares por intermédio das capacitações e oportunidade de fomentar, divulgar, debater, esclarecer pontos de extrema valia, perante todo o processo histórico que perpassa as violências que encontram os corpos transexuais. A manutenção, preservação e continuidade da ANTRA é consideravelmente mais do que uma luta dos movimentos sociais, é uma luta política e de muita resistência.

A partir de então, intensifica-se a comunicação entre as associadas que permanecem interligadas e com isso importantes avanços são notados através da ocupação de espaços dentro do cenário político nacional e, pela primeira vez na

---

<sup>50</sup> As principais linhas de atuação da ANTRA: mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes; promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das travestis e transexuais; colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma; denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e/ou discriminação por identidade de gênero; ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids, hepatites virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos; apoiar as ações que visem à melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids; atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para travestis e transexuais; incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/> Acesso em: 8 jul. 2022.

história, travestis discutem com o governo federal a criação de uma campanha nacional para acabar com a discriminação sofrida. Assim o Programa Nacional de DST/AIDS elabora em conjunto com a ANTRA e lança no Congresso Nacional a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” em 29 de janeiro de 2004. Essa data viria a ser decretada pela diretoria como o dia nacional da visibilidade Trans. (Sousa, s/d, s/p).

#### 4.3.

#### **O que os dados revelam sobre a violência contra as pessoas transexuais?**

Usamos como objeto de análise sobre as violências sofridas pelas pessoas transexuais os dossiês anuais elaborados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), intitulados “Assassinatos e Violências contra as Pessoas Trans”, dos últimos dois anos (2020-2021). Consideramos a leitura desses dossiês para observarmos o aumento das violências sofridas por pessoas trans no período da pandemia, principalmente as trabalhadoras sexuais. Os dossiês são lançados sempre no mês de janeiro do ano subsequente e estão disponíveis na página da ANTRA (<https://antrabrasil.org/assassinatos/>).

A escolha pelos dossiês, como dissemos na introdução dessa dissertação, se deu pela dificuldade em localizarmos dados sobre a população trans, o que revela o quanto não é reconhecida, bem como demonstrou as subnotificações de dados sobre essa população.

Em nossa análise trabalhamos com as tabelas e gráficos, bem como dados relatados dentro dos dossiês. Utilizamos como palavras-chave: “prostituição”, “trabalhadora sexual”, “trabalhadoras sexuais”, “trabalhadora do sexo”, “trabalhadoras do sexo”, “profissionais do sexo”, “pandemia”, “covid” para localizar os dados nos dossiês. O dossiê referente ao ano de 2021 trouxe um panorama dos últimos cinco anos, o que facilitou nossa coleta de dados.

Contudo, a ANTRA (2021) destaca que os dados indicados nos dossiês apontam as coletas em instituições públicas, segurança pública, judiciário, meios de comunicação, órgãos de proteção dos direitos humanos, redes sociais e descrição de testemunhas, e assim por diante, correspondendo às principais fontes em: 83% mídia, 14% relatos, 3% grupos, indicando que a maioria das fontes expõe o nome de registro das vítimas, não sendo respeitado o nome social. No ano de 2020, 47% dos assassinatos noticiados na mídia expuseram o nome de registro, somente 14% respeitaram a identidade de gênero. No ano de 2021, 17%

dos assassinatos expuseram o nome de registro e 10% respeitaram a identidade de gênero.

A ANTRA relata, no dossiê 2021, que vem realizando um trabalho com a mídia, no sentido de orientar e sinalizar sobre a responsabilidade dos veículos de informação compreenderem a importância de não cometerem transfobia quanto à exposição do nome de registro na divulgação das notícias nos veículos de imprensa.

Contextualizar a realidade pandêmica e os crescentes índices de violência que permeiam as vivências de pessoas transexuais é um processo desafiador e de intensa complexidade, principalmente quando não se existe no Brasil dados oficiais referentes às violências e assassinatos de pessoas transexuais.

É sabido que, no Brasil, há poucas políticas públicas e leis referentes à proteção e segurança de pessoas transexuais, nem mesmo dados epidemiológicos no que tange aos números de pessoas transexuais infectadas pela covid-19 ou que vieram a óbito. O silêncio epidemiológico é parte de um profundo absentismo de um governo racista, sexista, misógino, transfóbico, excludente, incentivador da discriminação e das distintas formas de violência que escolhem os corpos da população LGBT; a violência é parte estruturante do seu mandato.

O governo brasileiro é omisso diante da sua responsabilidade direta nas mortes de pessoas transexuais. Aqui sinalizamos também os estados brasileiros, que corroboram de modo significativo no grande crescimento da violência contra as pessoas trans, onde o apagamento epidemiológico permeia os estados<sup>51</sup>.

Destacamos aqui a reportagem do jornalista Caê Vasconcelos, publicada no dia 19 de outubro de 2020<sup>52</sup>, que evidencia a ausência e negação dos estados brasileiros em disponibilizar os índices que delimitam a violência sofrida pela população LGBT. Sendo assim, aponta a subnotificação ou mesmo a inexistência de informações referentes a esses determinados dados. Foi inviabilizada a divulgação para a sociedade da real situação de extremo risco que perpassa a vida da população LGBT.

Apenas onze estados disponibilizaram dados de violência contra pessoas LGBT no Brasil para que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública pudesse elaborar o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, lançado nesta segunda-feira (19/10): Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Nesses estados, o crescimento de registros

<sup>51</sup> Sobre a falta de dados referentes à violência contra a população LGBT, ver: Vasconcelos (2020).

<sup>52</sup> VASCONCELOS, Caê. 15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência contra LGBTs. **Ponte**, 19/10/2020. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/> Acesso em: 24 jul. 2022.

de agressão contra LGBTs foi de 7,7% em 2019. Sem dados de assassinatos contra essas populações nos registros oficiais das Secretarias de Segurança Pública, porém, o documento não consegue trazer as 129 mulheres trans e travestis assassinadas no país, somente nos primeiros oito meses de 2020, número levantado de forma voluntária pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Nem as análises do Grupo Gay da Bahia, que trazem que, em 2019, 297 LGBTs foram assassinados no Brasil. (Vasconcelos, 2020, s/p).

A violação de direitos humanos segue, principalmente, quando se buscam dados nos estados e municípios e não são notificados, publicados, debatidos com a sociedade. A negligência corresponde a uma realidade que reitera e alimenta a violência institucional, numa perspectiva dimensional das estruturas de poder estatal.

Os habitantes do Brasil, e até estrangeiros que aqui vêm fazer turismo, saberiam muito bem definir violência, pois ou foram diretamente atingidos por alguma modalidade dela ou têm, em suas famílias e/ou em seu círculo de amizade, algum caso a relatar. Os sequestros são frequentes, como também o são homicídios, latrocínios, ameaças de morte, roubos, sendo a diferença entre furto e roubo a componente violência, contida neste último, enquanto no furto há somente a subtração de dinheiro e/ou outros objetos. As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos que, quando alguém é assaltado e tem seu dinheiro e seus documentos furtados, dá-se graças a Deus pelo fato de a cidadã ou o cidadão ter saído ileso(o) da ocorrência. Assim, o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. (Safiotti, 2015, p. 18).

Indicadores apontam o crescimento substancial da pobreza no Brasil<sup>53</sup> durante a pandemia da covid-19. O desemprego, o aumento desordenado da inflação, a insegurança alimentar foram alguns dos fatores sociais estruturantes e potencializadores da violência. Outro dado preocupante foi o aumento da violência doméstica, violência de gênero, feminicídio, estupros, que tiveram um crescimento recorde durante a pandemia<sup>54</sup>.

Nesse sentido, oportunizando a fomentação de discussões acerca da necessidade de viabilizar apoio da sociedade quanto à visibilidade do debate de responsabilidade do poder público e sociedade civil, onde é urgente, não apenas a publicização dos dados referentes à pesquisa da associação ANTRA, como também o que deve ser feito com os dados. Qual é a responsabilidade da sociedade civil e Estado diante do genocídio da população transexual?

<sup>53</sup> GUITARRARA, Paloma. Pobreza no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pobreza-no-brasil.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

<sup>54</sup> Pandemia fez aumentar violência contra a mulher. **Me Too Brasil**, 12/12/2021. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/artigos/pandemia-fez-aumentar-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 26 jul. 2022.

A ANTRA vem, desde o ano de 2017, comprometida em realizar o mapeamento das violências sofridas pela população transexual, diante da ausência e invisibilização de índices que seriam de extrema necessidade, para que fosse possível a construção de políticas públicas e leis direcionadas ao combate da violência e proteção das pessoas transexuais, e que configuram a absurda e perversa irresponsabilidade da esfera pública em disponibilizar dados sobre assassinatos e violência contra a população de travestis e transexuais brasileiras e, assim, por meio dos dados, promover a construção de políticas públicas direcionadas à segurança e garantia de condições de vida, com base na preservação dos direitos humanos.

Diversas violações de direitos humanos e dos tratados internacionais cometidas pelo governo brasileiro vêm sendo observadas e denunciadas por instituições de direitos humanos no tocante ao cotidiano das pessoas trans, sob a perspectiva de políticas antigênero. Políticas estas que vêm sendo implementadas em uma agenda crescente ao redor do mundo, onde o Brasil se destaca por ser um dos países que assume publicamente posição ao lado de países como a Polônia, Hungria, Rússia e o Reino Unido, este último que passou a ser incluído com um país com grande disseminação de ódio transfóbico nas redes sociais. (Antra, 2022, p. 11).

A disseminação de conclusões sem fundamento algum que perpassam as falas criminosas, racistas, preconceituosas, envolvidas num discurso transfóbico de ódio, alimenta posicionamentos violentos que, em muitas vezes, são naturalizados e verbalizados por chefes de Estado, fortalecendo um cenário de risco e grandes ameaças para a população transexual.

É necessário pontuar que a identidade de gênero de pessoa transexual é um aspecto preponderante para a prática criminosa de violência e, em determinados crimes, chegando a ocasionar a morte. Com isso, é preciso identificar como sendo um crime de transfeminicídio<sup>55</sup>, reconhecido e notificado recentemente em 2020.

Diante das inúmeras situações de violação de direito, assassinatos e os crescentes índices que apontam a situação preocupante que perpassa a violência de gênero no Brasil, constatamos que a pandemia iniciada em 2020 vem apenas desnudar o que de fato já acontece e se solidifica nos lares brasileiros, enraizados pelo contexto religioso, racista, patriarcal, heterossexista, que alimenta atitudes

<sup>55</sup> ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Polícia de SP registra 1ª transexual como vítima de feminicídio; casos aumentam 54% no 1º quadrimestre. **G1**, São Paulo, 31/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/31/policia-de-sp-registra-primeira-transexual-como-vitima-de-feminicidio-casos-aumentam-54percent-no-1o-quadrimestre.ghtml> Acesso em: 27 jul. 2022.

violentas e controladoras, nas quais a violência de gênero contra a mulher cisgênera e o transfeminicídio evidenciam o ódio ao feminino<sup>56</sup>.

É oportuno sinalizar que a naturalização e dominação exercida pelo homem referente à mulher é de fato construída sobre a dominação machista e patriarcal que impera na sociedade na sutilidade das relações. Dessa forma, a pandemia não trouxe nenhum fato novo nesse contexto de violência que se intensifica no isolamento social, e sim trouxe elementos que acabam sendo facilitadores que expõem as mulheres a situações de risco.

Levantamentos apontados pela pesquisa da Transgender Europe (TGEU)<sup>57</sup> de 2020, onde são analisados índices de amplitude mundial, principalmente crimes cometidos contra pessoas transexuais que foram vítimas fatais, destacam que, na totalidade, 98% se reconheciam como sendo do gênero feminino, constatando que o ódio ao feminino é uma marca prevaiente de risco e exposição à violência e, conseqüentemente, suscetível à morte.

Por obra da violência transfóbica, que tem suas bases bem fincadas no sexismo, aquelas pessoas que ousassem afrontar essa lei seriam mortas ou teriam que voltar de imediato para o armário, dando a impressão falsa de que inexistiam ou de que desexistiram. Foi necessário o surgimento e fortalecimento do movimento feminista e, com ele, a transformação radical dos sentidos que a palavra “mulher” denota para, aos poucos, pessoas criadas para ser homem conseguirem começar a fazer legítima sua reivindicação de existir enquanto mulher e, hoje, pessoas criadas para ser mulher começarem a conseguir fazer com que seja razoável, aceitável a sua reivindicação de existir enquanto homem (o fato de só hoje a ideia de homem trans estar se tornando conhecida, inteligível diz muito sobre o que nossa sociedade reserva às pessoas criadas para ser mulher. (Rodvalho, 2017, p. 366).

Pensar nos processos históricos que envolvem a imposição do sexismo, nesse longínquo decurso, é entender que no percurso da sociedade não se eram aceitos comportamentos contrários aos que foram legitimados pelo cissexismo<sup>58</sup>, fazendo-se surgir como algo natural da vivência do ser homem e ser mulher. Diante disso, o sexismo é fundante da violência que persegue a população LGBT.

Não existiria perspectiva real de subsistência de pessoas trans se não houvesse a luta pela sobrevivência e reivindicações realizadas pela coletividade

<sup>56</sup> LIMA, Mariana. Violência doméstica e transfeminicídio marcam o ódio ao feminino. **Observatório do Terceiro Setor**, 13/09/2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/violencia-domestica-e-transfeminicidio-marcam-o-odio-ao-feminino/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

<sup>57</sup> TGU trata-se de uma comunidade mundial que busca viabilizar direitos da população transexual, apresentando pesquisas que fomentem uma maior amplitude de segurança e acesso aos direitos humanos e de cidadania para a população transexual. Disponível em: <https://tgeu.org/our-work/our-global-work/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

<sup>58</sup> Cissexismo é a legitimação exclusivamente do gênero de nascimento e validando unicamente o masculino e feminino, usando de comportamentos e atitudes excludentes e violentas, negando a existência de pessoas transexuais, seja de forma explícita ou sutil, correspondendo à transfobia. Cf. SENKEVICS, Adriano. O que é uma pessoa cis e cissexismo? **Geledes**, 23/03/2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

feminista e, principalmente, a luta de pessoas transexuais, que acabaram mortas para que fosse possível na contemporaneidade que os direitos de cidadania fossem viabilizados e respeitados para as pessoas trans.

No entanto, buscar compreender que a análise social referente ao debate circunscrito sobre a determinação e validação de gênero, ao se limitar apenas ao biológico, estará diante de uma construção fundamentada no sexismo.

Rodvalho (2017) reitera sobre a importância da autoidentificação, já que, há poucos anos, seria impraticável ser uma pessoa transexual; eram lidas como pessoas doentes, diagnosticadas com transtornos, e levadas para internações compulsórias em leitos psiquiátricos.

Sendo assim, a transfobia ao longo da vivência e sobrevivência de pessoas transexuais inviabiliza a possibilidade dos direitos, complexificando o acesso de cidadania, já adquiridos através de intensos processos e lutas sociais.

Portanto, os estados têm a obrigatoriedade de consolidar ações de proteção e prevenção, no que tange às situações de risco e falta de acessibilidade aos direitos civis que circunscribe a vida das pessoas transexuais. Reconhecer as identidades transexuais é, de fato, improrrogável, diante de tanta barbárie e genocídio publicados anualmente pelo dossiê de assassinatos de pessoas transexuais divulgado pela ANTRA.

Construindo um instrumento de grande responsabilidade social com análises a níveis de Brasil, fornecendo resultados que não são contabilizados pelo governo brasileiro, dados até então irrealis no âmbito governamental, obviamente, se mantêm presentes à violência institucional e à continuidade da falta de políticas públicas e sociais para pessoas transexuais (Antra, 2022).

As análises de dados divulgadas pela ANTRA são resultados de fontes: governamentais, segurança pública, processos judiciais, mídias e jornais, instituições de direitos humanos, redes sociais, relato testemunhal, entre outras (Antra, 2022).

As notícias veiculadas na mídia, em sua maioria, quando destacam assassinatos de pessoas transexuais, rotineiramente são notícias sensacionalistas, com implicação transfóbica, sendo uma continuidade de situações violentas, que causam sequências de crimes transfóbicos. É percebido que existe pouco conhecimento referente à diversidade.

A ANTRA (2022) traz apontamentos relativos à coleta de dados nos mecanismos de busca que, na internet, ao inserir “travesti” ou “mulheres trans”, a cada 10 resultados 8 são decorrentes de violência, tornando a violência contra as

peças trans um dos temas que mais aparece na mídia, quando a palavra-chave é travesti ou mulheres trans.

Homens trans, pessoas transmasculinas e Não-Binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações sobre assassinatos, nos veículos de mídia e a maioria dos casos que temos contabilizados, vem de fontes complementares. Sendo as fontes complementares também as principais responsáveis pelos casos de suicídios, violações de direitos humanos e outros tipos de violência. O que não quer dizer que estes casos não existam, mas nos ajuda a perceber que ao longo dos últimos cinco anos, a violência mortal intencional é muito mais direcionada as pessoas transfemininas. (Antra, 2022, p. 25).

O trabalho da ANTRA é de fato de extrema relevância social, uma vez que a inexistência de ações governamentais voltadas para a população transexual é inoperante.

No itinerário da realidade das pessoas transexuais, seja em sua transição, ou mesmo após esse período de intensas transformações e fragilização na convivência familiar, embora em muitos casos acontece o rompimento de vínculos familiares, a profundidade da violência atravessa os corpos trans sumariamente quando sua autoidentificação não é respeitada, tendo as primeiras situações de violência iniciadas no seio familiar. De acordo com a ANTRA: “Um corpo trans não é invisível, é um corpo invisibilizado. Quando este corpo aparece, a violência também se faz presente” (Antra, 2022, p. 30).

De acordo com o dossiê ANTRA 2021, dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, 140 assassinatos foram de pessoas trans, destacando uma grande preocupação com o aumento de 141% quando utilizada a comparação da publicação dos índices de violência contra as pessoas transexuais disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia no ano de 2008, onde na época ocorreram 58 assassinatos.

Dos resultados obtidos pelo dossiê ANTRA 2021, foram identificadas sendo 135 travestis e mulheres transexuais assassinadas, e 5 homens trans e pessoas transmasculinas. A pesquisa aponta a observação de que, nos resultados, não foram identificados assassinatos de pessoas não binárias.

Dessa forma, é nítido o quanto o Brasil continua no topo, no sentido mais perverso e violento que possamos descrever, seguindo numa escalada da transfobia e genocídio, sem a iniciativa, estudo, ação relacionada ao enfrentamento de um crescimento avassalador de assassinatos da população transexual.

Benevides (2022) sinalizou fontes referentes à disponibilização de informações na busca ativa dos assassinatos: 83% mídia, 14% relatos, 3% grupos.

Em um panorama complexo e bastante necessário de uma análise ampliada e crítica da realidade que perpassa os resultados da pesquisa, é de suma necessidade que possamos compreender o que o estudo vem nos demonstrar referente a cada ano. Levando em consideração os índices comparativos no decorrer das publicações anuais dos dossiês, portanto dispõe-se sobre algumas causas que versam com os assassinatos da população trans em nível de Brasil.

140 assassinatos em 2021, se mantém acima da média dos assassinatos entre 2008 e 2021. Seguiu liderança como o país que mais assassina pessoas trans no mundo. Falta de dados e/ou subnotificações governamentais. Ausência de ações de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIA+. Queda da idade da pessoa trans mais jovem vítima de transfeminicídio. Aumento de ações antitrans e propostas que visam institucionalizar a transfobia. (Benevides, 2022).

O cenário brasileiro constantemente autoriza a violência contra a população LGBT, comprovadamente contra as pessoas transexuais, quando naturaliza a barbárie dos crescentes dados relativos aos assassinatos, quando negligencia o acesso à saúde e às políticas assistenciais. Não houve criação de benefício emergencial voltado para a população LGBT durante a pandemia que trabalha como profissional do sexo.

Além disso, a condução governamental, diante da intensa violência mais incisiva contra as pessoas trans, demonstra as bases de sustentação de um projeto que reforça e naturaliza a violência contra a população LGBT, descredibiliza as instituições que seriam de proteção e garantia de direito, tornando mais um espaço de violência institucional onde, muitas vezes, não é realizada a formalização de determinada situação sofrida, pois a delegacia torna-se mais um espaço de humilhações, constrangimentos e desrespeito às identidades de gênero.

Contudo, é primordial analisar que a subnotificação referente à violência no Brasil consiste na falta de organização, estruturação e qualificação dos órgãos dos estados e obviamente da negligência do governo federal. Há uma necessidade de atuação ampliada e de modo intersetorial capaz de estruturar as políticas públicas na perspectiva de garantir e viabilizar segurança para as pessoas LGBT, como foi descrito pelo dossiê Antra 2021.

É essencial, para mudar este quadro, a atuação em diversas frentes de modo coordenado: contabilizar populações LGBTQIA+, conhecer suas disposições territoriais, focar campanhas e políticas de prevenção a partir de suas

territorialidades e incrementar tanto a capacidade quanto a qualidade de atendimento às vítimas em todas as delegacias, dada a escassez de delegacias especializadas. Trata-se, portanto, da necessidade de um esforço transversal e coordenado, para que tenhamos uma segurança pública para a qual LGBTQI+ existam e importem, tendo seu direito à segurança pública garantido. (Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP). (Antra, 2021, p. 27).

Sabemos que a violência contra a população trans tem sua primeira manifestação no seio familiar e em espaços de socialização, como a escola. Quando incluímos no debate a segurança pública, observamos que a falta de qualificação dos profissionais associada ao estigma, preconceito e violência institucional provocam o distanciamento e a não adesão das vítimas em realizarem a denúncia.

Com isso, não são espaços de proteção e garantia de direitos, e sim de vulnerabilidade, desconfiança, marginalização e julgamentos. A insuficiência ou inexistência de dados no rateio e divulgação oficial relativas à violência sofrida pelas pessoas trans são fatores que alimentam a lógica das estruturas de violação de direito, mantidas pela esfera pública. Dados estes não publicizados pela segurança pública.

Com a disponibilização dos dados organizados, recebidos e analisados pela Antra (2021), podemos perceber que o estado de São Paulo consiste na região do Brasil que se tem conhecimento de maior número de assassinatos da população trans, totalizando 29 mortes, evidenciando um aumento de 38% quando se faz uma comparação dos assassinatos que ocorreram em 2019. Um expressivo aumento que vem se configurando a cada nova análise e levantamento dos índices de assassinatos feitos pela ANTRA.

São Paulo, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro aparecem entre os cinco primeiros estados com mais assassinatos de pessoas trans desde 2017. Durante o ano de 2020, o Ceará chamou atenção das mídias pelos recorrentes casos entre julho e agosto, somando nove assassinatos somente nesses dois meses. Entre 2017 e 2020, tivemos 641 assassinatos de pessoas trans no Brasil. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 80 casos, aparece em 1º. Em 2º o Ceará com 62 casos; a Bahia em 3º com 59 assassinatos; Minas Gerais com 51 em 4º; o Rio de Janeiro, com 47, está na 5ª posição; Pernambuco em 6º, com 35 casos, Paraná com 29; Pará e Paraíba em 8º, com 28 assassinatos cada. Mato Grosso, em 9º, com 23 e em 10º estão Goiás e Rio Grande do Sul, com 21 assassinatos. (Antra, 2021, p. 35).

A violência transfóbica é uma realidade visível e imensamente excludente em todo o território brasileiro, confirmada mediante os resultados acima expostos pelo dossiê de assassinatos de travestis e pessoas trans do ano de 2020, onde a prevalência da violência é maior em algumas partes do país e em outras com índices menores.

Observamos que a maioria das cidades são inseguras para a população trans, vivenciam um processo contínuo de distintas formas de violência, sejam: institucional, relações de trabalho precarizado, desaprovação em espaços de sociabilidade, como o ambiente escolar e o desacolhimento familiar, que dão início a um ciclo de ataques cruéis, provocando a desumanidade dessa população.

É de suma importância o entendimento que o compêndio dos resultados dos dossiês, iniciado no ano de 2017, realizado pela ANTRA, traz uma pesquisa inédita, tornando-se fonte de dados que tem por objetivo a construção de informações relacionadas à violência contra a população transexual brasileira.

Acreditava-se que, durante a pandemia da covid-19, os índices de assassinatos poderiam diminuir, como aconteceu em outras parcelas da população<sup>2</sup> nos primeiros meses da pandemia no Brasil, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas, quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, notamos que a vida das pessoas trans, principalmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas, tem sido diretamente afetada. Temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e impactam a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência. Nossas pesquisas estimam que cerca de 70% da população de travestis e mulheres transexuais não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado, devido à precarização histórica de suas vidas, chegando a terem perda significativa em suas rendas<sup>3</sup>. Assim, não resta outra opção, a não ser continuar o trabalho nas ruas, impondo que tal grupo se exponha ao vírus em todas as fases da pandemia. (Antra, 2020, p. 08).

Dessa forma, a ANTRA vem cumprindo com responsabilidades que seriam do âmbito público, ou seja, desde a busca ativa dos dados nos estados e regiões brasileiras, como também tornando os resultados das análises subsídios para fomentação e execução das políticas públicas para a população de travestis e transexuais.

O Estado brasileiro distingue de forma direta e com intensa violência institucional, num plano muito bem arquitetado em tornar a vida de pessoas trans ainda mais imbuída de precarização. Durante a pandemia, observamos que não existiu nenhum projeto de iniciativa estatal de apoio à população LGBT, e sim projetos de apoio à classe empresária, que tiveram ação direta e urgente por parte do chefe de Estado que, mesmo diante da intensificação das mortes em decorrência da pandemia, minimizou a gravidade da situação.

A associação ANTRA vem promovendo análises amplificadas e determinantes para que a sociedade e a esfera governamental possam ter embasamento e fontes quanto à realidade da violência na perspectiva das regiões brasileiras. De acordo com Benevides (2021), os dados referentes aos

assassinatos de pessoas transexuais no que tangem às regiões brasileiras e seus índices de violência foram maiores nas regiões Nordeste e Sudeste.

De acordo com a autora, evidenciamos o crescimento nos índices de violência nas regiões. Nordeste, sendo especificamente no estado do Ceará, com aumento na violência de 43%; e Sudeste, na cidade de São Paulo, com crescimento de 34%. O ano de 2020 contabilizou 175 assassinatos de pessoas trans no Brasil e, no ano de 2021, foram contabilizados 140 assassinatos. No dossiê 2021, a ANTRA sinaliza que a queda nos índices de violência, quando comparados 2020 e 2021, não é considerada como diminuição dos índices de violência, e sim subnotificação dos casos de violência contra as pessoas trans.

No ano de 2021, 78% das pessoas trans assassinadas tinham sua identidade de gênero feminina e como profissão o trabalho sexual. O dossiê aponta dados sobre o trabalho sexual: 65% afirmam que se tivessem acesso à oportunidade estariam exercendo outra atividade laboral, mas relatam o medo de sofrer transfobia e dificuldade de adaptação; 23% afirmam que continuariam exercendo o trabalho sexual como atividade laboral; 12% afirmaram que não optariam apenas por uma opção, e sim conciliariam o trabalho formal e o trabalho sexual.

O dossiê ANTRA 2020 identifica as idades das vítimas como sendo: 56% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos; 28,4% entre 30 e 39 anos; 7,3% entre 40 e 49 anos; 8,3% entre 50 e 59 anos. Não foram identificadas pessoas trans na faixa acima dos 60 anos.

A materialização da violência cotidianamente circunda a vivência das pessoas transexuais. A violência psicológica já está presente em diversas fases da trajetória de uma pessoa trans, intensificando-se com a violência física e muitas vezes levando à morte.

Devemos entender que, para que ocorra uma considerável diminuição dos altos índices de violência contra a comunidade transexual, é fundamental que se tenham dados oficiais nacionais, e com isso se possa traçar um projeto de segurança, proteção e garantia de direitos.

A insegurança e situação de extrema pobreza em que se encontra a população transexual, sem oportunidade a políticas públicas que possam alcançar, saúde, educação, políticas que possam ofertar o acesso à formação profissional, ao vínculo empregatício, pontos básicos para que seja viável o mínimo de uma condição digna de vida.

Benevides e Nogueira (2019) salientam:

O dossiê leva a uma reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade, que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. O Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. Mas não só: o que era ruim piorou ainda mais neste ano, com a eleição de um governo que é explicitamente transfóbico por ideologia. (Benevides; Nogueira, 2019).

O cenário brasileiro persegue e marginaliza a população trans, provocando distintas violações de direito. Acertadamente, o serviço público brasileiro deveria mapear essa população, objetivando identificar os marcadores interseccionais que perpassam a realidade de intensa violência acometida de modo proposital. A identificação do perfil das vítimas, mapeando gênero, raça e classe, é fator necessário e norteador, no intuito de compreender quais os determinantes provocadores da violência e desumanização das pessoas trans (Antra, 2021).

O que denota o ódio às prostitutas, em um país em que ainda não existe uma lei que regulamente a profissão que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles. Este comportamento da sociedade é constantemente reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade. (Antra, 2018).

Contudo, a descartabilidade dos corpos dissidentes é algo rotineiro no contexto de vida das pessoas trans. Outro ponto questionável consiste na inexistência de ações direcionadas à população LGBT, principalmente no período da pandemia, onde as trabalhadoras do sexo ficaram sem renda devido à necessidade de isolamento social.

Não houve nenhuma política governamental que garantisse proteção, alimentação e renda para as trabalhadoras do sexo, que ficaram totalmente desassistidas dos programas sociais que compõem a política de assistência social.

Em março de 2020, o jornalista Yuri Fernandes, do Projeto Colabora, elaborou um artigo<sup>59</sup> trazendo informações relacionadas às pessoas trans que são trabalhadoras sexuais e que, com as recomendações de isolamento social, ficaram sem renda e, principalmente, sem acesso à alimentação.

---

<sup>59</sup> FERNANDES, Yuri. Prostituição e pandemia: 'Terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer'. **ODS-8**, publicação de 27/03/2020, atualização de 04/01/2022. Disponível em: <https://projecolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-come> Acesso em: 01 ago. 2022.

Destacamos a fala de uma das trabalhadoras sexuais entrevistadas pelo jornalista Yuri Fernandes (2020), na qual a trabalhadora Luísa relata sua situação diante da realidade da covid-19:

“Terei que aceitar se entrar 20 ou 30 reais e voltar para casa, preciso comer. Compro uma bandeja de frango temperada, alguns legumes, e sobrevivo”. Ciente das orientações de preservação à covid-19, ela diminuiu os dias de trabalho de quatro para dois na semana. Em sua bolsa, garante que leva sempre álcool em gel e lenços umedecidos. Mulher trans de 39 anos, foi expulsa de casa aos 23 por conta do preconceito dos pais. A prostituição foi a saída encontrada para se manter. Mas não por mera opção.

Já trabalhei em outras profissões, mas sempre sofri muito preconceito e isso abala muito nossa cabeça. Sendo trans e prostituta, é muito difícil ser respeitada, diz ao Colabora enquanto voltava de mais uma tentativa de conseguir mudar de vida. Foi à capital deixar currículo em agências de emprego e lojas, mas se deparou com todas as portas fechadas. Além do que recebe na noite, ganha R\$ 89 do Bolsa Família. (FERNANDES, 2020, s/p).

Importante considerar que 90% das pessoas transexuais têm como atividade laboral para garantir sua subsistência o trabalho sexual. A exposição e riscos de adoecer de covid-19 se fazem presentes, somando-se aos diversos riscos de vida que perpassam a realidade das trabalhadoras transexuais.

Requeremos atenção na observação sinalizada pela Antra (2021), onde frisa que o predomínio dos assassinatos de pessoas trans continua sendo o das profissionais do sexo. O dossiê do ano de 2021 identifica que 78% das vítimas fatais tinham sua identidade de gênero como travestis e mulheres transexuais. Em contrapartida, não se têm contabilizado dados em referência a pessoas trans com identidade de gênero masculino sendo trabalhadores sexuais.

Em diálogos informais com diversas profissionais do sexo trans ao longo do ano, em espaços virtuais e presenciais, a grande maioria afirma lidar com a prostituição como um trabalho, estabelecendo uma rotina própria. Uma parcela considerável, em torno de 65% delas afirma que se tivesse oportunidade estariam em outras atividades, destas, algumas firmaram que teriam dificuldade de se adaptar á nova rotina por diversos fatores, dentre eles o medo de serem vítima de transfobia no ambiente laboral, devido ao assédio (sexual e moral) e os baixos salários, enquanto outras 23% afirmaram que desejam continuar naquela atividade. As demais, 12% restantes, prefeririam não ter que decidir entre um e outro, e sugeriram que mesmo empregadas seguiriam fazendo uma espécie de complementação de renda na prostituição- realidade já observada por nós em outros momentos. (Antra, 2022, p. 48).

A segregação acentuada com a marginalização, racismo, versam com a precarização de um trabalho em área pública, onde os processos de violência e riscos são intensificados, não pelo trabalho sexual exercido pelas trabalhadoras trans, e sim pela falta de garantia de segurança e consolidação das leis, para que

as trabalhadoras possam executar seu trabalho de modo a resguardar suas vidas, respeitando o seu direito de cidadã de exercer a profissão que pretender seguir.

Desde muito cedo, a sociedade naturalizou os processos de exclusão contra pessoas trans e nos ensinam a ter medo das travestis, e que não devemos transitar pelas ruas onde trabalham ou evitar ambientes em que elas estejam. O argumento é o de que elas representam um alto risco às "pessoas de bem". Sua existência, marginal e marginalizada, desperta ódio e desejo daqueles que se curvam diante da subversão que estes corpos representam. [...] É comum observamos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. As associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo. (Benevides; Nogueira, 2020).

Devemos nos atentar que a transfobia e situações recorrentes de risco à vida somadas a exclusões do convívio social, de modo geral, é que fomentam a continuidade das vulnerabilidades que circundam as vivências das pessoas trans. A Antra (2022) faz uma consideração que 4% da população transexual feminina está exercendo atividade laboral com vínculo empregatício, 6% em subemprego sem direitos trabalhistas e 90% exercendo atividade como trabalhadora sexual.

Evidenciando o início da pandemia, onde tudo era novo, seria necessário pensar na proteção e cuidado para os trabalhadores que precisavam se expor ao vírus, com atenção maior principalmente para quem vende sua força de trabalho, com agravante potencializador aos que não dispõem de vínculo empregatício e sem apoio governamental que fosse capaz de garantir a mínima segurança de vida.

Uma considerável parcela das pessoas trans trabalhadoras sexuais ficou sem nenhuma renda – na maioria das vezes o trabalho sexual é sua única renda – e tiveram que continuar com suas atividades laborais, ficando ainda mais expostas às violências que já as circundam, associadas à exposição do vírus.

Sendo assim e levando em conta o contexto de vida das pessoas trans, onde muitas são exploradas e passam por situações de trabalho extremamente precário, diante das ameaças, exigências de pagamentos e exploração feita por terceiros, gerou-se ainda mais violência e risco do que as profissionais passam pelas ruas das cidades brasileiras.

Desse modo, pensando nessa população que não teria possibilidade de realizar a quarentena, por iniciativa da ANTRA, foi criada uma cartilha de orientação para as trabalhadoras sexuais (Cf. Benevides, 2020), viabilizando informações pertinentes a sua proteção e diminuição de riscos relacionados à

covid-19. Ressaltamos aqui o Projeto TransAção<sup>60</sup>, um apoio financeiro de extrema importância para as pessoas trans durante a pandemia. Por iniciativa da ANTRA, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião e Unibanco, o projeto beneficiou 150 pessoas trans.

Sobre o assunto, Brito (2019) analisa em sua pesquisa de mestrado as relações de trabalho das pessoas transexuais:

Tais condições nocivas à saúde podem compor as trajetórias de trabalho de homens e mulheres trans de modo intencional, pois que não dispostas à totalidade de funcionários/as do ambiente laboral, mas especificamente a trabalhadoras/es trans como forma não “apenas” de desmerecê-las/os, mas de lembrá-las/os “[...] com marcas muito concretas, o preço de não se submeterem completamente às normas de gênero” (Almeida, 2018, p. 164). Neste sentido, imprescindível considerar o adoecimento com nexo laboral enquanto expressão das relações de classe, mas também das, e interseccionado às, relações de gênero, pois somente as primeiras não abarcam a totalidade da exploração-dominação da classe trabalhadora. (Brito, 2019, p. 138).

No que tange à compreensão dos processos relativos à exploração, dominações, identificados pela autora, é impreterível o entendimento dos processos existentes desde o início da invasão do Brasil e, paralelamente, a exploração e precarização do trabalho, que também se fazem presentes em todas as regiões brasileiras.

Quando enfatizamos a discussão sobre as relações de trabalho, especificamente as pessoas trans, estamos pontuando os trabalhadores precarizados, explorados, subutilizados e descartáveis para o capital. Contudo, o trabalhador trans ainda viverá insistentemente a transfobia como assédio moral, violência física, psicológica, provocadas pelo sistema opressor e provocador de doenças relacionadas ao trabalho.

Relações abusivas de trabalho associadas aos excessos pertinentes ao sistema capitalista desencadeiam consequências graves à saúde mental, predominantemente nas pessoas trans, que experienciam situações de violência de gênero em seu cotidiano.

Na conjuntura de crimes bárbaros, as recorrentes situações de violação de direito e descumprimento do respeito às identidades das pessoas trans, em conformidade com a discriminação, conseqüentemente provocam adoecimentos psicológicos às vítimas, que passam a conviver com situações de intensa carga emocional de modo negativo, com consequências profundas à saúde mental.

<sup>60</sup> Sobre o projeto TransAção. Disponível em: [Defensoria Pública do Rio de Janeiro \(rj.def.br\)](https://www.defensoria.br/pt-br/defensoria-publica-do-rio-de-janeiro) Acesso em: 26 jul. 2022.

O dossiê ANTRA 2021 traz dados relacionados a suicídio e à população trans, identificando que, em 2020, ocorreram 23 suicídios, e desse total, sete (30%) eram homens trans/transmasculinos e dezesseis (70%) travestis/mulheres trans.

A pandemia fez com que pessoas trans fossem novamente expostas à violência doméstica que apresentou aumento de 50% no primeiro semestre. Muito em função de as pessoas terem que ficar em quarentena junto de seus alcoses e alguns familiares que optam por serem intolerantes. Todo esse cenário gera um processo de adoecimento provocado pela falta de políticas públicas para prevenção do suicídio e da violência transfóbica, acirramento da desigualdade social e pelo cissexismo-ideologia dominante no país. (Antra, 2021, p. 119).

A complexidade que transcorre a realidade de vida das pessoas trans intensificou, significativamente, em contexto de pandemia. Dessa forma, é importante a análise amplificada em nossa sociedade, entendendo que a violência é um fenômeno que tem imbricação com as particularidades de classe, raça e gênero, envolvendo diversos aspectos que perpassam a existência da humanidade na delimitação da exploração e construção social da superioridade do homem branco, hétero, cristão, no controle e invenção do comportamento dos gêneros, ocasionando violência aos que fogem às regras impostas.

O contexto social que perpassa sobre a realidade da população transexual aponta a perversidade materializada no estigma da marginalização, com agravante da naturalização da violência. A sociedade passa a justificar a exclusão, o ódio gratuito com ações torturantes, relacionando as pessoas trans a um alto risco, rotulando-as como pessoas perigosas, violentas, agressivas, capazes de cometer atos ilícitos, não sendo pessoas dignas da confiança e afeto, como também, negando seu direito de convívio em sociedade (Benevides; Nogueira, 2020).

Além disso, notadamente com base na colonização brasileira e, principalmente, com o processo de escravização, é evidenciado o recorte de raça, que tem vinculação e fatores fundantes na elaboração e continuação de classe no território brasileiro. É de suma relevância sinalizar que a compreensão do ódio às pessoas trans, crescimento da violência, assassinatos, preconceito e exclusões tem base fundante no desenvolvimento de cunho cristão e alienante (Pereira; Sampaio, 2018, p. 433).

Os processos coloniais que configuram e alimentam os determinantes de raça e classe na contextualização e formação brasileira fazem parte da construção do capitalismo, e impactam ainda mais radicalmente na esfera da classe trabalhadora, mediante a exploração, precarização, subempregos e degradação

dos direitos trabalhistas, que versam com o fortalecimento do neoliberalismo, oportunamente, em meio à atualidade de uma pandemia mundial (Pereira; Sampaio, 2018, p. 433).

Ademais, não há indissociabilidade da exploração e assassinatos da população trans da relação da divisão social entre exploradores e explorados, a descartabilidade, e aceitáveis no sentido de venda da força de trabalho, onde a classe parece como representativa na relação de poder e submissão, por intermédio da separação, fragmentação e impetuoso e prolongado processo de subalternidade da classe trabalhadora (Pereira; Sampaio, 2018, p. 444).

Contudo, frisamos que os processos sócio-históricos interligados entre gênero, raça e classe estão associados à precarização do trabalho e à falsa conotação de superioridade do trabalhador branco em detrimento do trabalhador negro. Aqui apontamos fragmentos de necessário entendimento e aprofundamento sobre raça e classe, interligando as circunstâncias que compõem, separam e excluem os trabalhadores, fazendo conexão com a escravização, divisão social, capitalismo e aprofundamento das desigualdades e violências.

As contínuas violações, precarização e descartabilidade dos corpos transexuais, mais precisamente das trabalhadoras sexuais trans, que se encontram no topo, com maiores índices em relação aos assassinatos no delineamento da intolerância e genocídio, configuram o fortalecimento do machismo, colonização, escravização e barbárie, que são oportunamente fortalecidas e disseminadas pela radicalização e intensificação do capitalismo.

A ampliação da violência contra as pessoas trans, especificamente as que se identificam com o gênero feminino, é resultado da negação e naturalização que tem como mantenedora o Estado. Dessa forma, o Estado brasileiro não cumpre com as suas responsabilidades e ações referentes à proteção dessa população.

Assim sendo, é importante frisar que, no ano de 2009, foi criado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (Brasil, 2009), trazendo a responsabilidade do Estado e sociedade civil na perspectiva de fomentar a criação e efetivação das políticas públicas para a população LGBT, como também objetivando o comprometimento estatal com a diminuição da violência.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT parte da certeza de que um maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Dessa forma, é uma estratégia de longo alcance, no sentido de democratização do Estado, sendo de responsabilidade do conjunto de governo, e não de uma área específica. Sua

implementação requer uma ação coordenada e articulada de vários órgãos, secretarias e ministérios. Para tanto, faz-se necessária a criação de uma rede institucional entre governo federal, governos estaduais e municipais para a implementação da política, com vistas a garantir o alcance de seus resultados e a superação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no país. (Brasil, 2009, s/p).

Evidentemente que as iniciativas estatais ao longo dos anos foram ficando escassas ou desapareceram, nesse sentido não houve o fortalecimento das políticas ou mesmo novas políticas públicas relacionadas aos direitos humanos na busca de garantir políticas relacionadas à segurança, educação, empregabilidade.

Existindo assim, como já sinalizamos anteriormente, iniciativas e ações práticas e efetivas do movimento social, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que fomentou a iniciativa da divulgação e criação dos relatórios anuais relacionados à publicização e debate referentes aos assassinatos de pessoas trans e, posteriormente, reforçando o trabalho da pesquisa, análises dos dados, mapeamento nacional, de modo qualitativo e quantitativo dos assassinatos das pessoas trans nos dossiês anuais da ANTRA.

Em nível de levantamento de dados mundial, em relação à violência contra as pessoas trans, destacamos o trabalho da ONG Transgender Europe (TGEU). De acordo com dados coletados, o Brasil segue em primeiro lugar consecutivamente em escala mundial no que tange aos assassinatos da população trans<sup>61</sup>. No ano de 2020, o Brasil registrou 152 assassinatos; México, 57 assassinatos; EUA, 28 assassinatos. Já no ano de 2021, o Brasil contabilizou 125 assassinatos de pessoas trans; México, 65 assassinatos; EUA, 53 assassinatos.

À vista disso, a gravidade da situação é notoriamente extensa e com reflexos de ausência de iniciativas do poder público diante da perversidade de ignorar a realidade sombria que perpassa a vida das pessoas transexuais.

É preciso salientar que, de modo governamental, apenas temos o Disque 100 em casos de violência de gênero, do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, que faz a tabulação de dados da violência apenas apontando a população LGBT como vítima de violência. Da mesma forma, são os dados relacionados à violência que são notificados pela Saúde por meio do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN) (Menezes, 2021).

---

<sup>61</sup> Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 02 ago. 2022.

No entanto, não são dados analisados, contabilizados de modo específico à identidade de gênero, e sim algo superficial, sem análises profundas e detalhadas para que seja possível a criação de políticas públicas resolutivas para essa população.

Outro ponto a considerar que resulta e alimenta a violência crescente e problemática é que, no Brasil, há pouco registro contabilizado referente a dados estatísticos populacionais,<sup>62</sup> no que dizem respeito à identidade de gênero e orientação sexual, dados estes de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Menezes, 2021).

Isso impossibilita o cálculo da população LGBT e, conseqüentemente, dificulta a coleta de dados sobre a violência. Desse modo, a segurança pública também não consta com espaços em seus registros para que, no momento da notificação, se possa sinalizar a orientação sexual, sendo assim mais um potencializador de violação de direito da população LGBT, e mais um grande desafio em relação à busca ativa de informações em departamentos públicos (Menezes, 2021).

Diante da descredibilidade das instituições públicas, desde o não acolhimento da demanda da vítima de violência quando chega na delegacia, abordagem policial imprópria ao realizar boletim de ocorrência na perspectiva de resguardar sua vida, que são direitos referenciados a todos cidadãos, a população LGBT, na maioria das situações de violência que vivencia, acaba desistindo de prestar denúncia, pois os espaços de segurança pública, por diversas vezes, são lugares de intensificação do sofrimento e continuação da violência. Ante as demandas apresentadas, foi elaborado, em 2018, um manual de atendimento e abordagem da população LGBTI por agentes de segurança pública<sup>63</sup>.

Aqui, explanamos dados referente ao crescimento desordenado dos assassinatos quanto à faixa etária das vítimas, e chamamos a atenção para o índice de violência de forma precoce, sendo cada vez mais jovens as idades das vítimas, constatando o aniquilamento escrupuloso da juventude trans.

---

<sup>62</sup> Desde 2016, a ANTRA vem tentando fomentar a discussão sobre a importância da inclusão de questões relacionadas à população LGBTI+ no censo previsto para 2020 (que, posteriormente, foi adiado para 2021). Inicialmente, foi feito contato direto com o órgão, que não deu uma resposta efetiva e favorável à solicitação. Assim, relatamos à Defensoria Pública da União (DPU) essa situação, que, por sua vez, inicialmente, fez uma recomendação ao IBGE. Sem indicativo de atenção ao pedido, a DPU ajuizou uma ação civil pública, a fim de que o Estado incluísse a população LGBTI no próximo censo. Contudo, ao que tudo indica até o momento, “após Censo 2021, Brasil vai continuar desconhecendo sua população LGBTI+” (Cf. Antra, dossiê 2020, p. 42-43).

<sup>63</sup> Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexos RENOSP-LGBTI e Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) desenvolveram um manual sobre atendimento e abordagens LGBT por agentes de segurança pública. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/manual-de-seguranc387a-pc39ablica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf> Acesso em: 24 jul. 2022.

O mapa dos assassinatos 2020 aponta que, dentre os 109 casos em que foi possível identificar a idade das vítimas, **61 (56% vítimas tinham entre 15 e 29 anos); e 31 (28,4%) era idade aquelas entre 30 e 39 anos**; oito (7,3%) entre 40 e 49 anos; e 9 (8,3%) entre 50 e 59 anos. Não foram encontrados casos de pessoas trans assassinadas em 2020 com mais de 60 anos. **A idade média das vítimas foi de 29,5 anos.** A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980, de acordo com o Atlas da Violência 2020. (Antra, 2020, p. 39).

Observamos que a violência se faz presente em qualquer faixa etária da vida de pessoas trans, e lidar com o medo, insegurança dos espaços públicos, transfobia são atravessamentos arrebatadores de qualquer possibilidade de convivência social.

O dossiê 2021 alerta para a intensificação da violência e traz informação extremamente preocupante, sinalizando que, em 2021, foram 5 vítimas de crimes violentos e fatais em pessoas trans na faixa etária de 13 a 17 anos. Sobre o perfil das vítimas no que tange à raça, temos: no ano de 2020, 78% negras e 22% brancas; no ano de 2021, 81% negras e 18% brancas (Benevides, 2022).

Contudo, os dados demonstram a profundidade do problema, os assassinatos têm seus alvos apontados para as pessoas trans, especificamente a juventude, e que já lidam com a tentativa da sobrevivência desde o momento em que são expulsas de casa, violentadas em seus lares, sem a menor possibilidade de proteção, acolhimento e apoio.

Quando analisamos o perfil das vítimas, a idade se torna um dos principais marcadores. Tanto pela preocupação do quanto a juventude trans vem sendo assassinada cada vez mais cedo, quanto pelos impactos nas futuras gerações. **O total de vítimas menores de idade nos últimos cinco anos somam 27 casos ou 5,6% das 483 fontes que trouxeram informações sobre a idade das vítimas. Sendo 26 pessoas transfemininas e 1 pessoa transmasculina.** (Benevides, 2022, p. 40).

Portanto, o risco maior de uma pessoa trans ser assassinada é exatamente na juventude. De acordo com o mapa de assassinatos 2020, 56% dos assassinatos correspondem à faixa etária de 15 a 29 anos. Justamente a juventude, que mais necessita de proteção e garantia de segurança. De quem é a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes LGBT?

Para que fosse possível atingir um maior número de pessoas, a ANTRA disponibilizou uma enquete em sua plataforma digital referente à empregabilidade trans. Destacamos abaixo os resultados da pesquisa realizada em dezembro de 2020, relacionados ao tema mercado de trabalho. Sabemos que esse é um ponto de grande exclusão e pouco resolutivo na efetivação de pessoas trans em trabalhos formais.

96% acreditam que as pessoas trans brancas e com leitura social cisgênera (passabilidade) têm mais chances/oportunidades de serem contratadas para o mercado de trabalho formal. 94% acreditam que o mercado de trabalho NÃO está realmente aberto e comprometido com a contratação de pessoas trans. 90% acreditam que se mantém atual a estimativa de que 90% das travestis e mulheres trans utilizam a prostituição como fonte primária ou complementar de renda. 88% acreditam que as empresas NÃO estão preparadas para contratar ou garantir a permanência de pessoas trans em seus quadros. 85% acreditam que homens trans/transmasculinos têm maior possibilidade de serem admitidos no mercado de trabalho formal que as travestis e mulheres trans. (Benevides, 2021, p. 44).

Em síntese, essa falta de preparo das empresas para contratar pessoas trans não pode ser justificativa para não terem em seu quadro de profissionais pessoas trans, pois na verdade corroboram para a generalização e fomentação da transfobia nos espaços laborais.

No entanto, entendemos que o respeito à diversidade deveria ser uma conduta realizada pelas empresas, e a falta de qualificação dos espaços de contratação não justifica a exclusão, preconceito e transfobia; não é aceitável esse tipo de alegação.

Na questão das ações voltadas para a população LGBT durante a pandemia, é de monta lembrar que não houve iniciativas públicas para essa população na sociedade brasileira. A ANTRA supõe que 70% da população LGBT não tiveram acesso ao auxílio emergencial. Algumas violações de direito foram identificadas e que dificultaram a possibilidade de inscrição no programa.

Desse modo, inexistência de opção para preenchimento do nome social, ausência no alcance à internet, dificuldades quanto ao acesso a aparelhos telefônicos com maior tecnologia são processos excludentes que sinalizam a perversidade de uma realidade limitada e com políticas públicas insuficientes na delimitação do acesso a direitos, questionáveis quando aponta que seria uma política resolutiva diante do contexto pandêmico.

Em 2021, das 140 vítimas de homicídios, 135 eram travestis/mulheres trans, **deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas, que representam 96% dos casos.** O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans. 158 casos 2018, 121 assassinatos em 2019 e 175 em 2020. Enquanto diminuíram em números absolutos os assassinatos de pessoas transfemininas, vimos aumentar para 5 o número de pessoas transmasculinas. E, a partir desse cenário, enquanto vemos a maior incidência de casos de assassinato contra travestis e mulheres trans nos últimos cinco anos, observamos abaixo a proporção de assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas no mesmo período. 10 casos em 2017, 4 assassinatos em 2018, 3 assassinatos em 2019, não foram identificados assassinatos em 2020, 5 assassinatos em 2021. (Antra, 2022, p. 52).

À frente do apanhado realizado pela ANTRA nesse compilado de informações relacionados aos assassinatos, considerando o ano de 2017/2021, trazendo dados relacionados às pessoas transfemininas e transmasculinas, é fundamental pensar que as subnotificações e violações de direito referentes às identidades de gênero confirmam a continuidade da violência; mesmo após a morte, a invalidação e a negação do respeito às identidades trans alimentam a violência estatal.

Oportunamente, as pessoas trans que são vítimas de tentativas de assassinato são violentadas por familiares. O convívio familiar e a fragilização das relações que já apresentam situações de não aceitação dos que, em muitas vezes, estão vivendo o processo de transição, a dependência financeira, e a falta de suporte para que seja possível sair daquele contexto abusador levam muitas vezes a continuarem na situação de risco e exploração, vivenciando ciclos de intensa violência (Menezes, 2021).

Os ambientes de trabalho, por diversas vezes, são locais adocedores e de extrema vulnerabilidade, onde em determinadas ocasiões a violência acontece. A exposição em realizar a denúncia somada à incerteza da continuidade no trabalho fazem com que se torne mais um crime que não irá ser denunciado, e passará a ser mais um espaço contínuo de violações das pessoas trans.

Outro ponto necessário abordar é em relação à invalidação do que a vítima expõe como violação de direito, sendo recorrente a desconfiança, dúvidas quanto ao que está sendo explanado, sendo equivocadamente colocada em posição de culpada, marginalizada e julgada, sem reconhecimento como cidadã.

Em 2021, foram registradas 79 tentativas de homicídio mapeadas por essa pesquisa utilizando a mesma metodologia dos assassinatos. E no mesmo sentido, observamos que o perfil das vítimas, em sua grande maioria, não difere daqueles que já foram identificados entre as vítimas de assassinatos. Em 2020 foram 77 tentativas, 50 em 2019, 72 em 2018 e 58 em 2017. Destaca-se que **94% das vítimas eram profissionais do sexo**, em um cenário onde grande parte dos territórios de prostituição são controlados/gerenciados por agentes do Estado. Sendo milicianos (policiais civis/militares, da ativa ou da reserva) que controlam diretamente ou aqueles que recebem propina por parte de outras pessoas que exploram a prostituição. (Dossiê, 2022, p. 69).

Cabe pontuar o contínuo desmonte das políticas públicas pelo governo federal, agravado com a realidade pandêmica. Devemos, portanto, lembrar que já estávamos em crise antes da pandemia.

A exploração das trabalhadoras sexuais é uma realidade vivida desde os primórdios dessa profissão, sempre rotulada à marginalização, perseguições às trabalhadoras, com o crescimento do conservadorismo religioso. Existe um

controle e dominação referente ao mercado sexual, caracterizando distintas performances de atuação das trabalhadoras e trabalhadores sexuais, configurando a existência de diversas maneiras de atuação no mercado sexual.

Atentamo-nos aqui para as interseccionalidades de gênero, raça, etnia, sexualidade, classe. Sabe-se que o desenvolvimento histórico da nossa sociedade, com base no racismo estrutural, delimita exatamente as trabalhadoras sexuais que vivenciam a atividade laboral nas ruas das cidades brasileiras, que estão nos índices dos assassinatos expostos nas pesquisas da ANTRA.

As marcações sociais são alvos deliberativos dos corpos que aparecem descritos na mídia, nas delegacias e, concomitantemente, encontrados sem vida pelas ruas. Portanto, as condições que perpassam a realidade do trabalho sexual dependem, substancialmente, do gênero e classe social de quem exerce a atividade laboral (Rodrigues, 2021).

Ainda que a descredibilidade, estigmatização e preconceito estejam presentes desde o início da profissão, constatamos que, mesmo diante de uma crise sanitária mundial, não se houve responsabilidade governamental na condução de proteção e garantia pública à vida dessas profissionais (Rodrigues, 2021), que precisaram recorrer aos movimentos sociais de apoio, fortalecimento e proteção às trabalhadoras que vivenciam a realidade da pandemia, sem o acesso aos clientes, que já associam o risco de contaminação aos trabalhos exercidos nas ruas.

A intensificação dos agravos relacionados à violência, crimes de ódio, exclusões e negação de proteção são de fato indissociáveis do ultraneoliberalismo<sup>64</sup>, racismo, xenofobia, feminicídio, homofobia, transfobia, genocídio e, conseqüentemente, com raízes profundas nas vivências marcadas pela colonização, invasão, processos mantenedores do ciclo de exclusão e desigualdade reforçados pelo neoconservadorismo (Rodrigues, 2021).

Essa realidade pode ser vista nos dados das mortes de pessoas transexuais no Brasil entre 2008 e 2021, disponibilizados no dossiê de assassinatos de pessoas travestis e transexuais no Brasil (Benevides, 2022). A ANTRA identificou nos estudos uma ampliação desses índices neste período, totalizando 1.733 assassinatos de pessoas trans. Para melhor compreensão da dimensão da situação da violência contra as pessoas trans, descrevemos o quantitativo correspondente a cada ano: 2008, 58 assassinatos; 2009, 68 assassinatos; 2010, 99 assassinatos; 2011, 100 assassinatos; 2012, 123 assassinatos; 2013, 108

---

<sup>64</sup> Desmedido proveito do capital financeiro ao que é conveniente ao neoliberalismo. Com relação ao ultraneoliberalismo e conservadorismo, ver: Bravo; Matos; Freire, 2020.

assassinatos; 2014, 134 assassinatos; 2015, 118 assassinatos; 2016, 144 assassinatos; 2017, 179 assassinatos; 2018, 163 assassinatos; 2019, 124 assassinatos; 2020, 175 assassinatos; 2021, 140 assassinatos.

Vemos, com o decorrer dos anos, que, a partir de 2008, a compilação dos dados referentes aos assassinatos tem um crescimento considerável. Sinalizamos que as inconstâncias e diminuições nos assassinatos não evidenciam especificamente que, no Brasil, exista baixa nos assassinatos de pessoas trans, já que a ONG Transgender Europe destacou em suas pesquisas que o Brasil segue sendo um dos países do mundo que mais mata pessoas trans.

As pessoas trans já presenciam uma realidade imposta de isolamento. Na grande maioria, os indivíduos que cometem os crimes de assassinatos contra as pessoas trans são pessoas do sexo masculino que procuram pelas profissionais do sexo, onde há uma prevalência de impunidade, tornando as pessoas trans alvos facilmente encontrados pelas ruas escuras das cidades brasileiras, o que torna um potencializador que resguarda a identificação dos assassinos (Benevides, 2020).

É muito difícil pensar que nem mesmo no movimento negro, na luta contra o racismo e a precarização das vidas negras, sejamos incluídas. Isso porque, ainda há uma reprodução sistemática da violência patriarcal, espelhada no exemplo do homem branco colonizador. Dessa forma, seria muito importante ver o movimento negro, movimento feminista e mesmo o movimento cis-LGB se manifestarem aberta e publicamente contra a transfobia, que tira a vida de pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis negras, que são 80% dos casos de assassinatos contra pessoas trans no Brasil. Também se deve incluir a discussão antitransfobia nos espaços e debates pretos, na luta feminista, antirracista e antifascista. Travestis e mulheres trans não se sentem acolhidas ou seguras em qualquer espaço. (Benevides, 2020, p. 46)

Verificamos que Benevides (2022), ao relatar o perfil das vítimas por raça e etnia, demonstra que, desde o início do levantamento dos dados em 2017, a população negra trans com identidade de gênero feminina vem sendo assassinada.

Quanto ao perfil das vítimas, o dossiê descreve dados de 2017 a 2021. Em relação ao quesito raça e etnia: 2017 - 80% negros (pretos e pardos), 20% brancos; 2018 - 82% negros (pretos e pardos), 18% brancos; 2019 - 82% negros (pretos e pardos), 18% brancos; 2020 - 78% negros (pretos e pardos), 22% branco; 2021 - 81% negros (pretos e pardos), 20% brancos e 1% indígena.

Constatamos, ao analisar o gráfico, que existe um padrão dos assassinatos, onde a pessoa negra trans é potencialmente escolhida pelo ódio, transfobia e marginalização, perfil esse construído socialmente com reforço do imaginário

perverso do assassino, potencialmente heterossexual, que tem a impunidade como garantia de exercer o genocídio da população trans, pobre, negra e, especialmente, a que exerce suas atividades laborais nas ruas.

Sendo mediante a violência estatal e estigmatização que, por inúmeras vezes, as vítimas são culpabilizadas das ações de perversidade acometidas pelos criminosos, onde são julgadas pela segurança pública ali mesmo onde ocorrer o crime. Julgadas por não estarem condizentes às normativas impostas, pelo trabalho que executam nas ruas, julgadas constantemente e, principalmente, quando seus corpos já estão sem vida. Pesam ali a sentença de morte, o julgamento final de culpadas, culpadas pelo risco que correm e culpadas por não exercerem sua cidadania.

Culpabilizadas por existirem e agora após a morte, porque há ali um corpo jogado e um crime de ódio, que jamais será visto como um crime de ódio. E apenas uma pergunta surge: o que fazer com o corpo?

Como se sabe, a condição de subalternidade de homens e mulheres transexuais tem sido, cada vez mais, naturalizada pela sociedade. Em outras palavras, o senso comum ainda associa as pessoas trans à prostituição ou, na melhor das hipóteses, às profissões socialmente pouco valorizadas, como, por exemplo, assistente de cabeleireiro e auxiliar de limpeza. Por um lado, é verdade que as dificuldades de inserção no universo de trabalho, somadas à baixa escolaridade, tornam o mercado de sexo uma das poucas possibilidades de sobrevivência para um número significativo de travestis e mulheres transexuais; por outro, não se pode deixar de ressaltar que, nos últimos anos, tal realidade, felizmente, começou a mudar. (Tenenblat, 2018, p. 5).

A categorização da vida social provoca intensos e significantes processos de violência. O extermínio da população jovem, negra e trans é resultado de intrínsecas consequências da colonização, do racismo estrutural. Percebemos nos resultados dos dossiês que existem solidificação e agregação nas ações violentas, instigadas pelo ódio, corporificadas na situação de miséria e fragilidade das vítimas, sendo o ódio ao gênero feminino e o racismo os catalisadores da violência.

Tenenblat (2018) assinalou que é preciso reconhecer que algumas coisas vêm mudando quanto a pessoas trans ocuparem espaços que antes não eram permitidos. Hoje, podemos perceber pessoas trans ocupando universidades como docentes e discentes, atuando na ciência, política, profissões da saúde, tecnologia, setores industriais, segurança pública, forças armadas e muitos outros, que, comparado há anos anteriores, seriam inimagináveis para as pessoas trans.

Como também é relevante a reflexão sobre algumas pessoas trans que exercem a atividade laboral como profissional do sexo; elas o fazem por escolha,

e garantem uma lucratividade financeira que as satisfazem exercendo a profissão, lembrando que são múltiplas as formas de execução da profissão, envolvendo fatores culturais, sociais, etnia, imigração, gênero, ampliando consideravelmente o universo que permeia a indústria sexual (Rodrigues, 2021).

O fato aqui necessário de reflexão são as pessoas trans que já não conseguem oportunidades favoráveis e seguras a suas escolhas profissionais. Falo especificamente das pessoas trans que são exploradas, ameaçadas, vivenciando situações de extremo risco nas ruas das cidades brasileiras. Explano sobre a fundamental importância dos movimentos sociais, militância política, fortalecimento das bases dos movimentos LGBT, na articulação e direção dos processos evolutivos dos direitos das pessoas trans.

Desse modo, os espaços ocupados na contemporaneidade e negados em um passado recente são resultados de uma longa vivência de perseguição, violência e marcas de ações de extermínio proferidas pelo Estado.

Para refletir sobre o respeito à identidade de gênero e à exposição ao nome de registro, Benevides (2022) aponta dados contabilizados desde o ano de 2016. O destaque do nome de registro na exposição dos noticiários nas mídias provoca mais violência, gerando, conseqüentemente, violência institucional, quando realiza a violação de direito ao notificar as vítimas com a identidade de registro sem reportar o nome social.

2016 - 87 % exposição do nome de registro | 22 % respeito ao nome social;  
2017 - 89 % exposição do nome de registro | 68% respeito ao nome social;  
2018 - 93% exposição do nome de registro | 63% respeito ao nome social;  
2019 - 91 % exposição do nome de registro | 71% respeito ao nome social;  
2020 - 47 % exposição do nome de registro | 14% respeito ao nome social;  
2021 - 17% exposição do nome de registro | 10% respeito ao nome social.

Observamos nos dados que, apesar do significativo desrespeito à identidade de gênero, vemos que, no ano de 2021, houve 10% das citações da mídia em que foram respeitadas às identidades das pessoas trans e 17% exibiram o nome que consta no registro de nascimento.

Esse significativo aumento no respeito às identidades de gênero das vítimas de violência e notificadas pela mídia é fruto da importância da atuação e imposição da ANTRA em pressionar os meios de comunicação, exigindo e esclarecendo a importância do respeito, do direito à cidadania e dos direitos humanos de pessoas trans.

Em relação à ausência de informações, no que tange aos dados relacionados às pessoas trans, contudo, é importante destacar que não temos o

quantificado sobre vítimas fatais da covid-19<sup>65</sup>, quantas eram pessoas trans; e também sobre quantas foram infectadas pelo vírus e conseguiram se recuperar. Portanto, o governo brasileiro não tem dimensão desses dados. Assim, entendemos que não se tem garantia do direito à identidade de gênero, sendo mais um potencializador de violência estatal, pós-morte.

Diante a subnotificação, enfrentamos um outro processo de invisibilização das pessoas trans dentre os desafios frente a crise sanitária gerada pela covid-19: Não sabemos quantas pessoas trans morreram vítimas da covid pois não há um protocolo ou a garantia de respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans nos registros médicos ou atestados de óbito, o que dificulta a identificação dessas pessoas e acabam entrando para as estatísticas como se fossem pessoas cisgêneras. Promovendo um apagamento total destas existências e negando o acesso a informações capazes de gerar dados para enfrentar esta questão. (Benevides, 2020, p. 6)

Posto isto, Benevides (2022) externa os locais dos crimes e onde os corpos foram encontrados. Depreendemos que a via pública é a localização onde mais são encontrados os corpos de pessoas trans, totalizando 71 casos dos 100 que aconteceram em espaços públicos, onde 11 casos constam sem informação do local. Segundo Benevides (2022), a relação dos locais onde os corpos das pessoas trans foram encontrados, considerando espaços privados e públicos, foram: a) espaços privados - residência: 22, motel: 2, bar: 1, trailer de circo: 1, clínica médica: 1, dentro de capela: 1; b) espaços públicos - via pública: 71, terreno abandonado: 17, rio/lagoa: 8, favela: 2, praia: 1, rodoviária: 11.

Esses crimes são executados com perversidade e altos indícios de crueldade. A ANTRA descreve quanto a tipos de ferramentas utilizadas nas ações dos assassinos, sendo arma de fogo a forma mais usada desde 2017. Arma branca, espancamento, estrangulamento, tortura, também estão como mecanismos utilizados nos crimes de ódio (Benevides, 2022).

Queimar travestis vivas têm sido uma forma de assassinar pessoas trans desde sempre e vem sendo evidenciando em nossas pesquisas anuais. Durante o ano de 2021 observamos uma maior atenção a esse tipo de crime que teve pelo menos 4 casos em que as vítimas tiveram fogo ateadado aos seus corpos enquanto ainda estavam vivas. (Benevides, 2022, p. 64)

O contexto social que percorre a vida das pessoas trans tem marcadores estruturantes da continuidade da violência e potencialização das ações movidas pelo crime de ódio, entrelaçados pela classe, raça e gênero, onde os processos

<sup>65</sup> Situação das pessoas Afro LGBTQ+ durante a crise sanitária gerada pela COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/SexualOrientation/IESOGI-COVID-19/CSOs/ANTRA.pdf> Acesso em 28 ago. 2022.

de desigualdade atingem a população trans, com máximo de violência e exclusões, potencializando as pessoas trans a um alto risco de tortura e, conseqüentemente, de morte.

Em relação à comunidade trans, ao falarmos do marcador social da diferença “classe”, torna-se, acima de tudo, lançar luz sobre os problemas sociais que alcançam de forma desproporcional essa parcela da população, especificamente pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, e que colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências. O Estado não tem sido apenas omissor, mas também é agente direto de diversas violações e violências contra pessoas trans. (Benevides, 2022, p. 45)

Os dados internacionais, evidenciados e levantados pela TGEU, revelam que as discriminações, violências contra as pessoas trans, são uma realidade mundial. No entanto, o Brasil está entre os países do mundo que mais assassinam pessoas trans. Em 2021, foram contabilizadas 125 mortes, colocando o país entre os três países que mais possuem índices de assassinatos de pessoas trans.

A ANTRA desempenha um papel social e político necessário, de grande fortalecimento das pautas das pessoas trans e da efetivação das ações implementadas pela associação, como a organização e participação em ambientes nacionais e internacionais.

Destacamos aqui a publicação dos resultados dos dossiês organizados anualmente pela ANTRA, os quais possibilitaram a análise dos dados sobre violência contra as pessoas transexuais, sobretudo as trabalhadoras sexuais. Nos dados coletados e analisados a partir desses dossiês, podemos observar o aumento da violência contra as pessoas trans neste período da pandemia da covid-19.

## 5. Conclusão

Ao longo de todo o processo desta pesquisa, buscou-se aprofundar o estudo sobre a situação das pessoas trans trabalhadoras sexuais no período da pandemia da covid-19. Nesse sentido, procuramos referências nos dados oficiais e deparamo-nos com a falta de informações sobre as pessoas trans.

No Brasil, não se tem dados, no que tange à formalização, alusivos ao quantitativo populacional das pessoas trans, como também não sabemos quantidades dessa população que se infectou com o vírus da covid-19, se houve vítimas fatais, e nem o quantitativo de recuperados. O que temos de fato é um silêncio epidemiológico pertinente às pessoas trans. Vemos que esse silêncio percorre todas as políticas públicas brasileiras. Constatamos durante a pandemia uma crise sanitária, econômica e política, e um grande aprofundamento das violações de direito que já se faziam presentes na realidade brasileira.

É evidente em nível nacional o crescimento da insegurança alimentar, desemprego, violência e miséria consideravelmente. Os impactos da crise permeiam os serviços da saúde e da rede de atenção à saúde, assistência social, precarizando a ampliação dos serviços executados de forma intersetorial, políticas extremamente debilitadas e com extensa demanda reprimida. Com isso, a pandemia descortinou a grave crise brasileira que já vinha se intensificando mesmo antes de iniciar a crise pandêmica.

A negligência do governo brasileiro na falta de dados sobre a população trans nas políticas públicas, como também a falta de acesso à política da assistência social e ao benefício do auxílio emergencial, alimentam os processos excludentes, violentos e adoecedores que se fazem presentes, de modo intenso e corriqueiro, na existência da população trans.

Com isso, múltiplos e desafiadores caminhos foram trilhados, vislumbrando resultados seguros, oficiais e de perspectivas de análises debruçadas numa realidade de crescimento da violência sofrida pela população trans. Quando as únicas recomendações eram distanciamento social, realização da quarentena, uso de máscaras e não aglomeração, considerando o aumento da grave crise pandêmica, foi contabilizada, nesse período, a crescente violência exercida sobre a população trans.

Desse modo, compreender a situação da população trans em plena pandemia é entender que o desemprego é ainda mais intensificado quando se é transexual. A discriminação, preconceito, marginalização e exclusões associadas a marcadores como raça e classe deixam essa população ainda mais em risco de insegurança alimentar, violência, exploração, precarização, e suscetível a diversos tipos de violência.

É de suma importância assimilar que a violência contra a população trans tem sua estruturação na imposição da heterossexualidade compulsória, estabelecendo os comportamentos e condições de gênero que são aceitos pela sociedade, normas construídas referentes ao ser homem e ser mulher.

A transfobia se faz presente mediante a violência institucional, na falta de respeito às identidades de gênero, nas violações de direito, nos processos de imposição das normas de gênero, organizadas e realizadas pela sociedade na exclusão do acesso aos direitos sociais das pessoas trans. Ir contra as normas de gênero é confrontar um sistema que violenta as pessoas trans pelo fato da sua existência e resistência.

Como sinalizado anteriormente, a violência contra as pessoas trans cresceu significativamente durante a pandemia, portanto é urgente a articulação e efetivação das políticas públicas na proteção e segurança das pessoas trans, para além do trabalho realizado pela segurança pública.

É perceptível que esses espaços são de exclusão, revitimização, onde muitas vezes não se é respeitada a identidade de gênero, e nem ao menos o seu depoimento é validado, tornando seguidamente a impunidade como algo naturalizado e corriqueiro quando se busca proteção da segurança pública.

Na defesa da população trans em sua concretude e complementaridade, é crucial pensar para além da segurança pública, sendo primordial e necessário refletir sobre o acesso à saúde, assistência social, educação, programas com garantia de emprego e renda, qualificação profissional, direcionados para as pessoas trans; mas em articulação e ampliação de possibilidades para o mercado de trabalho, articulação essa fundamentalmente política, na perspectiva da transformação social, para que as pessoas trans possam estar em todas as áreas de atividades laborais.

As opressões de gênero, raça e classe que circunscrevem as historiografias das pessoas trans são também alimentadas pela cisnormatividade, patriarcado, machismo, imposição cristã, que tornam o genocídio da população trans naturalizado, potencializado pela recusa das esferas públicas em abordar,

quantificar, publicizar dados referentes à violência contra a população trans, com o agravante do extermínio da população jovem trans negra e periférica.

A violência enfrentada pela população trans é fomentada em múltiplas circunstâncias e atravessamentos interseccionais, logo, pelas estruturas colonizadoras, que são a base da formação brasileira, limitando ou excluindo a cidadania, a democracia, retirando o direito das pessoas trans de exercerem suas identidades e diversidades de gênero.

As desigualdades e relações de poder constroem as formas de violência tão presentes e intrínsecas nos processos das identidades de gênero. Centralizar o estudo nas trabalhadoras sexuais trans é, portanto, instigar a necessidade da luta política, mas, acima de tudo, é buscar a necessidade de discussão sobre a proteção das pessoas trans de uma forma ampla, que contextualize todas as esferas da vida social.

Os crimes contra a população trans têm altos resquícios de crueldade, evidenciando o ódio, a dominação, subalternidade, imposição heterossexual, a exclusão, repulsa, misoginia. Com isso, a quantificação dos assassinatos das pessoas trans aponta que a maioria das vítimas se identifica com o gênero feminino. A intensificação e as múltiplas formas de violência são acentuadas pela tortura e excesso policial, principalmente quando são pessoas trans trabalhadoras sexuais.

Ademais, os obstáculos quanto à identificação e punição dos assassinos são um desafio presente na realidade dos crimes, informação apontada pelos movimentos sociais de luta sobre os direitos das pessoas trans, pois o perfil dos suspeitos é ponto necessário de aprofundamento e investigação policial, e raramente se encontram dados sobre os criminosos.

Assim, cabe destacar que na maioria dos crimes não existia nenhuma relação com a vítima, ou seja, outro ponto potencializador da impunidade e indiscutivelmente perpetrado pelo crime de ódio (Benevides, 2022).

À vista disso, a intercessão estatal deve ser algo prioritário quanto às demandas e aos crescentes índices de violência, sendo preciso a garantia pública de proteção e efetivação, de modo intersetorial, nas ações de salvaguarda para a população trans.

Ressaltamos a importância do debate da diversidade de gênero para a profissão de Serviço Social, como também para a ciência e a sociedade de um modo geral. Tema esse ainda pouco discutido na esfera acadêmica.

Por isso, é pujante o incentivo às práticas de qualificação profissional no que tange aos atendimentos à população LGBT, intensificação dos espaços

deliberativos e discursivos concernentes às expressões da questão social, articulados às lutas e fortalecimento da classe trabalhadora.

As distintas demandas que perpassam a diversidade de gênero chegam ao Serviço Social. Destaco principalmente a violência contra a população LGBT. Com isso, o contexto e as relações sociais que atravessam a realidade dessa população exigem da profissão sua competência mediante seu projeto ético-político, com profundidade teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Portanto, a formação profissional do Serviço Social e seu comprometimento com a população LGBT devem ser assertivos e resolutivos, não apenas nas situações de violência, e sim nas inúmeras situações que necessitam do profissional qualificado e comprometido com a diversidade sexual e de gênero, compreendendo e viabilizando proteção, orientação e acompanhamento nos casos de violações de direito que circunscrevem os espaços da segurança pública, políticas sociais, setor privado, saúde e todas as áreas que constituem a legitimação de espaço laboral do Serviço Social.

Desse modo, pensar estratégias que fortaleçam a emancipação das pessoas trans com respeito a diversidade é garantir a efetivação da luta política e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

Compreendendo que, enquanto o neoliberalismo e a necropolítica estiverem destruindo as políticas sociais, as pessoas LGBT, mulheres e a população negra estarão sob o regime da marginalização, da pobreza, da divisão de classe, em trabalhos precarizados, sem vínculo empregatício, análogos à escravidão. A realidade para quem utiliza o trabalho sexual como única atividade laboral também é estar nesse lugar de marginalização e rótulos, pertinentes a um trabalho precarizado e sem qualquer segurança das leis trabalhistas, realidade essa que é a de muitos trabalhadores brasileiros.

Não podemos vislumbrar possibilidades de transformação se não existir uma política capaz de causar mudanças nas estruturas sociais da realidade brasileira, pois sabemos que, enquanto não houver direito à cidadania a todos os brasileiros, não haverá democracia plena (Rodrigues, 2021).

Sendo assim, analisar e construir uma escrita crítica e pautada na luta política, feminista e decolonial foi de extrema necessidade para a concretude das observações e vivência no campo da pesquisa, entendendo que a partir do momento em que se inicia uma pesquisa sobre trabalho, especificamente o de pessoas trans que exercem o trabalho sexual, fundamentando uma ampliação nas possibilidades de investigação, com leituras decoloniais, trazendo a percepção de mundo e olhar sensível da decolonialidade, com o conhecimento empírico das

peças trans, a pesquisa move-se, produzindo inquietações nas imposições  
construídas pela visão eurocêntrica.

## 6. Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Guilherme. Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social. In: CRESS (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 74-86.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; SANTOS, Júlio Cesar Silva. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, Edvânia Ângela de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019, 127-140.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Organizadora Bruna G. Benevides. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

ANTRA. **Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Organizadoras Bruna Benevides e Keila Simpson. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2018.

ANTRA. **Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018**. Organizadoras Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2019.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Organizadoras Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Organizadoras Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: trabalho sob fogo cruzado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Editora Boitempo, São Paulo, 2018.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set./dez. 2017.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2009.

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de Covid-19**. Brasília: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas- estudos gays: gênero e sexualidades**, n. 04, p. 95-112, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BENTO, Berenice. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho. In: BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 21-52.

BRASIL. **Lei 14.020 de 6 de julho de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasília, 2020. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm)

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009. Disponível em <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/qcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 02 ago. 2022.

BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRITO, Carolina Gonçalves Santos de. **Diversidade de gênero no trabalho: trajetórias de inserção e permanência de homens trans no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

BRITO, Carolina Gonçalves Santos de; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; ALMEIDA, Guilherme Silva de. A necessária rediscussão da categoria divisão sexual do trabalho: inferências a partir de análises de experiências trans. In: MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valeria Lucilia (Org.). **Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopia**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020, p. 49-69.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público** [manuscrito]: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad Latino Americano. **Tábula Rasa**, n. 1, p. 58-86, jan./dez. 2003.

FERNANDES, Yuri. Prostituição e pandemia: 'Terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer'. **ODS-8**, publicação de 27/03/2020, atualização de 04/01/2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-come> Acesso em: 01 ago. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, São Paulo, nº 7, out. 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 11, p.01-07, jul./dez. 2010

HIRATA, Helena. **Sobre o “modelo” japonês: automação, novas formas de organização e de relações do trabalho**. São Paulo: EDUSP, 1993.

IANNI, Octávio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 1991.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a Construção da Teoria Transfeminista. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013

JESUS, Jaqueline Gomes de. Operadores do direito no atendimento as pessoas trans. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 537-556, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25377htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?** Uma Breve Introdução. 2 versão, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod\\_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf). Acesso em: 01 out. 2022.

KAAS, Hailey. Porque o transfeminismo deve englobar todas as outras lutas e todas as outras lutas devem englobar o transfeminismo. **Gênero à Deriva**, 2013. Disponível em: <http://generoderiva.wordpress.com/2013/07/14/porque-o-transfeminismo-deve-englobartodas-as-outras-lutas-e-todas-as-outras-lutas-devem-englobar-o-transfeminismo/>. Acesso em: 01 out. 2022.

KABENGELE, Munanga. Preconceito de cor: Diversas formas um mesmo objetivo: Estados Unidos, África e Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 21, 1978.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos - Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017.

LENZ, Flavio. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 209-215, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15094>. Acesso em: 04 dez. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, Gabriella da Silva; FONSECA, Alexandre Carvalho Brasil da. A questão de gênero numa perspectiva. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 82-101, jan.-abr. 2020.

MENEZES, Moisés Santos de Oliveira. **Violência contra a diversidade sexual e de gênero em Sergipe**: uma análise dos registros oficiais da Secretaria de

Segurança Pública entre os anos de 2015 e 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva; DUARTE, Marco José de Oliveira. Trabalho e tra(ns)vesti(gêneres)lidades: elementos para uma análise. In: PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cláudia (Org.). **Quando LGBTQs invadem escolas e o mundo do trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Unirio, 2020, p. 298-225.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 432-445, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.152>. Acesso em: 03 set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto; ALMEIDA, Guilherme. De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadoras/es trans no contexto da Covid-19. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 38, p. 152-175, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47135>. Acesso em: 04 dez. 2021.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-373, jan./abr. 2017.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição, neoconservadorismo e pandemia – o Movimento de Prostitutas e os desafios da Covid-19. **Em Pauta**, Rio de Janeiro n. 48, v. 19, p. 169-182, 2º sem. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Cristina. Perspectiva ativista. Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBTQ em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, Coimbra, 2006, p. 91-108.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos Cebrap**, 79, São Paulo, 2007, p. 71-94.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUSA, Keila Simpson. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. **Site da ANTRA**, "História", s/d. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/> Acesso em: 8 jul. 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. Serviço social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do rio de janeiro. **Anais...** XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Vitória, ES, 2 a 7 de dezembro de 2018.

VASCONCELOS, Caê. 15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência contra LGBTs. **Ponte**, 19/10/2020. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/> Acesso em: 24 jul. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v.1, n.1, p. 7-17, mar./jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acesso em: 10 abr. 2021.